

UNIVERSIDADE ABERTA
MESTRADO EM ESTUDOS DO PATRIMÓNIO

**AS OBRAS DA DGEMN NO MOSTEIRO DE ALCOBAÇA:
1929-1960**

**ORIENTADORA:
PROFESSORA DOUTORA CARLA ALEXANDRA GONÇALVES**

JORGE MANUEL DE MATOS PINA MARTINS PRATA

JULHO 2011

Índice

1. INTRODUÇÃO.....	3
2. 1. A EMERGÊNCIA DA NOÇÃO DE PATRIMÓNIO	6
2.1.1. A EMERGÊNCIA DO “OBJECTO DE CONSERVAÇÃO” NO RENASCIMENTO	6
2.1.2. O ALVARÁ RÉGIO DE 1721.....	11
2.1.3. A REVOLUÇÃO FRANCESA – A LUTA EM TORNO DO ‘MONUMENTO’	12
2.1.4. O ROMANTISMO E A AFIRMAÇÃO DO “MONUMENTO HISTÓRICO”	13
2.2. A EMERGÊNCIA DO MOSTEIRO DE ALCOBAÇA COMO PATRIMÓNIO	20
3. A CRIAÇÃO DA DGE MN	33
4. AS OBRAS DE RESTAURO DA DGE MN NO MOSTEIRO DE ALCOBAÇA	35
4.1. O DISCURSO SOBRE A OBRA	35
4.1.1. ESTRUTURA DISCURSIVA	35
4.1.2. CONCEPÇÕES DE RESTAURO	37
4.2. A OBRA	40
4.2.1. NO CORRER DO TEMPO.....	40
4.2.1.1. ORÇAMENTOS E EMPREITADAS	41
4.2.2. OS ESPAÇOS.....	86
4.2.2.1. CAPELA-MOR	86
4.2.2.2. DEAMBULATÓRIO.....	91
4.2.2.3. TRANSEPTO.....	101
4.2.2.3.1. CAPELA DE SÃO BERNARDO	103
4.2.2.3.2. SALA DOS TÚMULOS	106
4.2.2.3.3. TÚMULOS DE D. PEDRO E D. INÊS	108
4.2.2.4. NAVES	111
4.2.2.4. CLAUSTRO DE D. DINIS.....	114
4.2.2.5. SACRISTIA MEDIEVAL.....	116
4.2.2.6. SALA DO CAPÍTULO	117
4.2.2.7. PARLATÓRIO	119
4.2.2.8. SALA DOS MONGES	120
4.2.2.9. COZINHA	120
4.2.2.10. REFEITÓRIO	123
4.2.2.11. EDÍCULA DO LAVABO	126

4.2.2.12. SALA DOS REIS.....	127
4.2.2.13. DORMITÓRIO.....	129
4.2.2.14. FACHADA SUL DA IGREJA.....	133
5. EM JEITO DE CONCLUSÃO:TEORIAS E PRÁTICAS DE RESTAURO DA DGEMN NO MOSTEIRO DE ALCOBAÇA: IDENTIDADES E DIFERENÇAS.....	135
7 A- FONTES.....	137
7 B- Bibliografia	137

1. INTRODUÇÃO

Após a nacionalização dos bens do clero, decretada pela legislação liberal de 1834, elaborada por Mouzinho da Silveira, o Estado vê-se, subitamente, na posse de uma quantidade enorme de bens que tem, de alguma forma, que saber gerir.

Entre esses bens herdados pelo Estado Liberal, encontra-se o Mosteiro de Alcobaça, que os monges já tinham abandonado em 1833, receosos de uma reacção violenta por parte da população alcobacense, devido ao apoio que tinham prestado às forças miguelistas.

Mostrando já, aquando da saída dos monges de Alcobaça, alguns sinais de degradação, devido à falta de recursos provocada pela acentuada decadência da ordem de Cister em Portugal, nos finais do século XVIII e inícios do século XIX, esta degradação vai-se acentuando devido à sua desafecção, o que determina um conjunto de tomadas de posição por parte, principalmente, da intelectualidade romântica portuguesa, e de medidas concretas, tendentes a salvar este monumento da ruína.

Este conjunto de preocupações, determinado pela necessidade de gerir um património herdado e, principalmente, pela tentativa de inscrição, no corpo da comunidade política, de uma identidade nacional, que emerge no campo de problematização gerado pelo movimento romântico (Ramos, 1994, p. 565 e seg.), e que tinha a sua estrutura de ancoragem dominante na história medieval portuguesa, da qual os monumentos (vistos e pensados, essencialmente, como documentos¹) eram a marca material visível, vai determinar a emergência dos ‘Monumentos Históricos’ enquanto ‘Património’ (e, entre eles, o Mosteiro de Alcobaça), trazendo a problemática da sua conservação/restauro para a visibilidade da esfera pública.

No entanto, as preocupações que a intelectualidade de oitocentos manifesta, relativamente a esta obra arquitectónica considerada ‘*Monumental*’, não vão impedir

¹ “Aquelles livros de pedra”, “Nesses livros preciosos” (Herculano, 1873, p. 6)

que o Mosteiro seja retalhado, dividido entre particulares e instituições públicas e privadas, que vão proceder à segmentação de vários espaços, e ao entaipamento de outros, que invadem zonas anteriormente libertas de qualquer tipo de edificação, que nos locais mais improváveis escavam vãos, alteram, modificam, transformam, ao ponto de determinadas áreas se tornarem irreconhecíveis.

As intervenções de restauro realizadas na segunda metade do século XIX, e nos inícios do século XX, também contribuíram para produzir alterações, nalguns casos significativas, na fisionomia da antiga Abadia. Foram, no entanto, as obras realizadas pela Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, iniciadas em 1929, logo após a criação desta Direcção Geral, e no seguimento de trabalhos que se tinham já iniciado, e cujos projectos não vai deixar de seguir e utilizar, que se processam as mais importantes transformações estruturais do espaço interior, e exterior, do Mosteiro.

Deste modo, o trabalho debruçar-se-á sobre as referidas campanhas de obras, procurando determinar, através do cotejo da documentação textual e fotográfica existente nos arquivos da DGEMN, quais as transformações que foram efectuadas nos vários espaços e dependências do Mosteiro. Trata-se, portanto, de um trabalho de análise documental que procurará ‘reconstituir’ o Mosteiro, e dar a ver a sua espacialidade e ornamentação, tal como existiam antes destas intervenções estruturais operadas pela DGEMN. Intervenções que despojaram a Igreja de toda a sua ornamentação barroca, que reordenaram espaços, que criaram estruturas espaciais novas e destruíram outras.

Trabalho, o mais minucioso possível, de *‘recomposição arquitectónica’*, que procurará detectar os indícios do mais pequeno vestígio de transformação do que existia antes das obras, com o objectivo de tentar determinar com precisão o que há de novo no Mosteiro que hoje visitamos e fruímos.

Mas, anterior a esta questão relacionada com as modificações introduzidas pelas intervenções estruturais referidas, está o próprio ‘facto bruto’ da intervenção, o facto de se ter considerado necessário, e essencial, fazer obras no Mosteiro, e fazê-las da forma como foram feitas, de tal modo que se considerou legítimo gastar somas consideráveis de dinheiro nestas intervenções, apesar das dificuldades financeiras do País.

Ou seja, por que razão o Mosteiro de Alcobaça foi emergindo, entre meados do século XIX e os anos vinte do século XX, como objecto primordial, e referência estruturante; em suma, como *‘Objecto Patrimonial’*.

Procurar-se-á, também, inferir, a partir da leitura indicial das intervenções concretas, e do seu cotejo com a analítica textual dos projectos gerais de reconstrução, quais as teorias de restauro que estavam subjacentes às obras efectivamente realizadas, procurando determinar se existem diferenças entre as intenções teóricas manifestas e a sua implementação prática, marcando os desvios e procurando elucidar a sua significância estrutural.

2. 1. A EMERGÊNCIA DA NOÇÃO DE PATRIMÓNIO

2.1.1. A EMERGÊNCIA DO “OBJECTO DE CONSERVAÇÃO” NO RENASCIMENTO

O Renascimento, enquanto movimento cultural que se estruturou através da elaboração de um novo olhar sobre a antiguidade clássica, procurando apreendê-la, tanto na vertente artística como literária, sem os “barbarismos” e glosas que a Idade Média lhe tinha apostado, vai originar uma preocupação crescente, e sustentada, pelos vestígios materiais dessa mesma antiguidade clássica.

Esta preocupação vai implicar, não só uma análise e valorização do passado material clássico, como, também, o desdobramento de escavações e o incremento de uma prática arqueológica persistente, com o objectivo de descobrir todos os possíveis vestígios desse período da história, cuja valorização era, cada vez mais, defendida pelos humanistas e pelos artistas do renascimento.

A dupla vertente de valorização da antiguidade clássica, a protagonizada pelos humanistas, e a protagonizada pelos artistas, leva, segundo F. Choay (Choay, 1999), à instituição, no Quattrocento, de duas atitudes diferentes em face dessa antiguidade, que ela designa como “efeito Petrarca” e “efeito Brunelleschi”.

A primeira atitude caracteriza-se, essencialmente, por uma apreensão subsidiária dos vestígios materiais, que têm como função legitimar e confirmar a visão do classicismo veiculada pelas obras literárias e, desta forma, testemunhar a realidade de um passado acabado, irradiando a sua glória através dos restos que dele subsistem.

Quanto ao “efeito Brunelleschi”, desdobra-se num interesse e valorização das formas artísticas dessa mesma antiguidade clássica.

Exemplo destas duas atitudes, e da sua síntese, é a carta de Giovanni Dondi a Frei Guglielmo da Cremona: «Vi estátuas de bronze ou de mármore preservadas até hoje e os numerosos fragmentos dispersos de esculturas quebradas, os arcos de triunfo grandiosos e as colunas nas quais está esculpida a história de acções notáveis e outros monumentos erguidos publicamente em honra de grandes homens, que tinham estabelecido a paz e salvo o país de perigos ameaçadores [...] tal como me recordo de ter lido. Vi tudo isto, mas sem uma excitação assinalável, desejando que tu também pudesses vê-lo, um dia, caminhando, detendo-te na aventura, dizendo talvez de ti para ti “Eis, seguramente, os testemunhos de grandes homens” [...] examinam-nos de perto,

são tomados de espanto. Eu próprio conheço um escultor de mármore, um virtuoso nesse domínio, famoso entre os que a Itália possuía então [...]. Mais de uma vez, ouvi-o evocar as estátuas e os escultores que ele tinha visto em Roma com tal admiração e veneração que parecia estar fora de si [...]. Ele louvava o génio dos autores dessas figuras para além de toda a medida e concluía que, se essas esculturas tivessem apenas uma centelha de vida, seriam melhores do que se tivessem sido feitas pela natureza.» (Choay, 1999, pp. 40-41)

Para além de nos dar a ver a síntese da atitude de letrados e artistas relativamente ao passado material romano, a carta de Dondi desdobra as principais linhas de força que estruturam a valorização dos objectos que hoje nomearíamos como Património, e que, desta forma, impõem a sua preservação.

Por um lado, temos a concepção destes vestígios no sentido etimológico da palavra monumento (derivada de ‘moneo’, que significa lembrar, advertir, sugerir) ou seja, obras criadas pela mão do homem, e edificadas com a finalidade precisa de conservar sempre presente e viva na consciência das gerações futuras a lembrança de determinadas acções, assumindo, deste modo, um valor de rememoração. Trata-se, assim, de, ao valorizar «a história de acções notáveis e outros monumentos erguidos em honra de grandes homens» (Choay, 1999, p. 40), manter viva na memória a exemplaridade de determinados feitos e a grandeza de uma pátria (Roma), que o Renascimento assume como sua, e que se deve manter, perenemente, na memória das pessoas, e comandar as suas acções.

Mas, por outro lado, temos o enaltecimento destes vestígios do passado enquanto valor de arte absoluto, na medida em que se acreditava que existia um Canon artístico intangível, um ideal artístico objectivo e absoluto, alvo final, se bem que em parte inacessível, de todos os artistas, considerando-se que a antiguidade tinha chegado o mais próximo possível desse Canon, e que algumas das suas criações representavam mesmo esse ideal.

Assim, ao louvar «o génio dos autores dessas figuras para além de toda a medida» (Choay, 1999, p. 41), e concebendo as esculturas como sendo «melhores do que se tivessem sido feitas pela natureza» (Choay, 1999, p. 41), está-se a atribuir às obras de arte da antiguidade um valor ideal, considerando-as a encarnação pura de um Canon artístico que seria válido para todos os tempos e lugares.

Deste modo, a sua conservação teria como fundamento um ‘valor de arte’ absoluto que elas corporizariam, e cuja visibilidade seria, não só a marca de que ele

tinha, já, sido atingido, como, também, um exemplo a ser seguido e “imitado” pelos contemporâneos.

Ideais que são retomados no apelo que Rafael dirige ao Papa Leão X, numa carta que lhe envia em 1519: «No sin mucha aflicción puedo acordarme que, desde que estoy em Roma, hace menos de doce años, han sido destruídas muchas cosas hermosas como la meta que estaba en la via Alexandrina, el arco que estaba en la entrada de las termas dioclecinas y el templo de Ceres en la via Sacra [...].

No debe pues, padre santo, estar entre los últimos pensamientos de Vuestra Santidad el tener vigilancia de aquel poco que queda de esta antigua madre de la gloria e del nombre italiano: para testimonio de aquellos espíritus divinos que a veces solo com su recuerdo estimulan e incitan a las virtudes a los espíritus que hoy se hallan entre nosotros, y para que no sea extirpado de todo y aniquilado por los malignos e ignorantes, ya que desgraciadamente hasta hoy se ha injuriado a aquellos espíritus que com su sangre dieron a luz tanta gloria para el mundo, para esta patria y para nosotros.» (Garriga(ed.), 1983, pp. 223-225).

Carta que nos mostra, para além da preocupação com a destruição dos monumentos da antiguidade clássica, e da defesa da implementação de medidas que impeçam essa destruição, os fundamentos da sua valorização: a beleza, a rememoração das glórias da pátria e o carácter de exemplo, para os contemporâneos, que elas representam.

A estas preocupações, e a apelos como os de Rafael, os Papas responderão com um conjunto de medidas legislativas no sentido da preservação, e valorização, desses mesmos vestígios.

Martinho V restabeleceu, em 1425, um cargo tardo-romano, o de *magister viarum*, para sugerir que o senhor de Roma não tinha interrompido, desde a antiguidade, as suas obrigações de conservação da arquitectura urbana, e Pio II publica a importantíssima bula *Cum almam nostram urbem*. (Müntz, 1878, pp. 353-353)

Nesta verifica-se, pela primeira vez, a distinção entre monumentos e antiguidades. Estas são fragmentos escultóricos ou arquitectónicos antigos (nos quais se incluem os epigráficos), resgatados de antigas construções, ou jazidas arqueológicas, para um ambiente que as descontextualiza do seu meio ‘natural’, enquanto os monumentos são as obras que ainda podiam ser contempladas, *in situ*, na sua quase integralidade.

Esta importância dada às antiguidades está relacionada com a sua função de evocadoras da estética clássica, e cuja existência e conservação tornava possível o estudo da arte greco-romana. Tê-las à mão significava potenciar a sua observação, medição e desenho, e, finalmente, a sua imitação ou cópia.

Para além desta distinção, a bula de Pio II põe em prática um conjunto de mecanismos destinados a preservar os monumentos clássicos, e punir aqueles que os destruam, na medida em que os vestígios da Antiguidade «conferem à dita cidade o seu adereço mais belo e o seu maior encanto», incitam a seguir os exemplos gloriosos dos antigos [...]» (Choay, 1999, p. 46)

Mais uma vez, trata-se de, ao desdobrar um campo legislativo com fins de ‘preservação’², instituir os ‘Monumentos’ enquanto exemplos, com duas funções diversas: servir de modelo, quer às acções dos homens de então, conformando, deste modo, a sua conduta, quer à manifestação da beleza e sua imitação³.

Portugal não fica, também, alheio a todo este movimento de valorização e defesa do “Monumento” clássico.

Em 1467, D. Afonso V dirige um pedido à Câmara de Évora, para dar ao fidalgo Soeiro Mendes «duas pedras que estão nos açougues dessa cidade para uns antipeitos de huas janellas que faz em as suas casas [...] porque as ditas pedras aproveitam pouco donde estão e em as ditas casas foram muyto, e ainda he nobreza as cidades averem em ellas boas casas como as do dito Sueiro Mendes.» (Viterbo, 1899-1922, p. 307, Vol.I), exemplo claro da valorização das antiguidades em termos estéticos ou seja, com um ‘valor de arte’. A sua integração nos edifícios contemporâneos serviria para os enobrecer, através da aposição de elementos artísticos representativos de uma adequação ao Canon ideal de beleza.

Quanto à valorização humanista do classicismo, nas duas vertentes acima apontadas (“efeito Petrarca” e “efeito Brunelleschi”), é dela exemplo cabal o labor de André de Resende, nomeadamente na obra *História da Antiguidade da Cidade de Évora*, terminada por volta de 1547, e impressa, pela primeira vez, em 1553.

² Preservação que não era a conservação, para os vindouros, de um ‘património’, mas a apresentação manifesta de uma beleza ideal corporizada.

³ Convém não esquecer que o carácter de ‘cópia’ não determinava qualquer tipo de inferioridade ontológica da sua beleza, por comparação com a do ‘original’. E isto porque, tendo em conta que o valor que estava em causa era ‘o belo’, eterno e intemporal, a distinção entre ‘original’ e ‘cópia’ não fazia qualquer sentido.

Quer na Itália, onde se dá a sua emergência primeira, quer em Portugal, o ‘Monumento’ é, no período renascentista, um vestígio da antiguidade clássica, e é visto, simultaneamente, como a encarnação de um Canon ideal de beleza, e como um elemento de rememoração das grandezas de um passado pátrio, que foi intencionalmente “lançado” ao futuro, para que a memória desses acontecimentos não se perdesse.

Deste modo, a ambiguidade que se verifica relativamente a estes vestígios, ao mesmo tempo objecto de preservação e de destruição, como a actuação dos Papas renascentistas no-lo mostra, é apenas aparente, na medida em que eles não são nem um património identitário que deve ser salvaguardado, nem as marcas de uma história que eles permitiriam escrever. Só a beleza ideal, ou a manutenção do sentido da mensagem comemorativa que dirigem ao presente, determina a sua preservação. Pode-se, portanto, ser, ao mesmo tempo, conservador e destruidor, sem ambiguidade.

As destruições dos monumentos da antiguidade romana, operadas pelos Papas do Renascimento, não devem, portanto, ser concebidas como vandalismo, na medida em que aqueles não continham em si uma ‘determinação patrimonial’ e, portanto, nada compelia à preservação destes objectos, que eles iam conduzindo ao aniquilamento.

Porquê impedir que o Coliseu continuasse a servir de pedreira das obras papais, cuja beleza, ‘imitada’ dos modelos clássicos, iria engrandecer a cidade eterna e voltar a inscrever na facticidade da vida um cânone ideal de novo atingível, se aquele não era a marca de uma história cuja escrita legitimava e que, sem ele, não seria nem possível, nem pensável, escrever?

E será a colocação de uma estátua de São Pedro, por Sisto V, no topo da coluna de Trajano, um acto de vandalismo? O que se vandaliza aqui? Um documento que apenas o é aos nossos olhos, pois aqueles que o olhavam no século XVI, só podiam ver um ‘monumento’. E esse ‘monumento’, esse apontar para uma acção passada, que deveria ficar na memória como exemplo, já para eles não existia. Porque Roma, porque a História, era uma dádiva de Deus, inscrita na história do cristianismo, que o mundo antigo não sabe senão prenunciar, e do qual São Pedro é considerado o fundador institucional humano.

Além disso, o carácter ‘elitista’ da estrutura valorativa que fundamenta a conservação do passado greco-romano, que se dirige, apenas, a uma pequena minoria, a daqueles que dominam quer os códigos estéticos, quer a literatura clássica, os únicos que permitem a legibilidade da sua mensagem comemorativa, faz com que a massa da

população ‘italiana’ lhe seja estranha, não podendo, portanto, assumir um carácter ‘nacional’.

2.1.2. O ALVARÁ RÉGIO DE 1721

A publicação, por D. João V, em 20 de Agosto de 1721, de um alvará de protecção dos monumentos antigos marca a emergência, em Portugal, do ‘objecto patrimonial’ enquanto ‘Monumento histórico’.

Os monumentos antigos são, nele, determinados enquanto vestígios da história passada da nação portuguesa, cuja análise e estudo permitiria escrever essa mesma história, sendo a sua conservação preconizada na medida em que «podem servir para ilustrar, e testificar a verdade da mesma Historia.» (Alvará régio de 20 de Agosto de 1721, 2008).

“Memórias” que não servem, apenas, para a escrita de uma história de cuja memória só eles restam, mas, também, para manifestar, e dar a ver, «a gloria da antiga Lusitania.» (Alvará régio de 20 de Agosto de 1721, 2008)

Deste modo, a noção de ‘Monumento’ vê alargada o seu âmbito de aplicação, não se restringindo mais, apenas, aos monumentos intencionais ou portadores de valor de arte, mas abarcando todo o vestígio que possa proporcionar um qualquer tipo de informação que possibilite escrever a história de um determinado período. Assim, ao mesmo tempo que se afirma o monumento não intencional, este devém documento, mero signo de um referente para o qual remete, o que, no mesmo movimento, lhe faz perder a materialidade própria que o constitui.

Com este início de afirmação do ‘monumento-documento’, qualquer acto que ponha em causa a preservação da materialidade do documento passa a ser encarado como um acto de vandalismo, na medida em que a sua destruição é, também, a destruição da história que ele nos conta, e que permite escrever. História que se concebe, cada vez mais, como a raiz fundacional de uma comunidade, que nela se alicerça e mantém.

No entanto, o século XVIII ainda não estava suficientemente maduro para o desdobramento pleno das implicações deste emergente “monumento histórico”, o que teve como consequência que este fosse pensado, essencialmente, enquanto “objecto arqueológico”, e que este se estruturasse em função dos princípios fundacionais dos arqueólogos-antiquários, «na medida em que a avaliação do interesse deste monumento

ou daquela peça era baseada na sua beleza, estado de conservação ou valor como espaço ou testemunho de acontecimento memorável da História pátria: as escavações arqueológicas, deste modo só teriam interesse se produzissem materiais dignos de serem expostos, tanto pela sua beleza como raridade ou interesse histórico nacional [...]» (Cardoso, 2001, p. 12)

2.1.3. A REVOLUÇÃO FRANCESA – A LUTA EM TORNO DO ‘MONUMENTO’

Relativamente ao período revolucionário francês, a obra de Françoise Choay *A Alegoria do Património* (Choay, 1999) fornece-nos elementos que nos permitem analisar aquilo que está em jogo nas várias formas, por vezes aparentemente contraditórias, de este ‘tratar’ os ‘objectos patrimoniais’.

Caracterizada, muitas vezes, como uma época de puro e simples vandalismo, o que, efectivamente, nos parece ter-se verificado, nesse período, foi a produção de uma pluralidade de ‘objectos’, tendo como base um ‘referente único’ o que determinava formas diferentes de relação e de acção, ou então (ou simultaneamente), a ‘luta’ em torno da determinação, ou ‘instituição’, do ‘objecto patrimonial’.

Essa ‘luta’, ou ‘pluralidade de objectos’, está bem patente no discurso de Dussaux a propósito da porta de Saint-Denis: «Sem dúvida consagrada a Luís XVI [...] ela merece o ódio dos homens livres, mas essa porta é uma obra-prima [...]. Ela pode ser convertida em monumento nacional, que os conhecedores virão de toda a Europa para a admirar.» (Choay, 2000, p.95)

Ou seja, a porta de Saint-Denis é, simultaneamente, monumento ‘comemorativo’ de uma determinada forma de organização das relações de poder, e instrumento ideológico do seu exercício e afirmação, e ‘documento’ (ou ‘monumento histórico’) que nos permite refazer a história (geral ou da arte) de um determinado período.

Enquanto ponto de apoio do poder, nó denso a partir do qual este gere a sua afirmação e inculcação, e desdobra as suas potencialidades, o ‘monumento’ tem de ser destruído ao mesmo tempo que o poder que nele se ancorava, ou corria-se o risco de este manter, subterraneamente, a sua operacionalidade. Enquanto ‘monumento histórico’, documento, tem como função instruir, concorrer para a reconstituição do modo como decorreu uma civilização. É, pois, um testemunho do passado, importante pelo seu interesse cultural e estético que, objectivado através de um saber que o institui como simples ‘objecto-de-conhecimento’ e, deste modo, o afasta das redes de poder,

deve ser preservado. Preservado enquanto memória e vestígio de um passado que «ao recordarem-nos que nem sempre fomos livres, realcem ainda aos nossos olhos o preço da liberdade.» (Choay, 2000, p.96)

A estes dois ‘objectos’ (‘monumento’ e ‘monumento histórico’) juntam-se ainda outros dois, um determinado por uma concepção descontínua da história, e o outro pela ‘patrimonialização económica’ dos ‘monumentos’.

Uma visão descontinuista da história, que concebe, utopicamente ou não, a possibilidade de um começo absoluto, desligado, e em ruptura total, com o tempo que o antecedeu, desvaloriza, obviamente, o monumento enquanto documento e vestígio histórico, na medida em que não concebe esta como fundamento do presente.

A revolução francesa, que se concebeu, também, como um desses inícios absolutos, teria, portanto, de encarar o ‘monumento histórico’ como um ‘nada-para-o-presente’, retirando-lhe qualquer utilidade em termos de objecto de saber.

Enquanto património, valor de troca e possessão material que, devido à nacionalização dos bens do clero, da coroa e dos emigrantes, passou para o domínio da nação francesa, os “monumentos” são determinados pela sua função económica, e a forma de os gerir deve, portanto, subordinar-se aos critérios de rentabilidade financeira.

Deste modo, a sua venda, destruição, desmantelamento, são legitimáveis, se for esta a melhor forma de os rentabilizar e tornar produtivos.

É em torno destes quatro ‘objectos’ diferentes que se desdobra a actuação da França revolucionária, e é a partir da diferente relação que cada um deles determina, e da função que exerce, que se vão desdobrar as várias formas de ‘preservação’ e de ‘vandalismo’, que não são mais que a manifestação da luta em torno destes objectos, luta essa que constitui, simultaneamente, o processo de criação do ‘nosso’ ‘património’.

O contrário, portanto, de um vandalismo sem freio.

2.1.4. O ROMANTISMO E A AFIRMAÇÃO DO “MONUMENTO HISTÓRICO”

O Romantismo, eminentemente corporizado, em Portugal, por Alexandre Herculano, serve-se, frequentemente, da metáfora textual para caracterizar os monumentos, instituídos enquanto escrita de pedra cuja leitura nos desvendaria o passado de que são a expressão, metáfora essa que remete para uma concepção documental dos mesmos.

Estes são pensados como um testemunho do passado, importantes pelo seu interesse cultural, e que, objectivados através de um saber que os constitui enquanto simples “objectos-de-conhecimento”, permitem-nos refazer a história (geral ou da arte) de um determinado período, perdendo, desta forma, a sua materialidade própria, e transformando-se em simples signo, de cujo referente são a expressão escrita.

Deste modo, a preservação dos monumentos não é mais que a preservação da própria história, e a sua destruição não é mais que a obliteração da história de um povo, o apagar de todas as provas da história.

Relegado para o passado, e para simples manifestação desse mesmo passado, o monumento perde-se enquanto tal, desvanecendo-se, no mesmo movimento, as possibilidades da sua análise intrínseca, e o seu carácter de “memória-viva”, inscrita no presente que somos.

Perde-se, também, o seu valor artístico próprio (enquanto diferente do seu valor para a história da arte), na medida em que este remete para o presente vivido, sem a mediação da memória e da história.

Esta história, de que o ‘Monumento histórico’ constitui um testemunho documental, inscreve-se numa estrutura de raiz identitária, que procura fundar, num passado mais ou menos recente, as origens de uma Nação. Origens que se instituem enquanto marco de uma identidade essencial que se desdobraria, imutável na sua essência, ao longo do processo histórico. Demanda de identidade que o desabar da mundividência geral da época torna mais premente. «O recuo “político” do cristianismo serviu apenas para reforçar a convicção de que era necessário substituí-lo por outra crença colectiva. Acreditava-se que nenhum povo sobreviveria ao confronto entre ricos e pobres, se a todos os cidadãos não fosse dado um ideal colectivo capaz de os unir. Em 1862, o grande historiador Inglês Lord Acton observou que esse substituto, o equivalente ateu da velha fé cristã, era algo que se começava a chamar «nacionalismo». Em breve, os europeus seriam franceses, ingleses e alemães com a mesma intolerância e ferocidade com que tinham sido protestantes e católicos três séculos antes.» (Ramos, 1994: p.566)

Esta necessidade de fundar historicamente a Nação, e de nela alicerçar a vivência da comunidade política, juntamente com uma procura de justificação laica «para a origem do Homem e do Mundo» (Fabião, 1999: p. 106), vai ter como consequência a emergência do ‘objecto arqueológico’ como marca estruturante de um

discurso identitário, que teve como principais expoentes José Leite de Vasconcelos, Martins Sarmiento e os membros da Sociedade Carlos Ribeiro.

Todos eles tinham como objectivo estruturante do seu trabalho a tentativa de fundar, no mais remoto passado, a unidade étnico-cultural do povo português, através de um «projecto nacionalista, cujo discurso de suporte se funda na convicção de uma continuidade cultural existente na fachada ocidental da Península Ibérica, desde as mais remotas eras até ao tempo presente.» (Fabião, 1999: p.116)

Concebido como documento, o monumento não é mais que um meio de prova a inserir no discurso historiográfico, como sua fonte de legitimação, o que implica que ele seja mantido no seu estado original, tal como foi concebido pela época que o criou, não sendo possível uma sua qualquer alteração ou descontextualização, sendo as modificações que sofreu ao longo do tempo concebidas como falsificação histórica⁴, e a sua destruição vista como o apagar de «todas as provas da história» (Herculano, Monumentos Pátrios, 1873, p. 8).

Deste modo, o monumento deve, tal como o documento, ser sujeito a uma crítica de autenticidade que determine a sua “veracidade” e datação, o que implica a sua conservação, tanto quanto possível, no estado originário, e um restauro que tenha como função devolver a pureza inicial de estilo às obras alteradas durante os séculos posteriores, expurgando-as de todos os “vandalismos” que lhe foram sendo adossados, porque «se a culta barbaria dos nossos avós e de nossos paes forcejou por cobrir com remendado véu os monumentos dos primeiro seculos da monarchia, deixou em muitos delles ao menos, os seus formosos e ideaes perfis, as suas linhas architectonicas. O pensamento que inspirou essas concepções grandiosas como que se alevanta d'entre as devastações perpetradas pelo camartélo, pela picareta e pelos boiões de cal delida, e apesar de se haverem dirigido sem tino, sem gosto, sem harmonia as restaurações dos edificios que as injurias do tempo em parte haviam arruinado, resta ainda muito que estudar e admirar nesses monstros. Até, em alguns delles, é possível supprimir, pela imaginação, o moderno e pôr em logar deste o antigo.» (Herculano, 1873, pp. 6-7)

Exemplo típico desta concepção é o restauro do Templo de Diana, em Évora, e alguns dos projectos que em seu torno se teceram.

⁴ «Nesses livros preciosos, em vez do seu primitivo conteúdo, só achareis as rasuras que mãos ineptas ahi fizeram e os caracteres que sobre essas paginas, outrora eloquentes, traçou a peor das barbarias, a barbaria pretenciosa e civilisada.» (Herculano, 1873, p. 6)

Num artigo publicado anonimamente no *Universo Pittoresco*, (Portugal III - Évora:Templo de Diana, 1839-40, Vol.I) em 1840, e onde se refere que este é, inquestionavelmente, a mais bela relíquia da Antiguidade em Portugal, preconiza-se a devolução ao Templo da dignidade e da imagem perdidas devido a uma reutilização que, mais do que inadequada, é considerada aviltante. Que essa reutilização tenha já vários séculos é algo que é considerado irrelevante.

Nas intenções de restauro manifestas no artigo, verifica-se que o objectivo defendido é limpar a fábrica primitiva das intervenções posteriores, libertando o edifício das construções que, ao longo do tempo, a ele se ligaram, eliminando as estruturas que o açougue acrescentou no seu interior, retirando das colunas a pedra e cal que as cobria, e nivelando o pavimento interior e exterior.

Quando, em 1870, Rocha Viana procede ao restauro do Templo, fá-lo fundando-se no *Relatório* (Simões, 1869) de Augusto Simões, datado de 1869. Para este, e dado o estado de degradação que o edifício tinha atingido, «Não havia senão dois meios de prevenir tamanha perda: ou reparar as paredes arruinadas, ou demoli-las, deixando unicamente o que fosse obra romana. O primeiro alvitre, para além de exigir maior despesa, perpetuaria um barbarismo, tolerável somente no caso, em que importasse a conservação dos restos do templo. O segundo tinha a seu favor todas as razões de economia e de estética. Era a única racionalmente admissível.» (Simões, 1888, pp. 136-137) Em apoio desta posição, manifestam-se, entre outros, Victor Bastos e Alexandre Herculano.

Victor Bastos (Barata, 1872, p. 207), para além de concordar com os aspectos estruturantes da posição de Augusto Simões, sugere que se procurem as pedras da arquitrave, cornija e tímpano, que pensa existirem dispersas em grande parte da cidade, para voltarem a ser colocadas nos seus lugares, e Alexandre Herculano referiu que «não devia ficar nada que não fosse primitivo e romano, porque tudo o mais não tinha merecimento algum histórico ou artístico e só poderia servir de arrastar um dia, na sua ruína, o que era precioso.» (Leal, 1996, p. 290, Vol.I)

Assim, o restauro de Rocha Viana vai demolir as paredes medievais, reparar o muro do envasamento e recolocar as partes que restaram da arquitrave e do friso, vedando a possibilidade de acesso ao Templo pela colocação de uma grade de ferro na zona acessível.

Manifesta-se, deste modo, claramente, a afirmação do ‘valor histórico’ dos ‘objectos patrimoniais’, e a sua concepção enquanto ‘Monumento Histórico’, o que faz

com que aquele seja visto como um documento que nos fala do passado ao qual pertence, não podendo, por isso, ser objecto de qualquer transformação ou utilização contemporâneas. Deve ser mantido, tanto quanto possível, tal como a época que o concebeu no-lo legou. Esta afirmação do valor histórico na análise e valorização dos monumentos, pela necessidade de conhecimentos de história e história de arte, e de mecanismos de descodificação dos seus códigos, que implica, faz com que a defesa dos monumentos se mantenha, tal como na época anterior, apanágio de uma pequena elite de conhecedores e de ‘peritos’.

No entanto, outras propostas de restauro, para além da que referimos, foram apresentadas a propósito do monumento eborense.

Joaquim Heliodoro da Cunha Rivara publica, em 1872 (Rivara, 1872), um trabalho, no qual se preconiza um plano de restauro que afirma a necessidade da conservação de uma parte das paredes construídas na Idade Média, por razões meramente arquitectónico-estilísticas, implicando, desta maneira, uma defesa do monumento em termos de ‘valor artístico’, o que instaura uma ‘guerra’ surda em torno do património e em torno do vandalismo patrimonial. Enquanto para Herculano, e para o movimento romântico em geral, qualquer alteração, antiga ou contemporânea, da traça original de um edifício, era concebida como um acto do mais puro vandalismo, que deveria ser denunciado, e corrigido, na medida do possível, para os defensores do ‘valor de arte’, as transformações produzidas no monumento ao longo da sua ‘vida’ faziam parte integrante da sua história, manifestando as transformações artísticas que se operaram ao longo do tempo, abstendo-se estes, no entanto, de inserir as possíveis transformações contemporâneas nessa historicidade. A historicidade do monumento termina no presente; a sua alteração na contemporaneidade constituiria um acto de vandalismo.

Para os defensores do ‘valor de arte’, a restauração preconizada pelos românticos, ao destruir, no monumento, todas as marcas que não corresponderiam ao seu projecto originário, não passa de um atroz acto de vandalismo, na medida em que eliminaria todos os vestígios da história posterior do monumento.

Assim, no século XIX, o século da emergência e afirmação do ‘Monumento Histórico’, o ‘valor de arte’ dos monumentos ainda não tinha sido completamente arredado do panorama histórico, e tem, ainda, força suficiente para afirmar a sua existência.

Verifica-se, portanto, neste nosso século XIX, a coexistência de duas estruturas diferentes, e divergentes em muitos aspectos, de valorização dos monumentos: o ‘valor histórico’, claramente predominante, e o ‘valor artístico’.

A legislação liberal da década de trinta deste século XIX, ao nacionalizar os bens do clero e da coroa, e ao decidir-se pela venda dos bens nacionais, vai fazer com que este período da história seja fértil em debates parlamentares, e disposições relativas aos ‘Monumentos Nacionais’, procurando definir as normas, e o quadro estrutural, que deveria reger as suas diferentes formas de gestão, e tornando premente a sua inventariação e classificação, embora só em 1880, através de uma portaria do Ministério das Obras Públicas, a Real Associação dos Arquitectos Civis e Arqueólogos Portugueses, por influência de Sousa Holstein, elabore uma lista de obras a serem consideradas ‘Monumentos Nacionais’.

Esta lista propunha dividir os ‘Monumentos’ em seis categorias:

«• Monumentos históricos e artísticos e os edifícios que somente se recomendam pela grandeza da sua construção, pela sua magnificiência, ou por encerrarem primores de arte — Batalha, Alcobaça, Jerónimos, templo de Évora, por exemplo.

• Edifícios importantes para o estudo da história das artes em Portugal, ou somente históricos, mas não grandiosos, ou simplesmente recommendáveis por qualquer excellencia da arte — arco de Aramenha, cipos romanos em Santarém, sepulcros romanos de Panóias.

• Monumentos da arte militar antiga. Castellos e Torres.

• Monumentos levantados em logares públicos pela gratidão nacional, em honra de homens que bem mereceram da Patria — estátua equestre de D. José, arco da Rua Augusta e estátuas régias decorativas.

• Padrões de mui diferentes generos importantes para a história e para as artes” — onde se incluía monumentos anteriores à monarquia, tais como Cetóbriga e Ossonoba.

• Monumentos prehistoricos — especificando que se tratava de dolmens ou antas, menhirs, mamunhas, etc.» (Fabião, 1995, p. 80)

Lista cuja escolha é, ainda, determinada pelos três valores anteriormente detectados: ‘valor histórico’ (« Monumentos históricos» (Fabião, 1995, p. 80); «Edifícios importantes para o estudo da história das artes» (Fabião, 1995, p. 80)), ‘valor de arte’ («edifícios que somente se recomendam pela grandeza da sua construção, pela sua magnificiência, ou por encerrarem primores de arte» (Fabião, 1995, p. 80); « simplesmente recommendáveis por qualquer excellencia da arte» (Fabião, 1995, p. 80))

e ‘valor de rememoração’ («Monumentos levantados em logares públicos pela gratidão nacional, em honra de homens que bem mereceram da Patria» (Fabião, 1995, p. 80)).

Mas a legislação liberal coloca, ainda, outro problema que se tornará premente, e estruturante das formas emergentes de concepção dos “Monumentos”: o problema económico. A nacionalização dos bens da coroa e do clero faz com que uma massa gigantesca de “Monumentos Nacionais” integre o património do Estado e, portanto, não só passam a ser pertença de toda a nação, que deles deverá cuidar (o que vai implicar, entre outras coisas, e por razões económicas, que estes sejam objecto de reutilização para novas funções, diferentes daquelas para que foram edificados, o que vai contra os princípios estruturantes do ‘valor histórico’, sendo, portanto, alvo da crítica acerba dos que defendem este valor), como passam a ser entendidos como bens, ao mesmo nível dos outros bens económicos e, portanto, necessariamente geridos como estes.

Preocupação de ‘gestão patrimonial’ bem patente no discurso do deputado Galvão Palma «A nação quer saber onde estão as jóias: os ricos utensílios, tanto chefes d’obras e primores do génio e da arte que embelezavam os claustros [...] conservar na massa dos Bens Nacionais muitas alfaias que com grossas quantias de dinheiro se tem sonogado.» (Diário do Governo, 1837, p.343)

Desta forma, emergem, no campo da patrimonialização, duas novas vertentes problemáticas.

Por um lado, e esta era uma preocupação assumida pelos românticos, nomeadamente por Alexandre Herculano, emerge a questão da valorização económica do monumento. O monumento, enquanto património, deve ser objecto de uma rentabilização económica, cujas potencialidades são, então, descobertas e veementemente afirmadas.

A incapacidade de rentabilizar o património, de gerir a riqueza que ele, por essência, é capaz de produzir, institui uma forma nova de vandalismo. O vandalismo do desperdício patrimonial.

Por outro lado, a gestão desta ‘massa patrimonial’ implica, por vezes, a afectação dos monumentos a novas funções, o que obriga a alterações na sua estrutura, de modo a adaptá-lo às novas funcionalidades.

Adaptação que os românticos e os defensores do ‘valor artístico’ não se cansarão de apelar de vandálica, na medida em que estas adaptações funcionais vão determinar a introdução do presente na historicidade dos monumentos, contrariando os princípios estruturantes do ‘valor histórico’.

Património ancestral que assume, para além da sua importância económica, um ‘valor de antiguidade’, caracterizado pela presença das marcas temporais que o desdobramento da história nele deixou inscritas, assumindo-se enquanto mero ícone de uma identidade que prescinde da análise histórica.

A conjugação destes dois factores, que dominará a abordagem dos ‘Monumentos’ no século XX (que se tornarão definitivamente, e em absoluto, Património) aliada ao alargamento do seu âmbito de análise e valorização, vai fazer com que estes se tornem objecto de preocupação por parte de toda a comunidade nacional (e, hoje, internacional), na medida em que a sua determinação não depende da posse de qualquer código específico, nem da aquisição de uma linguagem complexa e “erudita”.

Os séculos XIX e XX verão, assim, a ‘concepção patrimonial’ deslocar-se entre diferentes pólos antagónicos, numa ‘luta’ que ainda não terminou, e que só tem podido ser gerida através da tomada de medidas paradoxais e contraditórias.

2.2. A EMERGÊNCIA DO MOSTEIRO DE ALCOBAÇA COMO PATRIMÓNIO

Com o prenúncio da vitória dos Liberais, os monges de Alcobaça abandonaram o Mosteiro, pela primeira vez, em Julho de 1833, tendo, depois, regressado, repetindo-se, várias vezes, a sua saída-regresso, com pequenos intervalos de tempo, fugindo sempre que a sorte das armas fazia antever um desfecho definitivo da guerra a favor das tropas comandada por D. Pedro.

Abandono que se torna definitivo como consequência de um levantamento liberal nas terras de Alcobaça, verificado a 16 de Outubro de 1833, e que determinou o fim de séculos de domínio quase absoluto dos monges nas referidas terras.

Na sequência deste levantamento, que se desdobrou pela totalidade dos coutos, o Mosteiro, já despojado dos frades que o habitaram, é assaltado e saqueado durante «onze dias, sem que ninguém se lhe opozeresse» (Natividade M. V., 1885, pp. 181-182), pela população de Alcobaça, ‘ajudada’ pelos soldados de uma divisão francesa que estava sediada em Peniche, e que tinham vindo até à Vila ajudar os Liberais revoltosos.

Alcobacenses e Franceses que se apossaram “ (...) da livraria, das alfaias, das mobílias, de tudo o que sem grande custo podiam levar (...)” (Natividade, 1885, p. 181), para além da destruição que deixaram à sua passagem: “(...) o templo foi barbaramente devastado, quebraram algumas esculturas apreciáveis que ainda ali havia, rasgaram quadros, praticaram todas as cenas de sacrilégio que se podem narrar.

Os tumulos de D. Pedro e D. Ignez de Castro foram abertos, e os esqueletos dos dois amantes trazidos para o meio da igreja, e ahi expostos á irrisão da soldadesca; (...)" (Natividade, 1885, p. 182)

Ancorado na já operada reificação do Mosteiro, que o tempo e o processo de desintegração da rede de poder que a partir dele se exercia, bem como o seu despojamento de qualquer tipo de característica funcional, possibilitou, e alicerçado numa concepção estético-documental do 'monumento', Vieira Natividade virá a classificar a atitude dos alcobacenses como um acto de mero vandalismo patrimonial, radicado na pura libertação dos mais baixos, e destruidores, instintos: " O mosteiro tornou-se objecto particular do seu odio, e foi, podemos dizel-o, onde cevaram a sua vingança.

A plebe – para quem se enviam sempre todos os actos de vandalismo – apoderou-se de todo o mosteiro, do templo e ali deu largas á sua vontade." (Natividade, 1885, p. 181)

O saque do Mosteiro de Alcobaça não seria, assim, mais que a prática de um acto de 'lesa-património': um património histórico-artístico teria, nesse momento, sido destruído, ou gravemente danificado.

Mas o que seria, então, o Mosteiro de Alcobaça para o povo dos Coutos? Um património que deveria ser preservado, a materialidade de uma história a ser escrita?

Ou seria, essencialmente, um símbolo do poder clerical, e da arbitrariedade e abuso desse poder?

Isto porque o 'monumento', em si, é, potencialmente, caracterizado por uma pluralidade de possibilidades de categorização, função das redes, mais ou menos densas, em que está inserido, bem como do olhar de quem com ele se confronta.

O próprio Natividade deixa antever, nalguns momentos da sua escrita, a 'outra' realidade: " N'este pronunciamento que echoou em todas as terras dos coutos, respiraram os vassallos do D. Abbade. Abriu-se-lhes um horisonte vasto e elles poderam sacudir o jugo que os fazia vergar". (Natividade, 1885, p. 181)

Realidade que fazia do Mosteiro, não um objecto patrimonial, mas um nó numa estrutura de poder opressivo que subjugava as populações. E não era, isso mesmo, o Mosteiro, antes do tempo, e dos homens que depois vieram, o terem transformado em 'património'?

A opressão estava, ainda, demasiado próxima, para que mesmo os seus mais anódinos símbolos não fossem percebidos como instrumentos de poder.

Deste modo, o saque do Mosteiro de Alcobaça não pode, de modo algum, ser concebido como um acto de vandalismo patrimonial, na medida em que não houve a destruição de qualquer tipo de património. Houve, isso sim, uma luta política que se estruturou em torno do Mosteiro, que, enquanto símbolo concreto, estrutura material de exercício de um poder, não poderia deixar de levar à sua ‘destruição’, à destruição da lógica de funcionamento de um poder que foi vencido e derrubado.

E um instrumento efectivo de poder não pode ser visto, nem pensado, no imediato, enquanto património, nem mesmo na sua vertente de rememoração da opressão. Esse papel terá de ficar para os despojos que cada um levou para suas casas.

Terminada a guerra, e legitimamente estabelecido o novo poder, procede-se à institucionalização do aniquilamento do poder monacal, que, nas terras em que habitava, a população alcobacense havia já determinado pela simples força dos seus braços, com a promulgação da Carta de Lei de 30 de Maio de 1834, através da qual «Ficam desde já extintos em Portugal, Algarve, Ilhas adjacentes, e Domínios Portuguezes todos os Conventos, Mosteiros, Collegios, Hospícios, e quaesquer Casas de Religiosos de todas as Ordens Regulares, seja qual for a sua denominação, instituto, ou regra.»⁵, ficando os seus bens « (...) incorporados nos Próprios da Fazenda Nacional.»⁶, e sendo os objectos de culto « postos á disposição dos Ordinarios respectivos para serem distribuidos pelas Igrejas mais necessitadas das Dioceses.»⁷.

De posse de uma desmesurada quantidade de bens que se tornava necessário gerir, e num contexto marcado por uma crise financeira, as Cortes decidem, por Carta de Lei de 15 de Abril de 1835, autorizar o Governo a colocar «desde logo em venda todos os Bens de raiz Nacionaes, de qualquer natureza que sejam»⁸, exceptuando, nomeadamente, « 1.º Os Bens, e Edificios que forem destinados para o serviço publico. (...) 3.º As Obras e Edificios de notavel antiguidade que mereçam ser conservados como primores da arte, ou como Monumentos históricos de grandes feitos, ou de Epocas Nacionaes. (...) 5.º Os Estabelecimentos indispensaveis destinados para o serviço do Exercito e Marinha.»⁹

É em função do quadro institucional assim consagrado que, pelas Portarias do Ministério da Fazenda e da Junta de Crédito Público, de 4 e 29 de Agosto de 1837,

⁵ Artº. 1º da Carta de Lei de 30 de Maio de 1834, Colecção Oficial da Legislação Portuguesa, 1834, p.183.

⁶ Ibidem.

⁷ Ibidem.

⁸ Carta de Lei de 15 de Abril de 1835, Colecção Oficial da Legislação Portuguesa, 1835,1º sem., p.119.

⁹ Carta de Lei de 15 de Abril de 1835, Colecção Oficial da Legislação Portuguesa, 1835,1º sem., p.119.

respectivamente, confirmadas, posteriormente, pela Carta de Lei de 11 de Fevereiro de 1862, a Câmara Municipal de Alcobaça toma posse de «parte do edificio e suas pertenças do extinto mosteiro de S. Bernardo d'aquela villa (...) para n'ella se estabelecerem o tribunal judicial, paços do concelho, aulas de ensino primario e secundario, administração do concelho e cadeia publica (...)»¹⁰, que compreende «a parte que decorre desde a Casa dos Reis até à esquina para o lado do norte incluindo a casa que serviu de refeitório, claustros e varandas adjacentes, casas de capitulo e Parlatório confrontando tudo do norte com o largo do Chafariz, Sul com a Igreja e Casa dos Reis nascente com o edificio da Repartição Militar e poente com o Rocio.»¹¹.

O espaço ocupado pelos Claustros do Cardeal e da Biblioteca, bem como pela Sala dos Monges, Cozinha e Dormitório, no qual se pretendia instalar o Regimento de Artilharia nº 10, mas onde, em 1858, apenas se «conserva ali tres ou quatro veteranos, e percebe do aluguer de algumas casas e do terreno da horta uns cento e tantos ou 200\$000 reis, (...)»¹², reverte, em 1836, para a posse do Ministério da Guerra, ficando a Igreja como '*Monumento Histórico*'.

O Claustro de D. Afonso VI, com as dependências que lhe estão adjacentes, bem como a Ala Sul e terrenos confinantes com a Igreja, serão vendidos a particulares.

Entretanto, em 1839, procede-se à demolição da cerca e do edificio da Portaria, que prolongavam a actual Ala Norte, o que permitiu estabelecer a comunicação entre o Mosteiro e a Vila, integrando-os num todo, cuja coerência se iria progressivamente afirmando.

Fazendo agora parte da localidade que dominara, o Mosteiro de Alcobaça encontra-se dividido em quadro zonas categorialmente diferenciadas: 1.- Claustros do Cardeal e da Biblioteca, Dormitório, Sala dos Monges e Cozinha, na posse do Ministério da Guerra; 2.- Claustro de D. Dinis, Refeitório, Sala dos Reis, e salas da fachada poente da Ala Norte, pertença da Câmara Municipal de Alcobaça; 3.- Ala Sul, edificios confinantes com a fachada sul da Igreja, e Claustros da Cadeia e de D. Afonso VI, detidos por particulares; 4.- Igreja, bem propriamente '*patrimonial*'.

Diferença categorial que, obviamente, implicaria formas diferentes de gestão dos espaços. Enquanto o destino conferido aos três primeiros pressupõe a possibilidade da sua adaptação às novas realidades funcionais que iriam desempenhar, a do quarto

¹⁰ Carta de Lei de 11 de Fevereiro de 1862, Colecção Oficial da Legislação Portuguesa, 1862, p. 25.

¹¹ Livro C das descrições dos bens próprios do Município, Fl. 21, 2 de Abril de 1862.

¹² Actas da Câmara dos Deputados, 13-02-1858, 10ª legislatura, 2ª sessão, p. 137

predeterminaria a sua ‘*conservação*’ e, se necessário, restauro, como ‘*Monumento*’ que é.

Mas determina, também, modalidades diferentes de relacionamento com o ‘*objecto arquitectónico*’, a emergência, e consolidação, de olhares diversos sobre o ‘*mesmo*’ ente, que, desta forma, se torna sempre o *Outro* de si-próprio.

Quando, em 1836, Joaquim Possidónio Narciso da Silva visita o Mosteiro, «já não havia uma tábua nos dormitórios e claustros superiores, estando o vigamento a descoberto, e as suas numerosas portas, na parte interna do edifício, já não tinham fechaduras, estando apenas cerradas com uns caniços! Eram já de valia as perdas (...)» (Relatorio da Comissao dos Monumentos Nacionaes Apresentado ao Illustrissimo e Excellentissimo Senhor Ministro das Obras Publicas Commercio e Industria , 1894, p. 17), perdas que continuariam a inscrever-se no corpo morto do ‘*Monumento*’, infligidas pelos próprios órgãos institucionais que, agora, detinham a sua posse.

Assim, em 1839, a Câmara Municipal de Alcobaça cede o espaço do Refeitório a uma associação de carácter particular, para nele montar um teatro (Foto 227) que o cobre «com madeira de pinho e serapilheira pintada» (anexo II.A-Doc. 3), e, em 1843, decide mandar retirar parte das lajes do Claustro do Refeitório e destelhá-lo, utilizando as telhas no arranjo de edifícios do Município, embora, em face dos danos excessivos que tal acto causou, tenha acabado por deliberar proceder ao arranjo dos referidos telhados, aproveitando a ocasião para iniciar as obras tendentes à instalação do Tribunal Judicial no Mosteiro (Villa Nova, 1940, p. 40). Reparação que não significou, no entanto, uma ‘*mudança-de-olhar*’ relativamente ao património que lhe foi confiado, na medida em que, no ano de 1855, concede «a Vitorino José, desta vila, a devida licença para tirar, no sitio que lhe fôr designado, as lajes necessárias para construir um passeio defronte das casas da sua residência, cujas lajes sairão do Cláustro do Extinto¹³ Convento desta vila, que pertence à Câmara» (Villa Nova, 1940, p. 24), fazendo igual concessão a Mariano dos Santos Cavaleiro e a José Carlos de Carvalho; procedimento que retoma em 1868, quando delibera deferir o pedido de António Lúcio Taveira Pinto

¹³ Não deixa de ser significativa a utilização de maiúscula inicial na palavra Extinto, quando tal não se verifica na grafia da própria palavra vila. O Convento e a sua Extinção assumem, assim, uma dignidade semelhante, mostrando a importância fundamental que a expulsão dos frades continuava a ter nos quadros mentais da população alcobacense. A qualificação *Patrimonial* do Mosteiro referia-se, assim, não só ao monumento edificado, como também, se não primacialmente, ao facto da sua abolição enquanto Convento propriamente dito, sede do poder clerical que a partir dele se exercia. Símbolo maior da destruição desse poder, sendo dele o ‘*Monumento*’ comemorativo. A sua ‘*destruição*’, simbólica ou real, ou canibalização, constituíam, deste modo, a consequência lógica do estatuto que lhe era conferido.

no sentido de lhe serem cedidas as lajes necessárias para reconstruir o passeio em frente ao seu prédio, situado, tal como os anteriormente citados, no Rossio da Vila de Alcobaça¹⁴.

A parte do Mosteiro que lhe pertence é, portanto, gerida pela Câmara como um recurso económico a rentabilizar de todas as formas possíveis, passando essa rentabilização quer pela sua ocupação física, quer pela sua utilização como matéria-prima a empregar nas mais diversas aplicações. A beleza da Praça que emerge, e que o olha de frente, é mais importante que a sua integridade, e deve ser adornada com o esplendor que o caracterizou. Através desta dupla integração do Antigo convento na Vila, tanto pela instalação nos seus espaços dos órgãos institucionais municipais, como pela trasladação, para a malha urbana que lhe é contígua, de fragmentos que lhe são arrancados, procede-se à subjugação do antigo poder pelo novo.

‘*Património*’ que é concebido enquanto capital, simultaneamente financeiro e de poder. A utilizar em função das necessidades simbólicas actuais.

Num registo outro, o Mosteiro alcobacense começa a emergir, em finais da década de quarenta, e particularmente durante a década de cinquenta, do século XIX, como nó problemático nos debates parlamentares das Câmaras então eleitas.

Em 1848, um membro da Câmara dos Pares do Reino pergunta ao Presidente do Conselho se não existem verbas para a «(..)sustentação dos edificios antigos, e monumentaes, como os da Batalha, Alcobaça, e até Mafra, que se destroem e aniquilam com o tempo (...)»¹⁵; em 1855, o Deputado Pessanha «chamou a atenção do Governo sobre a necessidade de que se não perdesse o bello edificio do convento de Alcobaça, porque era um edificio muito importante, e não se ganhava nada em que elle se deteriorasse»¹⁶; em 1856, outro deputado alerta a «commissão de obras publicas, sobre um projecto que ha dias mandei para a mesa, para a camara applicar 4:000\$000 réis para o concerto immediato de que precisa o templo de Alcobaça, e 300\$000 réis annuaes para a fabrica; porque a igreja matriz de Alcobaça está hoje no antigo templo do convento. Fui n'este verão visitar este convento, e senti muito de o achar em ruinas.»¹⁷, considerando que «(...) na camara não haverá um só deputado que se negue a approvar o pensamento do projecto que eu apresentei. Lembro á illustre commissão de obras publicas, que é de urgencia dar um parecer sobre esse projecto, porque é

¹⁴ A.C.M.A., Livro 1 dos Acórdãos das Sessões Camarárias da C.M.A., Fl. 39 Verso, 27 de Janeiro de 1868.

¹⁵ Actas da Câmara dos Pares, 20-07-1848, 7ª legislatura, 1ª sessão, p. 1124

¹⁶ Actas da Câmara dos Deputados, 09-06-1855, 9ª legislatura, 3ª sessão, p. 724

¹⁷ Actas da Câmara dos Deputados, 12-04-1856, 9ª legislatura, 4ª sessão, p. 167

necessario que n'esta sessão legislativa elle se discuta e se approve, por isso que a igreja do convento de Alcobaça não póde demorar-se n'aquelle estado em que se acha, aliás cáe em ruinas como está o convento. É uma pena ver estar a desmoronar-se por todos os lados um edificio daquela ordem. (Apoiados.) Eu supponho que ha idéa de aproveitar o convento para uma penitenciaria; mas a igreja, a sachristia e todas aquellas partes do edificio que servem para officinas da igreja devem separar-se, e a camara deve votar quanto antes uma verba no orçamento, para que se mantenha aquelle edificio, que é um monumento historico, (Apoiados.) e se o deixarmos cair de todo em ruinas, é uma grande perda e uma grande vergonha. (...)»¹⁸; em 1857 refere-se, ainda, que «O extincto mosteiro de monges da ordem de Santa Maria de Caraval em Alcobaça, fundado pelo senhor D. Affonso Henriques, em cumprimento de um voto pela tomada de Santarem aos sarracenos, mas augmentado, nos reinados seguintes, fabrica grandiosa, que levou seculos a construir, e em que se gastaram milhões de cruzados (contados pelo valor que hoje tem a moeda) mas que presentemente jaz desamparada e em começo de ruina, mais pela devastação dos homens do que pela do tempo»¹⁹.

Já não simplesmente recurso económico a rentabilizar, que não deixa, também, de o ser, afirma-se, simultaneamente, como '*Monumento Histórico*' que se torna imprescindível preservar, sendo a degradação que o assola fruto de uma barbárie que não deixara de macular, irremediavelmente, os que a permitem.

Conceptualmente desdobrado em duas partes com características diferenciadas, uma devendo ser rentabilizada através da edificação de um estabelecimento prisional²⁰, a outra destinada a Património da nação que com ele nasceu, insinua-se, ainda, nestes discursos, a dualidade fundamental que o constituirá até ao século XX.

Mas, enquanto indicador que aponta para a historicidade que nos fundou, é a nossa própria história que ele assinala, e enquanto símbolo que indelevelmente a instituiu, tem, obrigatoriamente, de constituir primoroso objecto de atenção, na medida em que a obliteração da sua memória é o equivalente da própria negação da historicidade que se inscreve no corpo da nação, cuja grandeza não pode deixar de estar ligada à origem que a funda. A degradação do Mosteiro de Alcobaça, o vandalismo dos

¹⁸ Ibidem.

¹⁹ Actas da Câmara dos Deputados, 24-04-1857, 10ª legislatura, 1ª sessão, p. 279

²⁰ «(...) o mosteiro de Alcobaça tem a meu ver todas as condições precisas para se apropriar a uma cadeia penitenciária capaz de receber centenaes de presos, uma vez que se façam as obras necessarias, as quaes importarão em muito menos despeza do que se edificasse pela raiz uma casa penitenciária.» Actas da Câmara dos Deputados, 24-04-1857, 10ª legislatura, 1ª sessão, p. 279

ignaros homens que, passiva ou activamente, a promovem, é consequência directa da desagregação e decadência que se inculca, já, na *'alma do povo'* que, desse modo, se nega a si mesmo, ao negar a sua essência.

Ainda em 1894, numa sessão da Câmara dos Deputados, se reafirma a necessidade de conservar o Mosteiro de Alcobaça, que é digno de « (...) atenção não só sob o ponto de vista artistico, mas como monumento histórico (...)».²¹

Não anda longe Ramalho Ortigão quando defende a preservação dos Monumentos em função da sua dupla vertente constitutiva, histórica e artística, e na medida em que estes, nessa sua dupla vertente, seriam os testemunhos da grandeza e da identidade do povo português.

Sendo a identidade um dado, determinado pela raça, pelo clima, e pelo solo, que se desdobraria ao longo da história, em diferentes concretizações, os Monumentos dariam a ver essa mesma identidade, ao longo do processo histórico.

É essa função de apresentação da identidade de uma Nação, que confere ao Monumento o seu carácter *'Patrimonial'*, ao desdobrar, perante o nosso olhar, o património cultural que somos: “É pela arte que o génio de cada nação se patenteia, que a autonomia nacional de cada povo se revela na sua autonomia mental, e se afirma, não só pela sua especial compreensão da natureza, da vida e do universo, mas pelo trabalho colectivo da comunidade (...)” (Ortigão, 1896, p.175)

Mas, “O nosso povo porém desaprendeu de ver a obra artistica do seu passado. (...) O arrolamento da nossa riqueza artistica (...) é (...) a pedra fundamental de toda a construcção destinada a dar á arte portugueza o logar que lhe compete na historia geral da nacionalidade, na orientação do sentimento colectivo do povo (...)” (Ortigão, 1896, pp.151-152)

E esse “desaprender de ver”, essa incapacidade de perceber a sua própria originalidade identitária é o fundamento da decadência, cuja manifestação atinge a sua plenitude na época em que vive, e é a causa, entre outros efeitos perniciosos, da “destruição” dos monumentos architectónicos da Nação.

Perdida a capacidade de vermos a pura apresentação da nossa identidade, que os monumentos desdobram aos nossos olhos, esta desvanece-se, e “D’esta desorganisação geral de toda a policia da arte resulta mais ou menos lentamente, a quebra da tradição esthetica nacional, que é a seiva de toda a producção artistica.

²¹ Actas da Câmara dos Deputados, 26-10-1894, 30ª legislatura, 1ª sessão, p. 177

Á infecundação do individuo pelo espirito da raça corresponde o desfallecimento do poder creativo, a inercia da intelligencia, a esterilidade do estudo, a degeneração da phantasia, o abandalhamento do gosto, a atrophia do proprio character, e, em ultimo resultado da decadencia geral, a desnacionalisação pelintra de todo um povo.” (Ortigão, 1896, p.109)

Ou seja, as estruturas fundacionais identitárias são, por sua vez, função de uma “policia”, cuja desorganização desestrutura a própria fundação, sendo necessário o mecanismo fundador da “policia” identitária para que o próprio fundamento seja preservado.

A arte e a identidade nacional, que legitimam a preservação dos monumentos arquitectónicos são, neste movimento, criados pelos próprios mecanismos de “mostração” da identidade, o que torna estes essenciais para que se possa preservar o *‘Espírito Original da Nação* que, sem eles, é votado à desagregação.

O *Monumento* não pode, pois, deixar de preservar intacta a forma original em que foi criado, pois só nesta se encarna o fundamento puro do que somos, e sem uma constante ligação a este, a Nação estará votada a perecer.

Em 1857, e depois do aceso debate parlamentar que sobre essa questão se desenrolou, procede-se à construção de um estabelecimento prisional no Claustro da Cadeia (Fotos 373 a 378), ano no qual a Câmara Municipal vende o edifício dos Paços do Concelho, que possuía no Rossio, e se transfere para a Ala Norte do Mosteiro, iniciando-se um processo sistemático de ocupação dessa parte do edifício pelos serviços da administração central e local, aí se estabelecendo, para além dos já referenciados, a Administração do Concelho, a Recebedoria do Concelho, a Repartição da Fazenda e a Conservatória do Registo Predial.

Simultaneamente, vão-se instalando, no Claustro de D. Dinis, uma série de associações de carácter local, nomeadamente o Ginásio Clube Alcobacense, implantado na galeria sul, junto à Sala dos Reis, espaço depois ocupado pela Real Fanfarra Alcobacense, e o Montepio Alcobacense, instalado na galeria norte, entre o Lavabo e a Sala dos Monges, bem como a Escola Primária masculina, que se localizava, também, na galeria norte, entre o Lavabo e a galeria poente.

Na parte do antigo Palácio Abacial que era propriedade privada vão-se estabelecendo lojas no piso térreo da fachada norte, e construindo apartamentos na zona confinante com o Claustro de D. Afonso VI, que vão, progressivamente, invadindo o próprio espaço do referido Claustro, num processo de canibalização que atingirá o seu

auge em finais do século XIX, inícios do XX, quando se procede à divisão do primeiro andar em dois (Fotos 431, 432), à construção de águas furtadas sobre o último andar, e ao fechamento do espaço aberto do Claustro com uma cobertura de zinco (Fotos 337, 341).

A segunda metade do século XIX é marcada, também, e de acordo com a visibilidade que este ia adquirindo, enquanto *Património Histórico-Artístico e Monumental*, pela realização de várias operações de restauro e conservação no Mosteiro de Alcobaça. Assim, em 1857 realizam-se reparações nos telhados, prosseguindo as obras, no ano seguinte, sendo «auctorizado o director das obras publicas no districto de Leiria a dispender certa quantia com o concerto dos telhados do mosteiro de Alcobaça»²², trabalhos esses que foram, no entanto, suspensos, sendo as verbas atribuidas aplicadas «(...)nos do caminho de madeira do pinhal de Leiria e S. Martinho.»²³. Em 1861, deu-se início «aos reparos e concertos indispensáveis para a conservação da igreja do extincto mosteiro de Alcobaça, considerado, como effectivamente é, edificio monumental» (Rosas, 1995, p. 26, Vol. II), sendo também estes interrompidos, sem que fosse apresentada qualquer justificação, e, na sequência da queda de um raio sobre uma das torres da Igreja, em 1881²⁴, procedeu-se à reparação dos estragos causados na referida torre. No mesmo ano encontravam-se concluídas as obras realizadas na «(...) Sacristia do Templo perfeitamente reparada das fendas que ameaçavam a sua ruina. O tecto da parte do Templo do claustro de D. Dinis feito e concluído, uma das grandes obras, attendendo a deterioração que as aguas faziam nas paredes d'aquelle lado. Os tectos do Templo e capellas renovadas. Os pegões do tecto da Capella Mór concluídos.» (Rosas, 1995, pp. 26-27, Vol. II), faltando «(...) tirar as aguas da Caza dos túmulos(...)» (Rosas, 1995, p. 27, Vol. II).

Embora neste mesmo ano o Mosteiro de Alcobaça seja inserido na lista dos edificios que devem ser considerados monumentos nacionais (Relatorio e Mappas Acerca dos Edificios que Devem Ser Classificados Monumentos Nacionaes, 1881, p. 7), elaborada pela Real Associação dos Architectos e Archeologos Portugueses, englobado na '*primeira classe*'²⁵ da categorização proposta por esta Associação, a sua situação

²² Actas da Câmara dos Deputados, 13-02-1858, 10ª legislatura, 2ª sessão, p. 136

²³ Ibidem

²⁴ «(...)só hoje tive conhecimento, porque é recente. Um raio destruiu uma das torres da igreja de Alcobaça, e fez creio que avultados prejuízos.» Actas da Câmara dos Deputados, 24-01-1881, 23ª legislatura, 2ª sessão, p. 214

²⁵ Ver o ponto 2.1.4.

material de abandono e degradação continua a acentuar-se, e em 1883 «(...) acusava uma destruição quase total, uma enorme perda para a nação ! O edificio já não tem a primitiva configuração! Foi demolido totalmente o mais antigo claustro, de cinco que possuía²⁶; era o primeiro de El-Rei D. Affonso Henriques, o fundador d'este monumento religioso e histórico! Grandissima perda para a archeologia, porque o aspecto singelo, permitta-se-me dizer, até rude da fabrica, servia de proveitoso ensino para o estudo architectonico, comparando-se a arte então de edificar e o seu especial estylo, com o dos claustros de epochas menos remotas. Alem d'isso, foi gravemente insultada a memória do monarcha que dotara o reino com tão original monumento.

A demolição indicada, e creio que resolvida pela respectiva camara municipal, mostra o atrazo em que está ainda a nação acerca da importância que têm os exemplares architectonicos, que constituem riquezas archeologicas e nacionaes.

Como se este vandalismo não fosse bastante para tirar á grandiosa edificação grande parte do seu merecimento artístico, ainda o augmentaram com o actual e vergonhoso aspecto, com a destruição do interior do templo, dos outros claustros, dos tumulos reaes, das campas, da casa do capitulo, dos altares, de tudo que era bom, de tudo que era util, das suas vidraças, e de tudo que não podia deixar de conservar-se. Em as naves da igreja, as enxurradas provenientes da grande altura das terras em declive para o edificio do lado do nascente, impedem os officios divinos e as demais ceremonias religiosas, como freguezia.» (Relatorio da Comissao dos Monumentos Nacionaes Apresentado ao Illustrissimo e Excellentissimo Senhor Ministro das Obras Publicas Commercio e Industria , 1894, pp. 17-18).

Por esta altura, a 20 de Julho de 1885, a Câmara de Alcobaça cede a Sala do Capítulo ao regimento de Cavalaria 9²⁷, para servir de Sala de Armas dos officiais, e a 23 de Abril de 1890²⁸ requer, ao referido Regimento, que a serventia da Sala passe a ser feita pelo lado nascente, e não pelo Claustro de D. Dinis, como até então, o que vai determinar o entaipamento dos vãos que a ligavam ao Claustro, situação essa que, como nos reporta Fuschini (Fuschini, 1904), ainda se mantinha em 1904, altura em que a Sala

²⁶ Não conseguimos descortinar a que Claustro se refere Joaquim Possidónio Narciso da Silva, mas talvez se tratasse do Claustro da Cadeia, já então 'escondido' pelos acrescentos que o transformaram em cadeia. Cremos que, nessa altura, o Claustro de D. Afonso VI ainda não teria atingido tal grau de encobrimento.

²⁷ A.C.M.A., Livro 19 dos Acórdãos das Sessões Camarárias da C.M.A., Fl. 130, 20 de Julho de 1885.

²⁸ A.C.M.A., Livro 21 dos Acórdãos das Sessões Camarárias da C.M.A., Fl. 85, 23 de Abril de 1890.

do Capítulo tinha a função de ginásio militar, tendo servido, anteriormente, de picadeiro.

As obras, no entanto, continuam, e em 1894, a Igreja foi limpa a ferro, sendo toda a silharia picada e as abóbadas caiadas de branco (Rosas, 1995, p. 27, Vol. II).

A partir de 1901 começa a gizar-se um projecto de restauro do Claustro de D. Dinis, da autoria de Augusto Fuschini, que vai implicar o abandono desse espaço pelas instituições que então o ocupavam: Escola Primária Masculina, Montepio Alcobacense e Real Fanfarra Alcobacense.

Nas referido restauro, que se realiza entre 1903 e 1905, procede-se à reconstituição da platibanda manuelina que coroava a Edícula do



FIGURA 2 – Colunelo em forma de candelabro, no piso superior do claustro

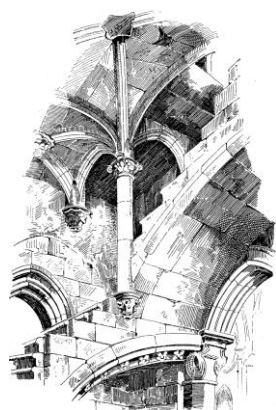


FIGURA 4 - Escada helicoidal de João de Castilho

Lavabo, então em adiantado estado de degradação (Figura 1), ao apeamento de todos os colunelos em forma de candelabro (Figura 2) então existentes na galeria superior,

de modo a conseguir-se uma regularidade uniforme deste tipo de suportes, abrem-se, até ao nível do pavimento, as três janelas da

Edícula do Lavabo situadas na ponta do hexágono virada para o interior do jardim (Figura 5), e desmonta-se a parte superior da Edícula da Galeria Sul (Figura 3), que passou a estar encimada por uma platibanda idêntica à da Edícula do Lavabo, suprimindo-se, também, a escada helicoidal (Figura 4), da autoria de João de Castilho, existente no seu interior, e que servia de

comunicação entre os pisos inferior e superior do Claustro.

Para desempenhar a mesma finalidade, constrói-se uma

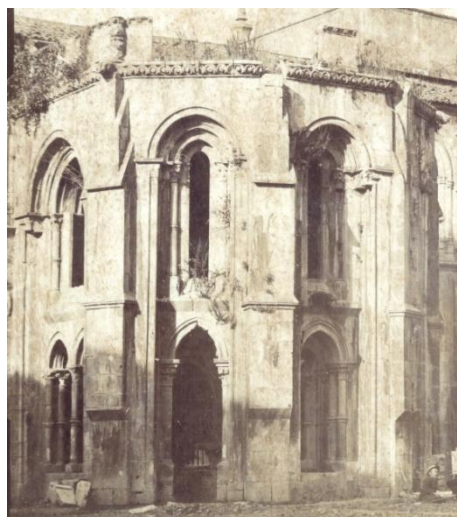


FIGURA 1 – Edícula do Lavabo, antes do restauro de Fuschini



FIGURA 3 – Edícula da Galeria Sul, durante o restauro de Fuschini

escada²⁹ que se abre, em baixo, na zona adjacente à Sala dos Monges e, em cima, no espaço ocupado pelo Dormitório, o que determinou a supressão de um dos seus tramos.

A supressão da escada de Castilho vai ser duramente criticada por vários autores, e intelectuais, nomeadamente por Ernesto Korrodi, para quem esta, que se encontrava « (...) integrada na restante óbra de sua authoría, foi apeada sem justificação e nem sequer, tal explicam razões de excessiva tendencia purista, pois a ellas devia então ter-se sacrificado toda a galeria superior manoelina.» (Korrodi, 1929, p. 50)



FIGURA 5 - A Edícula do Lavabo, após a reconstituição de Fuschini

Todo o trabalho de Fuschini no Claustro de D. Dinis visa a sua total, e integral, uniformização estética, num processo de regularização que elimine todas as incoerências, todos os traços esteticamente discordantes. Não se trata, pois, de uma operação que se alicerce em função do ponto de vista da História da Arte, mas sim em função de um ponto de vista meramente estético. E se a Edícula de Castilho se encontrava artisticamente integrada no todo do Claustro, não o estava, de todo, esteticamente. Quanto à famosa, e formosa, escada, tratou-se, apenas, de uma questão de ‘necessidade’, na medida em que a eliminação da parte superior da Edícula implicava, necessariamente, a sua supressão.

A ‘*excessiva tendência purista*’³⁰ é, aliás, negada pela própria apreciação de Fuschini relativamente aos «(...) intercolumnios classicos semi-circulares, de construção relativamente moderna, muito elegantes (...)» (Fuschini, 1904, p. 213), que considera constituírem «(...) sem duvida, uma das dificuldades e um dos problemas de qualquer futura restauração.» (Fuschini, 1904, p. 213)

Após a conclusão da intervenção de Augusto Fuschini, «(...) iniciaram-se as reparações nas capellas da Charola.» (Rosas, 1995, p. 27, Vol. II)

²⁹ A escada de Fuschini vai ser objecto das mais severas críticas. Não deixa de ser estranho, portanto, que não exista qualquer imagem de tão ‘famosa’ escada.

³⁰ Expressão que remete, sem dúvida, para a ideia de ‘*unidade de estilo*’, e para a concepção de restauro atribuída a Viollet-Le-Duc.

Em 1913 inaugura-se o Asilo de Velhinhos Maria o Oliveira na Ala Sul, também ela já ocupada por residências particulares, e por uma agência funerária, enquanto em 1925 abre um balcão da Caixa Geral de Depósitos, localizada na Ala Norte (Foto 331).

Finalmente, em 1928, o espaço até então ocupado pelo exército passa para a posse do Ministério da Assistência, ai se instalando o Asilo de Mendicidade de Lisboa em Alcobaça.

3. A CRIAÇÃO DA DGEMN

A Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais é criada, no seio do Ministério do Comércio e das Comunicações, pelo Decreto nº 16791, de 30 de Abril de 1929, criação que se encontra inserida no contexto de uma dispersão funcional dos serviços encarregues das obras dos edifícios e monumentos nacionais, e procura, através da sua unificação num único organismo, permitir «(...) sem embargo de sua diferente natureza, imprimir-lhes unidade de orientação e aplicar-lhes normas que facilitem a sua execução e proficuidade; (...)»³¹

Direcção-geral que é constituída por «1º Repartição Central; 2º Direcção dos Edifícios Nacionais do Norte; 3º Direcção dos Edifícios Nacionais do Sul; 4º Direcção dos Monumentos Nacionais»³², vindo esta última substituir a extinta Repartição dos Monumentos Nacionais, e passando o pessoal que a esta estava afecto a integrar os quadros da nova instituição, cujas funções estruturantes consistiam «(...) na elaboração de projectos completos para obras de reparação, restauro e conservação de monumentos e palácios nacionais, e respectiva execução, por administração ou empreitada, sem deixar de ser exercida uma rigorosa fiscalização sobre os trabalhos.

(...)

Competia, também a estes serviços promover a cooperação entre o estado e as entidades particulares possuidoras de imóveis classificados, em relação aos encargos a assumir.» (Neto, Memória, Propaganda e Poder. O Restauro dos Monumentos Nacionais (1929-1960), 2001, pp. 205-206)

Dispõem-se, ainda, que «As obras dos edifícios e monumentos nacionais serão executadas por empreitadas gerais ou parciais e tarefas ordinárias e de mão de obra,

³¹ Decreto nº 16791, de 30 de Abril de 1929

³² Artº. 2º, Decreto nº 16791, de 30 de Abril de 1929

recorrendo-se ao trabalho a jornal sòmente quando não fôr possível proceder de outro modo.»³³

Pelo Decreto nº 18070, de 10 de Março de 1930, procede-se à criação de duas Direcções de Monumentos Nacionais (Norte e Sul), sendo extinta a anterior Direcção dos Monumentos Nacionais.

Entretanto, o Ministério do Comércio e das Comunicações passa, pelo disposto no Decreto-Lei nº 21454, de 7 de Julho de 1932, a designar-se Ministério das Obras Públicas e Comunicações, procedendo-se, posteriormente, e no quadro da reorganização operada neste último pelo Decreto-Lei nº 26117, a uma reestruturação da orgânica da DGEMN. Esta passa a ser constituída por dois tipos diferenciados de serviços, centrais e externos, sendo criada uma Repartição de Estudos e Obras de Monumentos, e passando a existir, novamente, uma única Direcção de Monumentos.

O alargamento do campo de actuação da DGEMN, bem como o aumento do volume de acções em que esta se encontrava empenhada, vai determinar a necessidade de actualização da sua orgânica funcional, que vai ser operacionalizada pelo Decreto-Lei nº 36314, de 31 de Maio de 1947.

Cria-se, então, «uma Direcção dos Serviços dos Monumentos Nacionais, compreendendo uma repartição técnica e uma secção de expediente técnico»³⁴, bem como as Direcções externas «do Norte, do Centro, de Lisboa e do Sul, com sedes, respectivamente, no Porto, em Coimbra, em Lisboa e em Évora»³⁵, para além de um Conselho Consultivo³⁶, a quem compete «acompanhar a elaboração dos planos de restauro dos monumentos nacionais e dos imóveis de interesse público e emitir parecer sobre a estética dos edifícios a construir para o Estado e organismos oficiais e sobre o mobiliário e decoração dos mesmos edifícios.»³⁷

Após a reestruturação operada em 1947, a orgânica da DGEMN só viria a ser alterada pelo Decreto-Lei n.º 48498, de 24 de Julho de 1968.

³³ Artº. 16º, Decreto nº 16791, de 30 de Abril de 1929

³⁴ Ponto 3, do artº 1º, do Decreto-Lei nº 36314, de 31 de Maio de 1947.

³⁵ Ponto 6, do artº 1º, do Decreto-Lei nº 36314, de 31 de Maio de 1947.

³⁶ Conselho que ostenta a seguinte composição «1) O director geral, que servirá de presidente; 2) O director dos serviços dos monumentos nacionais; 3) Um representante da 6.ª secção da Junta Nacional da Educação; 4) Dois vogais da livre escolha do Ministro das Obras Públicas; 5) Um representante do Secretariado Nacional da Informação, Cultura Popular e Turismo; 6) Um representante do Sindicato Nacional dos Arquitectos; 7) O chefe da Repartição dos Serviços Administrativos, que servirá de secretário sem voto.» artº 11º, do Decreto-Lei nº 36314, de 31 de Maio de 1947.

³⁷ Artº 12º, do Decreto-Lei nº 36314, de 31 de Maio de 1947.

4. AS OBRAS DE RESTAURO DA DGEMN NO MOSTEIRO DE ALCOBAÇA

4.1. O DISCURSO SOBRE A OBRA

No gesto anónimo que, com mais ou menos perícia, desmonta um altar barroco, ou restaura uma cantaria mutilada, inscreve-se a marca de uma voz, da palavra de ordem que aquele, de modo mais ou menos preciso, executa, mas também a comunicação, esta mais igualitária, que entre os operários se desdobra, na partilha de um sorriso ou de uma chacota. De toda esta *'gestualidade'*, verbal e não-verbal, nada restou.

Mas existe um outro discurso, este institucional, que se foi agregando à *'obras-dos-gestos'*, à medida que estes se iam incorporando no Monumento que os seus corpos modelavam. Discurso que, antes, ou depois, os pretendia legitimar, dar a razão da essência que, abstractamente, os modelava, ou que, então, e noutra registo, os descrevia.

Discurso feito para durar, para constituir a marca do que a não deixou, nem a podia deixar; Razão efectiva, e única, do que foi produzido, ou simples sem-razão do que não pode, ou não tem de, ser justificado.

4.1.1. ESTRUTURA DISCURSIVA

O discurso institucional que enquadra a obras de restauro do Mosteiro de Alcobaca pode ser analiticamente diferenciado, em termos formais, em dois tipos diferentes, que se sucedem no tempo, embora a cesura se produza gradualmente e em termos de dominância, e não de modo abrupto e imediato, desdobrando-se esse processo de diferenciação entre os anos de 1946 e 1955.

O início da produção discursiva é notoriamente marcado por um dispositivo de cariz *'explicativo-legitimador'*, que procura não só explicar o tipo de intervenção a realizar, como também legitimá-la, através da apresentação dos pressupostos fundacionais nos quais aquela assenta, apresentando-se o referido fundamento como inquestionável e auto-evidente, não passível, portanto, de ser objecto de um questionamento que possua carácter de razoabilidade.

'Dispositivo fundacional' que é complementado por uma estrutura descritiva *'fraca'*, que se limita a referir, em traços meramente genéricos, as intervenções a realizar, sem que estas sejam objecto de uma enunciação precisa e discriminadora.

A partir de 1946, verifica-se o início de um processo de inversão de prioridades discursivas, começando a rarear, na textualidade que a partir de então se produz, a inscrição de marcas do *'dispositivo fundacional'*, e começando a notar-se a predominância de um *'dispositivo técnico-descritivo'*, no qual o aparelho descritivo vai começar a sofrer alterações formais, apresentando-se, cada vez mais, como uma descrição o mais minuciosa possível, e de feição marcadamente técnica.

De início apenas tendencial, esta inversão torna-se, praticamente, absoluta a partir de 1956, data a partir da qual reina incontestado o novo *'dispositivo técnico-descritivo'*, sem que haja a mínima referência a qualquer tipo de fundamento ou legitimação.

É precisamente neste ano que o Ministro das Obras Públicas se dirige ao Director da DGEMN em termos que denotam, precisamente, essa ausência de fundamentação discursiva, por parte daquela Direcção Geral: «Todavia, é inegável que em torno da orientação geral do restauro de monumentos antigos há mais de uma doutrina. Em muitos pontos eu julguei ver na exposição do Sr. Sitwell, precisamente, um conflito entre doutrinas aliás já esboçado mais de uma vez por diversas entidades, mais ou menos competentes, que têm exposto publicamente pontos de vista pessoais sobre a matéria. A isso tem o M.O.P. respondido apenas com a sua obra, já tão notável.

Parece-me que, por muito valiosa que tal resposta haja de considerar-se, seria interessante que o M.O.P., nos seus relatórios e demais meios de comunicação públicos desenhasse nítidamente a doutrina geral que perfilha e que aplica no desenvolvimento da sua tarefa.»³⁸.

Para além da consideração tecida por Arantes de Oliveira, segundo a qual a obra responderia por si própria, e não sendo esta razão, certamente, totalmente alheia à *'inversão discursiva'* verificada, outras determinantes a terão condicionado.

Nos finais da década de quarenta, as obras no espaço medieval, considerado como o de maior dignidade e importância, fundamento da grandiosidade do monumento, e que implicaram a destruição de todo um conjunto de produção arquitectónica e ornamental da autoria dos próprios monges³⁹, estavam, basicamente,

³⁸ Ordem de serviço nº 687 da DGEMN, de 16 de Janeiro de 1956, Arquivo da DGEMN, Processo Administrativo do Mosteiro de Alcobaça.

³⁹ Ainda não se tinha procedido às demolições do Celeiro e do edifício do antigo Colégio da Conceição. Estas, no entanto, podiam justificar-se por razões meramente *'técnicas'* (necessidade de preservação da Igreja e locais adjacentes). Para além disso, eram edificações exteriores de reduzida dignidade histórico-artística, e em avançado estado de degradação.

concluídas. As restantes intervenções, para além das de conservação e desaterro, efectuaram-se em zonas que tinham sido objecto de profundas alterações, para adaptação às novas funcionalidades a que se destinavam, num período posterior à exclausuração.

Não é de excluir, também, a hipótese de divergências interiores à própria DGEMN, no que respeita aos tipos de intervenção a realizar, que aconselhariam a existência de uma certa *'cautela discursiva'*. Além disso, a obliteração do *'dispositivo fundacional'* poderia funcionar como uma poderosa arma legitimadora, na medida em que a mera utilização do *'dispositivo técnico-descritivo'* mostraria a própria insignificância da legitimação, dando a ver o restauro como uma simples questão técnica, desprovida de quaisquer princípios ideológicos subjacentes.

Não se explica uma necessidade, só as possibilidades, e a um longo período de *'naturalização'* das práticas de restauro, deveria seguir-se o seu simples, e inevitável, desdobramento.

4.1.2. CONCEPÇÕES DE RESTAURO

Discurso relativamente parco de palavras, e ainda mais que concepções teóricas, que não desdobra nem justifica, mas, simplesmente, afirma, como se a mera afirmação constituísse razão bastante de legitimidade. *'Legitimidade-afirmativa'* que assenta em dois pilares basilares, constituídos pela importância histórica e artística de que o Monumento se reveste.

Coetâneo da emergência da nacionalidade, o Mosteiro de Alcobaça é um dos símbolos maiores de afirmação de Portugal enquanto *'Estado'* independente, e *Monumento* que a dá-a-ver. A sua preservação não pode deixar, portanto, de estar ligada à própria preservação da Nação enquanto tal, e que, não só teve a medievalidade como condição de possibilidade, como nela, apenas, se mantêm intactas as raízes não corrompidas da sua grandeza. Fundamental, portanto, para um Estado que se afirma como *'Novo'*, mas de uma *'novidade'* que se funda no que de novo sempre existe no húmus das origens.

Ligado umbilicalmente à origem *'nova'* e *'velha'*, mas estando-o, apenas, na medida em que á, ainda, o que foi, o seu destino não poderia deixar de ser, inevitavelmente, o retorno a si próprio, à essência que o constitui.

Mas essa essência não está inscrita na rugosidade porosa do tempo que penetra a matéria, na *'antiguidade efectiva'* que corrói as suas pedras e as vai desgastando: aí nada mais há que a decadência, e a desagregação, da origem plena.

A *'antiguidade'* está na forma, independentemente da materialidade que temporalmente a concretiza. Por isso a matéria pode, e deve, ser reavivada, enxertada no espírito formal que a vivifica⁴⁰.

A verdade só pode ser encontrada no *'começo'*, na forma original, sendo todos os acrescentos que se apuseram nada mais que um processo de encobrimento da origem vivificadora.

Quanto à sua importância enquanto momento da História da Arte, ela prende-se, também, com o *'Momento'* de que é arte. A grandiosidade artística do Mosteiro de Alcobaça radica, precisamente, na sua origem *'Românica Primitiva'*, à qual deve voltar para readquirir o esplendor perdido. A sua defesa efectiva enquanto *'Monumento Artístico'* terá de consistir no retorno à sua origem *'Românica'*.

Mas, mesmo que a sua emergência tivesse o solo num outro tempo (e Maфра tem-no), mesmo enraizada em tempo de decadência, era a ela que seria necessário retornar, na medida em que é na forma primeva que assumiu, que a obra de arte revela aquilo que é, a sua essência.

O restauro do Mosteiro de Alcobaça consistirá, então, em despojá-lo de todos os enxertos que as épocas posteriores lhe foram acrescentando, de forma a fazer emergir, de novo, a pureza da sua forma antiga. Torna-se necessário *'escavar'*, até se chegar à parede primeva, à forma primitiva.

Restaurá-lo é limpar as excrescências que o tempo foi acumulando nas suas formas originais.

Há, apenas, dois documentos que introduzem uma certa conflitualidade, uma certa *'pregnância agónica'*, e nenhum deles foi produzido pela DGEMN: trata-se dos dois pareceres da 6ª secção da Junta Nacional de Educação, relativamente ao grupo escultórico da Morte de São Bernardo, e à mudança dos túmulos de D. Pedro e D. Inês de Castro, da Casa dos Túmulos para a Igreja.

Neste último contrapõem-se, de forma clara, duas hipóteses diversas de disposição das arcos tumulares, baseadas em pressupostos, não só radicalmente

⁴⁰ Quão longe estamos, certamente, das concepções que animam Ruskin. Mas este embrenha-se na *historicidade* e não na *história*, no *dever* e não na *origem*. Porque a origem está sempre nos inícios, e o *dever* é a sua negação. E a escolha só pode ser radical: ou um, ou outra.

distintos, como incompatíveis: o pressuposto *Histórico* e o *Estético*. Enquanto um remete para o passado, o outro inscreve-se na actualidade, enquanto um se funda na origem, ou outro tem o seu fundamento no puro prazer de olhar, um ancora-se na '*História*', o outro *devem* na *historicidade*.

A escolha de Varela Aldemira, superiormente aprovada, justifica-se pelo olhar, pelo prazer estético. E a guerra começa, desdobrando-se a incerteza até às vésperas da deslocação dos túmulos. E quando tudo levava a crer que a disposição originária seria a escolhida, dá-se, sem que no-lo façam saber, o volte face.

Da ideia que confrontada com a imposição de princípios que contrariavam as suas ideias basilares, a DGEMN utilizou todos os meios ao seu dispor para impedir que o parecer original fosse executado. Talvez daí advenha a demora inusitada da sua transferência, e isto na medida em que não seria uma operação extremamente onerosa. Não há, aliás, uma palavra inscrita que refira a ausência de verbas disponíveis para o efeito, o que não raro surge noutras ocasiões.

Quanto ao processo relativo ao Altar de São Bernardo, o ambiente é mais calmo, não se vislumbrando qualquer clima de conflito ou dissensão: apenas um aparente desinteresse. Dá ideia que a DGEMN não faz qualquer questão em manter o Altar no Mosteiro, apesar do que em contrário enuncia Diogo de Macedo, e que até veria com bons olhos a sua saída para o Museu das Janelas Verdes. O mais lógico, aliás, depois de ter apeado todos os outros altares existentes na Igreja de Alcobaça. O peso, certamente, dos inúmeros encómios laudatórios da excelência artística deste grupo escultórico impôs-se. Resta saber se com a vontade entusiasta, ou a simples anuência impotente, da DGEMN.

Por fim, temos a naturalização do processo, que o transmuta em simples questão de carácter técnico.

4.2. A OBRA

4.2.1. NO CORRER DO TEMPO....

4.2.1.1. ORÇAMENTOS E EMPREITADAS

ANO	DIA/MÊS	LOCAL	DESCRIÇÃO
Orçamento	JANEIRO	Torres da Fachada	<ul style="list-style-type: none"> Impermeabilização do terraço entre as torres da fachada.
1929		Pórtico	<ul style="list-style-type: none"> Assentamento de colunas.
		Claustro de D. Dinis	<ul style="list-style-type: none"> Assentamento de colunas.
		Fachada do Refeitório	<ul style="list-style-type: none"> Cantarias em bases, capiteis, colunas e aduelas de arcos.
Empreitada	16 de JANEIRO	Refeitório	<ul style="list-style-type: none"> Remoção de todos os entulhos resultantes da obra de limpeza e reparação do antigo Refeitório do Mosteiro de Alcobaça Arrumo de todas as cantarias provenientes da demolição
Empreitada	26 de Março	Refeitório	<ul style="list-style-type: none"> Assentamento da porta entre o Claustro de D. Dinis e o Refeitório Substituição de todas as peças de madeira e ferragens inutilizadas Pintura com tinta de óleo, de cor verde
Empreitada	2 de Agosto	Refeitório	<ul style="list-style-type: none"> Fazer todos os telhados do Refeitório, renovando todas as madeiras que estiverem em mau estado, assim como toda a telha e cal necessária
Empreitada	15 de Fevereiro	Refeitório	<ul style="list-style-type: none"> Vedação em tapume de madeira, escoramento das cantarias e paredes, andaimes, desentaipamento das frestas, demolição das alvenarias superiores e

			remoção dos entulhos do 1º corpo que dá para o exterior do lado da Cozinha, entre os gigantes
Orçamento			
1930	1 DE MAIO	Capela-Mor	<ul style="list-style-type: none"> • Apeamento de cantaria lavrada sobreposta na ábside: das colunatas inferior e superior, das cornijas e da arquitrave. • Apeamento das peanhas dos anjos. • Levantamento de lajedo e degraus em cantaria, e recolocação no primitivo pavimento. • Reparação da cantaria primitiva que fica a descoberto.
Empreitada			
1930	27 de Agosto	Capela-Mor	<ul style="list-style-type: none"> • Apeamento cuidadoso de toda a cantaria lavrada da Capela-Mor, incluindo a sua remoção • Apeamento cuidadoso das 16 figuras da referida Capela, incluindo a sua arrumação na Sacristia e Claustro • Reparação de cantarias primitivas
Orçamento			
1930	29 DE AGOSTO	Sacristia e Relicário	<ul style="list-style-type: none"> • Levantamento e reconstrução de telhados, incluindo limpeza de telhas
		Pátio do Presépio	<ul style="list-style-type: none"> • Apeamento do anexo que entaipa as janelas da abside, no pátio exterior
Empreitada			
1930	5 de Setembro	Telhados da sacristia e do Relicário	<ul style="list-style-type: none"> • Reparação dos telhados da Sacristia e do Relicário

Empreitada			
1930	13 de Outubro	Capela-Mor	<ul style="list-style-type: none"> • Levantamento de lajedo • Assentamento de lajedo no primitivo pavimento da Capela-Mor, numa superfície de 40m² • Reparação de cantaria mutilada em diversos pontos, numa superfície de 50m²
Empreitada	31 de Dezembro	Sacristia	<ul style="list-style-type: none"> • Reconstrução de telhados de telha nacional, com argamassa hidráulica
		Relicário	<ul style="list-style-type: none"> • Reconstrução de telhados de telha nacional, com argamassa hidráulica
		Pátio do Presépio	<ul style="list-style-type: none"> • Apeamento do anexo junto da ábside, incluindo arrumação do material aproveitável e remoção dos entulhos
Orçamento	10 DE MARÇO	Capelas da Ábside	<ul style="list-style-type: none"> • Reconstrução de colunelos e arquivoltas em cantaria lavrada. • Reconstrução de janelas molduradas em cantaria lavrada. • Apeamento dos altares que entaipam as janelas. • Reconstrução de silharias mutiladas. • Reconstrução de pavimento em lajedo. • Apeamento de lanternins e reconstrução da abóbada.
		Deambulatório	<ul style="list-style-type: none"> • Reconstrução de pavimento em lajedo.
		Capela-Mor	<ul style="list-style-type: none"> • Reconstrução de pilares interiores moldurados

			<p>formando feixe de colunelos.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Reabertura de janelas primitivas, e reparação das cantarias.
		Pilares do Órgão	<ul style="list-style-type: none"> • Reconstrução de pilares interiores moldurados formando feixe de colunelos.
		Transepto	<ul style="list-style-type: none"> • Reabertura de janelas primitivas, e reparação das cantarias.
		Nave Central	<ul style="list-style-type: none"> • Apeamento do órgão.
Empreitada	1931	15 de Abril	<ul style="list-style-type: none"> • Reconstrução de dois encontros interiores da Capela-Mor em cantaria silharada
			<ul style="list-style-type: none"> • Restauro completo de janelas das Capelas Absidiais
Empreitada	1931	18 de Maio	<ul style="list-style-type: none"> • Reconstrução do arco cruzeiro da Capela-Mor, e apeamento da sanefa de madeira
			<ul style="list-style-type: none"> • Restauro completo de janelas de Capelas da Ábside
			<ul style="list-style-type: none"> • Apeamento do órgão de pinho, incluindo a sua arrecadação no claustro superior de D. Dinis
Empreitada	1931	2 de Setembro	<ul style="list-style-type: none"> • Revestimento a cantaria de dois pilares mutilados pelo encaixe do Órgão, sendo o assentamento feito com argamassa da cal hidráulica
Orçamento	1931	2 DE NOVEMBRO	<ul style="list-style-type: none"> • Reconstrução de altares, com mesa, colunelos e supedâneo. • Assentamento de

			caixilhos e vidros.
		Capela-Mor	<ul style="list-style-type: none"> • Reconstrução de altares, com mesa, colunelos e supedâneo. •
		Transepto	<ul style="list-style-type: none"> • Apeamento de altar em cantaria. • Desentaipamento e restauração de pórtico. • Reconstrução de pilares e de mísulas. • Assentamento de caixilhos e vidros. • Reparação geral dos telhados: substituição de telhas partidas, reparação de algerozes e rufos.
		Ábside	<ul style="list-style-type: none"> • Reparação geral dos telhados: substituição de telhas partidas, reparação de algerozes e rufos.
		Naves Laterais e Central	<ul style="list-style-type: none"> • Reparação geral dos telhados: substituição de telhas partidas, reparação de algerozes e rufos.
Empreitada	1931	Ábside	<ul style="list-style-type: none"> • Reconstrução de paramentos de cantaria silharada com cantaria lavrada, na Ábside
		Transepto	<ul style="list-style-type: none"> • Apeamento do Altar encostado á parede sul da Nave da Igreja, incluindo a arrumação da cantaria • Restauo do Pórtico mutilado pelo encaixe do altar existente na parede sul do Transepto
Empreitada	28 de	Capela-Mor	<ul style="list-style-type: none"> • Reconstrução e

1932	Janeiro		assentamento do Altar-Mor em pedra de ançã, incluindo banquetas, supedâneo e colunelos	
		Capelas da Ábside	<ul style="list-style-type: none"> • Reconstrução e assentamento de 8 altares em pedra de ançã, incluindo banquetas, supedâneo e colunelos • Reconstrução de lajedo em pavimento granitado, incluindo degraus, nas Capelas da Ábside 	
Empreitada	1932	27 de Maio	Capelas da Ábside	<ul style="list-style-type: none"> • Reconstrução de paramentos com cantaria lavrada, formando silharia • Reconstrução de arquivoltas molduradas, com cantaria lavrada • Reconstrução de pavimento em lajedo de cantaria
Empreitada	1932	7 de Setembro	Capelas da Ábside	<ul style="list-style-type: none"> • Reconstrução de paramentos de paredes silharadas, de arquivoltas, de colunelos e de capitéis, em cantaria lavrada • Reconstrução de abóbadas de tijolo duplo, incluindo o revestimento hidráulico • Reconstrução de pavimento de lajedo, em cantaria
Orçamento	1933	6 DE FEVEREIRO	Nave Central	<ul style="list-style-type: none"> • Rebaixamento do pavimento. • Reconstrução do pavimento, aproveitando parte do lajedo.
			Naves Laterais	<ul style="list-style-type: none"> • Rebaixamento do pavimento. • Reconstrução do pavimento,

			<p>aproveitando parte do lajeado.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Apeamento de altares em mármore. • Reconstrução de paramentos de paredes, mutiladas pela colocação dos altares. • Reparação de caixilhos exteriores e de vidros.
		Transepto	<ul style="list-style-type: none"> • Rebaixamento do pavimento. • Reconstrução do pavimento, aproveitando parte do lajeado. • Entaipamento de porta. • Reparação de caixilhos exteriores e de vidros.
Empreitada	8 de Junho	Capela-Mor	<ul style="list-style-type: none"> • Reconstrução de paredes silharadas, em cantaria lavrada • Construção e assentamento dos capitéis da Capela-Mor • Restauro das bases dos feixes de colunelos
1933		Naves da Igreja	<ul style="list-style-type: none"> • Rebaixamento e reconstrução de pavimento em lajedo de cantaria • Restauração parcial do pórtico da sala dos reis • Construção e assentamento de caixilhos exteriores
Empreitada	23 de Outubro	Naves da Igreja	<ul style="list-style-type: none"> • Reconstrução de paramentos em cantaria à fiada e apicoada • Reconstrução de lajedo em cantaria, incluindo o rebaixamento, em 40cm, do pavimento actual • Apeamento de 4 altares em mármore das Naves
1933			

			Laterais, incluindo a arrecadação do material
Empreitada	1935	12 de Fevereiro	Refeitório
			<ul style="list-style-type: none"> • Reconstrução de paredes com cantaria apicoada, e assente à fiada com argamassa hidráulica • Reconstrução das janelas molduradas do Refeitório com cantaria apicoada, assente com argamassa hidráulica, incluindo molduras, capitéis e arquivoltas • Reconstrução de lajedo geométrico em cantaria lavrada, assente com argamassa hidráulica
Empreitada	1935	30 de Setembro	Refeitório
			<ul style="list-style-type: none"> • Reconstrução do pano direito da parede exterior do Refeitório, com cantaria apicoada assente com argamassa hidráulica, incluindo a reconstituição de 3 janelas primitivas, segundo as actuais já feitas, com molduras, capitéis e arquivoltas
			Claustro de D. Dinis
			<ul style="list-style-type: none"> • Apeamento da armação e cobertura do telhado da ala sul da galeria superior do Claustro de D. Dinis, incluindo arrumação dos materiais
Empreitada	1936	9 de Novembro	Refeitório
			<ul style="list-style-type: none"> • Construção e assentamento de lajedo de cantaria no Refeitório, incluindo o rebaixamento do terreno, remoção de entulhos, e reparação de cantarias mutiladas nas bases dos pilares • Cantaria apicoada, assente em cordão • Abertura de vãos, incluindo reparação de cantarias demolidas, e remoção de entulhos • Reparação e limpeza do telhado, incluindo substituição de telhas

			<p>quebradas</p> <ul style="list-style-type: none"> • Rebaixamento do cano de água do Refeitório, incluindo reparação do pavimento de cantaria • Demolição do banco de alvenaria que circunda o Refeitório • Reconstrução do arco de entrada do Refeitório
Orçamento	31 DE MAIO	Cozinha	<ul style="list-style-type: none"> • Entaipamento de vãos. • Cobertura e restauro de vãos primitivos. • Limpeza de azulejos, e substituição dos que estão partidos.
		Dormitório – Piso Superior	<ul style="list-style-type: none"> • Apeamento de paredes de alvenaria. • Apeamento da armação e cobertura do telhado. • Apeamento da abóbada.
Empreitada	15 de Junho	Piso Superior do Dormitório	<ul style="list-style-type: none"> • Apeamento de paredes de alvenaria, incluindo transporte e arrumação do material • Apeamento da armação do telhado, incluindo arrumação de madeiras e telha • Apeamento da abóbada de tijolo e madeira, incluindo escoramentos e arrumação do material
Empreitada	28 de Junho	Dormitório	<ul style="list-style-type: none"> • Limpeza de paramentos de azulejo, incluindo andaimes e substituição de azulejos partidos • Apeamento de paredes de alvenaria, incluindo transporte e arrumação do material
		Piso Superior do Dormitório	<ul style="list-style-type: none"> • Apeamento de paredes de alvenaria, incluindo transporte e arrumação do material

			<ul style="list-style-type: none"> • Apeamento da armação do telhado, incluindo arrumação de madeiras e telha • Apeamento da abóbada de tijolo e madeira, incluindo escoramentos e arrumação do material
Empreitada	11 de Dezembro	Dormitório	<ul style="list-style-type: none"> • Limpeza de paramentos de azulejo, incluindo andaimes e substituição de azulejos partidos • Execução de cachorros e cornija em cantaria, iguais aos existentes • Remoção de entulhos
1937		Piso Superior do Dormitório	<ul style="list-style-type: none"> • Apeamento da armação do telhado, incluindo arrumação de madeiras e telha • Apeamento da abóbada de tijolo e madeira, incluindo escoramentos e arrumação do material
Orçamento	21 DE JANEIRO	Cobertura do Dormitório	<ul style="list-style-type: none"> • Demolição de dois depósitos de água.
Empreitada	16 de Dezembro	Dormitório	<ul style="list-style-type: none"> • Cantaria lavrada e moldurada em socos, bases, colunas, capitéis, aduelas, degraus e frisos • Reconstrução da armação do telhado, incluindo cobertura em telha românica
Empreitada	21 de Julho	Dormitório	<ul style="list-style-type: none"> • Apeamento e reconstrução da armação do telhado • Assentamento de cornija moldurada em cantaria, incluindo o arranque da velha, e resguardo da parede • Lajeamento de pavimentos com cantaria à fiada, incluindo escavação e remoção de entulhos • Reconstrução das janelas do dormitório em cantaria moldurada, incluindo o arranque das
1939			

			cantarias das actuais janelas	
Empreitada	1939	1 de Setembro	Dormitório	<ul style="list-style-type: none"> • Lajeamento de pavimento com cantaria à picota, incluindo escavação e remoção de entulhos • Reconstrução de escada de acesso ao Dormitório em cantaria, incluindo abóbadas e portas • Reconstrução das janelas do Dormitório em cantaria moldurada, incluindo a demolição das actuais janelas • Assentamento de cornija moldurada em cantaria, incluindo o arranque da velha • Paredes de cantaria apicoada
Empreitada	1939	1 de Novembro	Dormitório	<ul style="list-style-type: none"> • Lajeamento de pavimento com cantaria à picota, incluindo escavação e remoção de entulhos • Reconstrução das janelas do Dormitório, em cantaria moldurada, incluindo a demolição das actuais janelas • Paredes de cantaria apicoada • Consolidação de duas abóbadas do dormitório
Empreitada	1939	29 de Dezembro	Dormitório	<ul style="list-style-type: none"> • Reparação e consolidação da fachada do Dormitório que dá para o Claustro do Cardeal, incluindo substituição de cantarias de paredes, de cachorros e de cornijas • Substituição de cantarias mutiladas • Reconstituição de uma porta românica, segundo os elementos existentes, em cantaria apicoada a fino
			Claustro de D. Dinis	<ul style="list-style-type: none"> • Arranjo geral do Claustro,

			compreendendo canalização de águas, e esgotos, em tubo de ferro e de grés, caixas de ligação, escavação de terras, remoção de entulhos e ensaibramento de ruas
Empreitada 1939	29 de Dezembro	Sala do Capítulo	<ul style="list-style-type: none"> • Conclusão das obras de consolidação e restauro dos gigantes, cornija e telhado, da sala do capítulo, incluindo substituição de cantarias em frisos, molduras e cornija • Execução de caleiras em grés cerâmico e cantaria, vedadas com chapa de zinco • Picagem e substituição de rebocos hidráulicos • Limpeza e reparação das abóbadas interiores
Empreitada	3 de Agosto	Dormitório	<ul style="list-style-type: none"> • Substituição de cantarias mutiladas, em friso, cornija e molduras • Reconstituição da escada de acesso do Dormitório aos telhados, e janela que dá para a Igreja, em cantaria, incluindo a consolidação das paredes • Reconstrução de uma janela primitiva em cantaria moldurada, incluindo demolição parcial da parede • Reparação geral das abóbadas, incluindo novo reboco
		Lavabo	<ul style="list-style-type: none"> • Arranjo do pavimento do Lavabo, incluindo substituição de cantarias
Empreitada 1940	25 de Novembro	Dormitório	<ul style="list-style-type: none"> • Pavimentação com tijolo rebatido, incluindo escavação de terras • Substituição geral de rebocos e abóbadas, tectos e paredes
Empreitada	28 de	Terraços das Capelas da Ábside	<ul style="list-style-type: none"> • Reparação do pavimento em cantaria dos terraços

1940	Novembro		das capelas da Ábside, compreendendo substituição de cantaria	
		Sacristia Medieval/Dormitório	<ul style="list-style-type: none"> • Demolição da antiga escada de acesso ao Dormitório, e reconstrução das duas abóbadas primitivas no lugar da escada • Reparação dos nichos inferiores da antiga Sacristia 	
		Nave Cruzeira	<ul style="list-style-type: none"> • Consolidação da empena da Nave Cruzeira da Igreja 	
Empreitada	1940	30 de Dezembro	Sala do Capítulo	<ul style="list-style-type: none"> • Construção de armação de telhado, incluindo cobertura com telha românica • Limpeza geral de cantarias • Reparação geral da Sala do Capítulo
Empreitada	1940	30 de Dezembro	Sala dos Monges	<ul style="list-style-type: none"> • Substituição de rebocos em paredes e abóbadas • Execução de paredes de cantaria • Demolição de paredes de alvenaria
			Claustro de D. Dinis	<ul style="list-style-type: none"> • Lajeamento de pavimentos, com cantaria à fiada
Empreitada	1941	23 de Junho	Sala dos Reis	<ul style="list-style-type: none"> • Demolição e reconstrução, segundo o primitivo, da armação e cobertura da Sala dos Reis • Assentamento de cornija e modilhões, e revestimento em lajes de cantaria
			Claustro de D. Dinis	<ul style="list-style-type: none"> • Assentamento de lajedo de cantaria no pavimento do Claustro
			Sala dos Monges	<ul style="list-style-type: none"> • Reconstrução de dois pilares, incluindo o reforço das bases e das nervuras das abóbadas
Empreitada		12 de Novembro	Sacristia "Manuelina"	<ul style="list-style-type: none"> • Reconstrução, em telha românica, da cobertura do telhado da Sacristia "Manuelina", e reparação da armação do mesmo

1941		Sala dos Monges	<ul style="list-style-type: none"> • Reconstrução de tramos de abóbada, em tijolo, segundo o existente • Substituição de pilares em cantaria, incluindo as bases, e de algumas aduelas das nervuras das abóbadas
Empreitada	15 de Dezembro	Sala dos Reis	<ul style="list-style-type: none"> • Demolição, e reconstrução, segundo o primitivo, da cobertura e armação da Sala dos Reis
1941		Claustro de D. Dinis	<ul style="list-style-type: none"> • Consolidação das paredes e contrafortes do Claustro Superior, incluindo o assentamento de tirantes • Assentamento de lajedo, em cantaria, no pavimento do Claustro de D. Dinis
		Sala dos Monges	<ul style="list-style-type: none"> • Restauro parcial das janelas da Sala dos Monges, segundo os vestígios primitivos • Reconstrução, e substituição, de colunas, bases e capitéis, em cantaria lavrada
Empreitada	15 de Julho	Claustro de D. Afonso VI	<ul style="list-style-type: none"> • Demolição de paredes de alvenaria • Demolição de tapamentos de madeira • Assentamento, em paramentos de parede, de cantaria apicoada • Assentamento, em fustes, bases, capitéis, frisos e cornijas, de cantaria apicoada • Assentamento, em pavimentos, de tijolo geométrico
Empreitada 1942	25 de Julho	Claustro de D. Afonso VI	<ul style="list-style-type: none"> • Assentamento de caixilhos de pinho, incluindo ferragens • Assentamento de portas almofadadas de pinho nacional, incluindo ferragens
Empreitada	30 de	Claustro de D.	<ul style="list-style-type: none"> • Assentamento de

1942	Outubro	Afonso VI	cantaria apicoada em bases, fustes e capitéis <ul style="list-style-type: none"> • Assentamento, em pavimentos, de tijolo geométrico
Empreitada	22 de Dezembro	Claustro de D. Afonso VI	<ul style="list-style-type: none"> • Armação de telhado, em madeira de castanho • Cobertura do telhado, com telha de tipo românico • Assentamento, em fustes, bases, capitéis e vergas, de cantaria apicoada
Empreitada	23 de Junho	Claustro de D. Afonso VI	<ul style="list-style-type: none"> • Assentamento, em janelas e cornijas, de cantaria apicoada • Construção de parede de alvenaria, incluindo demolição da existente • Assentamento de pavimento em abobadilhas • Assentamento de pavimento em tijolo prensado
Empreitada	16 de Dezembro	Claustro de D. Afonso VI	<ul style="list-style-type: none"> • Reconstrução de abobadilhas de tijolo • Assentamento de cantaria apicoada • Construção de paredes de tijolo • Cobertura de telhados com telha românica
Empreitada	18 de Dezembro	Claustro de D. Afonso VI	<ul style="list-style-type: none"> • Assentamento de cantaria apicoada • Emboco, reboco e guarnecimento de paredes de tijolo • Cobertura de telhados com telha românica
Empreitada	20 de Dezembro	Claustro de D. Afonso VI	<ul style="list-style-type: none"> • Assentamento de caixilharia de pinho nacional, incluindo ferragens e pintura • Assentamento de caixilharia de casquinha, incluindo ferragens e pintura • Assentamento de portas de casquinha, incluindo ferragens e pintura
Empreitada	30 de	Claustro de D.	<ul style="list-style-type: none"> • Assentamento de

1943	Dezembro	Afonso VI	<p>cantaria apicoada</p> <ul style="list-style-type: none"> • Construção de paredes de alvenaria • Assentamento de pavimento em tijolo prensado • Emboco, reboco e guarnecimento de paredes exteriores
Empreitada 1944	31 de Julho	Claustro de D. Afonso VI	<ul style="list-style-type: none"> • Reconstrução da armação do telhado, incluindo pintura • Colocação de betão armado em cintas de paredes e frechais
Empreitada 1944	4 de Dezembro	Claustro de D. Afonso VI	<ul style="list-style-type: none"> • Assentamento de cantaria em arcos e artesões • Construção de abóbada de tijolo, assente com argamassa hidráulica • Construção de paredes de alvenaria
		Sala dos Reis	<ul style="list-style-type: none"> • Escoramento da Sala dos Reis
Empreitada 1944	27 de Dezembro	Claustro de D. Afonso VI	<ul style="list-style-type: none"> • Demolição e reconstrução da parede existente sobre a abóbada do vestíbulo, incluindo escoramento do telhado • Assentamento de cantaria em arcos e artesões, segundo o existente • Reboco, emboco e guarnecimento de paredes interiores
Empreitada 1945	28 de Março	Claustro de D. Afonso VI	<ul style="list-style-type: none"> • Assentamento de cantaria regional em portadas • Construção de tectos de madeira, fasquiados e linhados • Reboco e guarnecimento de paredes interiores • Construção de andaime na sacristia
Empreitada 1945	14 de Abril	Claustro de D. Afonso VI	<ul style="list-style-type: none"> • Assentamento de cantaria regional em portadas • Construção de tectos de madeira, fasquiados e

			linhados <ul style="list-style-type: none"> • Reboco e guarnecimento de paredes interiores
		Sacristia	<ul style="list-style-type: none"> • Construção de andaime na sacristia
Empreitada	4 de Setembro	Sala dos Reis	<ul style="list-style-type: none"> • Apeamento e reconstrução da parede da Sala dos Reis, incluindo cintas de cimento e abóbadas
1945		Sacristia	<ul style="list-style-type: none"> • Construção de andaime na Sacristia
Empreitada	25 de Setembro	Claustro de D. Afonso VI? Ou sala dos reis	<ul style="list-style-type: none"> • Assentamento de cantaria • Reboco e guarnecimento de paredes
Empreitada	25 de Setembro	Claustro de D. Afonso VI?	<ul style="list-style-type: none"> • Construção de cinco vãos de caixilhos de sacada, incluindo aro, pinázios sobrepostos, ferragens e pintura
Empreitada	20 de Outubro	Claustro de D. Afonso VI? Ou sala dos reis	<ul style="list-style-type: none"> • Assentamento de cantaria • Reboco e guarnecimento de paredes de alvenaria
Empreitada	22 de Novembro	Claustro de D. Afonso VI? Ou sala dos reis	<ul style="list-style-type: none"> • Assentamento de cantaria • Reboco e guarnecimento de paredes de alvenaria
Empreitada	31 de Dezembro	Claustro de D. Afonso VI? Ou sala dos reis	<ul style="list-style-type: none"> • Assentamento de cantaria • Reboco e guarnecimento de paredes de alvenaria
Empreitada	27 de Maio	Claustro de D. Afonso VI	<ul style="list-style-type: none"> • Apeamento e reconstrução da abóbada do vestíbulo, incluindo artesões de cantaria, reboco e caiação do intradorso, e protecção com betão dos tirantes de ferro • Assentamento de pavimento, em tijolo prensado, com argamassa hidráulica • Acabamento provisório, com soalho e forro de pinho, do gabinete do tribunal

		Chafariz na Fachada da Cozinha	<ul style="list-style-type: none"> • Rebaixamento do tanque junto à cozinha, incluindo guias do passeio 	
Orçamento	1946	17 AGOSTO	Fachadas do Mosteiro	<ul style="list-style-type: none"> • Limpeza de cantarias. • Reparação e pintura de caixilharias.
Empreitada	1947	21 de Maio	Passeio da Rua D. Pedro V	<ul style="list-style-type: none"> • Oito ligações em tubo, na berma do passeio
Empreitada	1947	25 de Junho	Chafariz na Fachada da Cozinha	<ul style="list-style-type: none"> • Coberturas, com placas de betão armado, no esgoto do Chafariz
			Claustro de D. Afonso VI	<ul style="list-style-type: none"> • Remate do pavimento, junto às portas do Salão Grande, com cantaria serrada
			Sacristia "Manuelina"	<ul style="list-style-type: none"> • Apeamento da cobertura da Sacristia • Demolição do tecto de estuque da Sacristia • Construção de cintas de betão armado nas paredes da Sacristia
Empreitada	1947	31 de Julho	Desconhecido	<ul style="list-style-type: none"> • Construção de cinco caixilhos de casquinha, incluindo aparelho e ferragens • Construção de oito partes de casquinha, incluindo aparelho e ferragens
Empreitada	1947	21 de Agosto	Igreja	<ul style="list-style-type: none"> • Reparação geral dos telhados da igreja
			Sacristia	<ul style="list-style-type: none"> • Arrumação, e conclusão, dos moldes em gesso para o tecto da sacristia
Empreitada	1947	21 de Novembro	Sacristia	<ul style="list-style-type: none"> • Assentamento de 80 asnas de casquinha, na Sacristia
Empreitada	1948	26 de Abril	Sacristia	<ul style="list-style-type: none"> • Construção de beirado com telha românica, e telhado provisório, na Sacristia • Assentamento de 55

			<p>cambotas na abóbada da Sacristia</p> <ul style="list-style-type: none"> • Picagem do reboco da fachada da sacristia – lado do jardim
Empreitada 1948	20 de Maio	Ala Norte	<ul style="list-style-type: none"> • Construção de três degraus de cantaria rija, incluindo guardas e soleira, na entrada do Átrio • Transformação, em janela, da porta que serviu a agência da Caixa Geral de Depósitos
		Sacristia	<ul style="list-style-type: none"> • Picagem e reconstrução de rebocos velhos, nas fachadas da Sacristia • Tomadas de juntas nos cinco gigantes da sacristia, incluindo substituição de algumas pedras
		Galilé	<ul style="list-style-type: none"> • Picagem e reconstrução de rebocos velhos, nas fachadas da Galilé
Empreitada 1948	18 de Julho	Átrio da Fachada da Ala Norte	<ul style="list-style-type: none"> • Limpeza de cantarias, na entrada do Átrio, incluindo a tomada de juntas • Assentamento de lajedo de cantaria aparelhada, na entrada do Átrio
		Sacristia	<ul style="list-style-type: none"> • Limpeza da cimalha da Sacristia, incluindo a limpeza e tomada de juntas • Limpeza das grades das janelas da Sacristia, incluindo pintura de zarcão, e três demãos de tinta de óleo • Reconstrução do tecto da Sacristia, segundo o modelo antigo, em gesso moldado
Empreitada 1948	24 de Setembro	Sacristia	<ul style="list-style-type: none"> • Reconstrução do tecto da Sacristia, segundo modelo antigo, em gesso moldado
		Conduto de Água	<ul style="list-style-type: none"> • Limpeza, e reparação, da conduta de abastecimento de água ao Mosteiro

Empreitada 1948	29 de Outubro	Sacristia	<ul style="list-style-type: none"> • Reconstrução do tecto da Sacristia, segundo modelo antigo, em gesso moldado
		Ala Norte	<ul style="list-style-type: none"> • Transformação, em janela, da porta lateral direita do Átrio, incluindo arranque, adaptação e assentamento de cantarias
Empreitada 1949	1 de Abril	Sacristia	<ul style="list-style-type: none"> • Conclusão da reconstrução do tecto de estuque da Sacristia • Assentamento da cobertura do telhado da Sacristia, com argamassa hidráulica
		Conduta de Água	<ul style="list-style-type: none"> • Reparação do cano de cantaria e alvenaria que transporta água para o Mosteiro
Empreitada 1949	9 de Julho	Sacristia	<ul style="list-style-type: none"> • Conclusão da reconstrução do tecto de estuque da Sacristia • Assentamento da cobertura do telhado da Sacristia, com argamassa hidráulica
		Conduta de Água	<ul style="list-style-type: none"> • Reparação do cano de cantaria e alvenaria que transporta água para o Mosteiro
Empreitada 1949	4 de Agosto	Sacristia	<ul style="list-style-type: none"> • Conclusão da reconstrução do tecto de estuque da Sacristia • Assentamento da cobertura do telhado da Sacristia, com argamassa hidráulica
		Conduta de Água	<ul style="list-style-type: none"> • Reparação do cano de cantaria e alvenaria que transporta água para o Mosteiro
Empreitada 1949	24 de Setembro	Sacristia	<ul style="list-style-type: none"> • Conclusão da reconstrução do tecto de estuque da Sacristia • Assentamento da cobertura do telhado da Sacristia, com argamassa hidráulica
		Conduta de Água	<ul style="list-style-type: none"> • Reparação do cano de cantaria e alvenaria que transporta água para o Mosteiro

Empreitada	5 de Abril	Sacristia	<ul style="list-style-type: none"> • Ornatos de estuque do tecto da Sacristia
1950		Desconhecido	<ul style="list-style-type: none"> • Levantamento e assentamento de calçada
Empreitada	29 de Maio	Sacristia	<ul style="list-style-type: none"> • Continuação dos ornatos de estuque do tecto da Sacristia
Empreitada	30 de Junho	Sacristia	<ul style="list-style-type: none"> • Continuação dos ornatos de estuque do tecto da Sacristia
1950		Condução de Água	<ul style="list-style-type: none"> • Reparação do cano de alvenaria que conduz a água para o Mosteiro
		Igreja	<ul style="list-style-type: none"> • Limpeza do interior da Igreja
Empreitada	19 de Agosto	Sacristia	<ul style="list-style-type: none"> • Conclusão do trabalho de ornatos de estuque do tecto da Sacristia
Orçamento	5 DE FEVEREIRO	Ala Sul: Edifício Alberto Jacobety	<ul style="list-style-type: none"> • Demolição de alvenaria. • Apeamento do telhado.
1951		Ala Sul: Edifício Couto e Silva	<ul style="list-style-type: none"> • Reconstrução de casa e telhado.
		Ala Sul: Edifício Asilo Maria e Oliveira	<ul style="list-style-type: none"> • Demolição de alvenaria. • Apeamento do telhado. •
		Fachada Sul da Igreja	<ul style="list-style-type: none"> • Desentaipamento das portas da igreja.
		Espaço entre a Ala Sul e a Fachada Sul da Igreja	<ul style="list-style-type: none"> • Escavação do terreno, para abaixamento do nível do solo.
Empreitada	16 de Maio	Sacristia "Manuelina"	<ul style="list-style-type: none"> • Conclusão de florões de estuque no tecto da

1951			<p>Sacristia</p> <ul style="list-style-type: none"> Assentamento, com argamassa hidráulica, do tecto da Sacristia, na zona provisória Reparação de cornijas e molduras de estuque, na Sacristia
		Telhados	<ul style="list-style-type: none"> Vistoria geral das coberturas, incluindo limpeza e substituição de telhas partidas
		Condução de Água	<ul style="list-style-type: none"> Reparação da canalização de abastecimento de água ao Mosteiro
Empreitada 1951	24 de Maio	Sacristia "Manuelina"	<ul style="list-style-type: none"> Pintura, a ouro de imitação, das molduras e florões do tecto de Sacristia
Empreitada 1951	14 de Junho	Sacristia "Manuelina"	<ul style="list-style-type: none"> Picar, rebocar e guarnecer algumas zonas em mau estado nos paramentos da Sacristia Caição de paredes Reparação geral de grades de ferro, nas janelas da Sacristia, incluindo picar a tinta velha e pintar com uma demão de zarcão e duas demãos de tinta de óleo Reparação de caixilhos da Sacristia, incluindo a substituição das peças de madeira e das ferragens em mau estado, e a colocação de vidros
Empreitada 1951	8 de Outubro	Sala dos Reis	<ul style="list-style-type: none"> Adaptação de uma dependência da Sala dos Reis a vestiário, incluindo a construção de uma laje de betão armado e de lanternins para iluminação, e realização de caixilhos de casquinha, rebocos, pinturas e caição Construção de um caixilho numa janela do pátio da Sala dos Reis e

			<p>modificação da laje das retretes, incluindo caiação, pintura e reparação de aparelhos sanitários</p>
<p>Orçamento</p> <p>1951</p>	<p>27 DE NOVEMBRO</p>	<p>Claustro de D. Afonso VI: 1º Piso</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Demolição de alvenarias em divisórias. • Entaipamento de vãos. • Levantamento de lambris de azulejo. • Levantamento do pavimento. • Assentamento de lajedo. • Substituição de vergas de cantaria. • Assentamento de portas de casquinha. • Pintura de portas. • Pintura de caixilhos e colocação de vidros. • Assentamento de pavimento de tijoleira. • Assentamento de caixilharias. • Construção de escada em alvenaria, para acesso ao 2º piso. • Construção de tectos. • Conclusão do paramento do claustro. • Reparação da pintura artística da sala destinada à escultura. • Construção de degraus na porta de entrada da futura sala de escultura.

		Claustro de D. Afonso VI: 2º Piso	<ul style="list-style-type: none"> • Demolição de alvenarias em divisórias. • Entaipamento de vãos. • Levantamento de lambris de azulejo. • Levantamento do pavimento. • Assentamento de lajedo. • Substituição de vergas de cantaria. • Reboco e caiação de abóbadas. • Pintura de caixilhos e colocação de vidros. • Assentamento de pavimento de tijoleira. • Assentamento de caixilharias. • Construção de tectos.
		Fachada Norte	<ul style="list-style-type: none"> • Reparação da escada de acesso ao átrio.
Orçamento			
1952	8 DE ABRIL	Sacristia	<ul style="list-style-type: none"> • Levantar e repor o pavimento de lajedo. • Assentamento de caixilhos, ferragens e vidros. • Assentamento de peitoris de casquinha. • Reparação de portas de janela. • Pintura de grades de ferro.

			<ul style="list-style-type: none"> • Pintura de portas e caixilhos. • Reparação e douramento de duas molduras. • Reparação de portas com motivos de talha. • Reparação de dois arcazes. • Reparação de dois armários com embutidos. • Reboco e caiação de abóbadas. 	
		Relicário	<ul style="list-style-type: none"> • Assentamento, na abóbada, de florões em pedra de ançã. • Reparação do arco de cantaria. • Reparação de talha dourada e seu douramento. • Restauro das figuras. 	
Empreitada	1952	5 de Maio	Topo da Fachada do Dormitório	<ul style="list-style-type: none"> • Consolidação da estátua de D. Afonso Henriques, incluindo o fornecimento e colocação de todas as pedras necessárias, a executar de acordo com os elementos existentes • Consolidação das sacadas, incluindo o fornecimento e colocação de todos os elementos inutilizados • Arranjo das caixilharias atingidas pela fâsca, incluindo a substituição de todas as peças avariadas, bem como fornecimento e colocação de vidros partidos, e a pintura das

			<p>peças a colocar</p> <ul style="list-style-type: none"> • Pequena vistoria do telhado, fornecendo e colocando as telhas partidas pelos fragmentos das pedras caídas 	
Empreitada	1952	6 de Junho	Relicário	<ul style="list-style-type: none"> • Levantamento e reposição do pavimento de lajedo, incluindo a substituição do massame da fundação, fornecimento de pedras e fechamento de juntas • Assentamento de florões em pedra de ançã, a colocar na abóbada do Relicário • Reparação do arco de cantaria do Relicário, incluindo a substituição das pedras necessárias • Reparação de talha dourada no Relicário, incluindo a colocação de pedaços que se encontrem deslocados e acabamento dos motivos que faltam, bem como o seu douramento, a ouro de imitação patinado, e reparação de todas as figuras
			Sacristia "Manuelina"	<ul style="list-style-type: none"> • Assentamento do caixilhos de casquinha, iguais aos existentes, incluindo ferragens e vidros • Assentamento de peitoris de casquinha, iguais aos existentes • Reparação de vãos de portas de janela, incluindo a substituição de ferragens • Reparação de grades de ferro, incluindo desmontagem, substituição de peças deterioradas, picagem de tinta velha, aparelhagem a zarcão e pintura a tinta de óleo, com três demãos

			<ul style="list-style-type: none"> • Pintura de portas e caixilhos, incluindo queima de tinta velha, três demãos de tinta e uma de esmalte • Reparação de portas com motivos de talha, incluindo limpeza, e efusão com duas demãos de óleo fervido • Reparação de arcazes, incluindo a reparação de peças de madeira, gavetões e motivos de talha, que se encontrem danificados, bem como a colocação de ferragens • Reparação e douramento, a ouro de imitação, de duas molduras em altares, incluindo patinar, colocar e adaptar telas • Reparação de dois armários com embutidos, incluindo o fornecimento dos bocados em falta e colagens • Reparação do telhado, incluindo limpeza e substituição de telhas partidas
Empreitada	1953	11 de Maio	<p>Praça D. Afonso Henriques</p> <ul style="list-style-type: none"> • Construção de um passeio ao longo do Mosteiro, na Praça D. Afonso Henriques, e recalçamento, com cantaria, da zona do refeitório, incluindo: <ul style="list-style-type: none"> - Levantamento da calçada existente - Escavação de terras - Regularização do terreno - Remoção e transporte de terra e pedras - Lancil com 40cm de largo, assente na bordadura do passeio

			<p>- Calçada de vidro com faixa escura, assente no passeio</p> <ul style="list-style-type: none"> -Roçar a alvenaria até à profundidade de 30cm, e colocar cantaria parda igual à existente, na base do Mosteiro 	
Empreitada	1953	24 de Julho	Telhados	<ul style="list-style-type: none"> Sondagens da cobertura dos telhados junto à empena do transepto direito, incluindo levantamento da cobertura do telhado e respectivo madeiramento, bem como a sua reposição
Orçamento	1953	21 DE AGOSTO	Sinos	<ul style="list-style-type: none"> Desmontar sinos e respectivos cabeçotes. Substituição dos cabeçotes. Substituição de ferragens. Pintura de cabeçotes e ferragem.
Orçamento/ Empreitada	1954	10 de Março	Relicário	<ul style="list-style-type: none"> Desmontagem das imagens do Relicário, e remontagem sobre o novo pavimento Demolição do altar Levantamento do pavimento, impermeabilização e assentamento de novo pavimento, elevando-o 13 cm Desmontagem da base e lambril de mármore, e remontagem de todas as peças sobre o pavimento, após corte de 13 cm na sua altura Colocação do degrau do altar sobre o pavimento Construção e assentamento do altar-mor, em mármore igual

			ao do lambril existente
		Sacristia "Manuelina"	<ul style="list-style-type: none"> • Reparação de dois arcazes em pau-santo, incluindo peças em falta, ferragens e fechaduras • Restauro de telas e sua colocação
Orçamento 1954	6 de Abril	Claustro de D. Dinis	<ul style="list-style-type: none"> • Reconstrução do telhado de duas alas do Claustro de D. Dinis
Empreitada 1954	3 de Maio	Telhados do Claustro de D. Dinis	<ul style="list-style-type: none"> • Reconstrução do telhado em duas alas do Claustro de D. Dinis
Empreitada 1954	18 de Dezembro	Conduto de Água	<ul style="list-style-type: none"> • Reparação do cano que conduz a água para o Mosteiro, incluindo: <ul style="list-style-type: none"> - Escavação e remoção de terra - Levantamento de cascões de cantaria argamassada - Limpeza do aqueduto - Reassentamento de cascões de cantaria - Aterro da vala no recobrimento dos cascões
Orçamento 1955	28 DE JANEIRO	Claustro de D. Dinis	<ul style="list-style-type: none"> • Reconstrução do telhado de duas alas do Claustro de D. Dinis
Empreitada 1955	21 de Março	Telhados do Claustro de D. Dinis	<ul style="list-style-type: none"> • Reconstrução do telhado em duas alas do Claustro de D. Dinis
Orçamento/ Empreitada 1955	23 de Maio	Fachada Sul da Igreja	<ul style="list-style-type: none"> • Demolição de coberturas, incluindo madeiramento • Demolição de alvenarias em paredes divisórias • Demolição de paredes de alvenaria • Demolição de pavimentos em

			<p>abóbadas de tijoleira</p> <ul style="list-style-type: none"> • Escavação e remoção de terra franca • Escavação e remoção de terra dura • Transporte e descarga no vazadouro dos produtos escavados e demolidos • Alvenaria hidráulica em muros de suporte, com argamassa ao traço de 1:5 em volume • Forro de cantaria em socos e capeamentos • Reboco de argamassa de cimento ao traço de 1:5 em volume, na face interior do muro • Caleira com 30 cm de largura, regularizada com argamassa de cimento • Boeiros com 1,30 m de extensão, em tubos de grés • Reboco, em paramentos exteriores, com argamassa de cal, e cimento ao traço 1:1:6
Orçamento/ Empreitada	1955	28 de Novembro	Sacristia <ul style="list-style-type: none"> • Caixilhos de madeira, assentes em janelas, incluindo aro, assentamento e ferragens • Assentamento de vidro catedral, com 3 m/m • Pintura em caixilhos
Orçamento		28 DE NOVEMBRO	Claustro de D. Dinis <ul style="list-style-type: none"> • Esticadores em ferro quadrado

1955			<ul style="list-style-type: none"> • Aba de madeira para guarnecer vigas de betão • Reconstrução de arcos, incluindo demolição dos antigos, no claustro
Orçamento			<ul style="list-style-type: none"> • Picar, rebocar e cair as paredes da fachada • Caixilharia de casquinha, idêntica à existente, incluindo ferragens e assentamento • Cantarias novas em ombreiras, vergas e peitoris • Pintura sobre madeira • Transporte, remoção à pá, e transporte de entulho para o vazadouro
1956	18 DE FEVEREIRO	Fachada da Ala Sul	
Orçamento/ Empreitada			<ul style="list-style-type: none"> • Demolição de alvenaria • Levantamento, e remoção, de degraus de cantaria • Demolição de telhados • Forro de cantaria • Assentamento de cantaria em gigantes • Cornija de cantaria, idêntica à existente • Cachorros de cantaria, idênticos aos existentes • Caleira em cantaria • Regularização do terraplano
1956	23 de Maio	Exterior Colateral Sul / Transepto	

		Exterior Capela de São Bernardo	<ul style="list-style-type: none"> • Demolição de alvenaria • Picar e limpar a parede • Revestimento de cantaria, no terraço sobre a capela de São Bernardo, assente com argamassa impermeabilizante • Forro de cantaria • Assentamento de cantaria em gigantes • Reconstrução, em cantaria idêntica à existente, da janela
		Porta do braço sul do Transepto	<ul style="list-style-type: none"> • Cantaria em degraus e soleiras • Porta em madeira exótica, incluindo ferragens e assentamento
		Sala dos Túmulos	<ul style="list-style-type: none"> • Encasque, emboco e reboco nas paredes exteriores • Pavimento de tijoleira assente com argamassa de cimento hidrofugado, no terraço • Caixilho de chumbo em vitrais, incluindo vidros corados e aros
		Arcobotantes	<ul style="list-style-type: none"> • Cantaria no encontro de um dos arcobotantes • Refechamento de juntas de cantaria, no terraço dos arcobotantes
		Fachada da Ala Sul	<ul style="list-style-type: none"> • Demolição de alvenaria

			<p>em paredes</p> <ul style="list-style-type: none"> • Remoção de entulhos para vazadouro • Construção de alvenarias no enchimento de vãos • Assentamento de cantarias em vergas • Assentamento de cantarias em ombreiras • Assentamento de cantaria em peitoris • Assentamento de cantarias em degraus e soleiras • Assentamento de pináculos de cantaria • Assentamento de caixilharia de casquinha, incluindo aros e ferragens • Assentamento de uma porta de casquinha almofadada. Incluindo aro, ferragens e pregos de latão com cabeça saliente • Pintura a tinta de óleo, a três demãos, sobre madeira
		Capela do Desterro	<ul style="list-style-type: none"> • Reparação do telhado, com substituição de telhas partidas • Assentamento de uma porta em casquinha, incluindo aro e ferragens • Limpeza da tinta velha da porta principal, e pintura a tinta de óleo a

			três demãos
		Sala dos Reis	<ul style="list-style-type: none"> Levantamento e reassentamento de azulejos artísticos, incluindo preparação do fundo
		Claustro de D. Dinis	<ul style="list-style-type: none"> Forro de cantaria
Empreitada 1956	26 de Outubro	Praça Dr. Oliveira Salazar	<ul style="list-style-type: none"> Arranjo do muro de suporte do lado poente
Orçamento 1956	14 de Novembro	Dormitório	<ul style="list-style-type: none"> Reparação da porta da varanda Reparação de caixilharia das peças apodrecidas da bandeira da varanda Porta de comunicação com o Asilo, em madeira exótica, incluindo ferragens Assentamento de caixilho de chumbo em vitrais Assentamento de caixilhos nas janelas, incluindo aberturas de apoio nas cantarias, e ferragens
		Sala dos Reis	<ul style="list-style-type: none"> Apeamento da estátua de D. João I, e transporte para a sala junto da Cozinha
		Igreja	<ul style="list-style-type: none"> Reparação de ferragens, e de algumas peças de madeira, na porta de comunicação com o Claustro de D. Dinis

			<ul style="list-style-type: none"> • Limpeza das janelas, incluindo colocação de vidros partidos 	
		Claustro de D. Dinis	<ul style="list-style-type: none"> • Assentamento de telhas velhas de canudo 	
Orçamento	1956	19 de Novembro	Sala dos Reis	<ul style="list-style-type: none"> • Limpeza de paramentos, rebocos e caiações • Instalação de 4 casas de banho, em dependências anexas
			Claustro de D. Dinis	<ul style="list-style-type: none"> • Limpeza de paramentos, rebocos e caiações
			Claustro de D. Afonso VI	<ul style="list-style-type: none"> • Limpeza de paramentos, rebocos e caiações
			Refeitório	<ul style="list-style-type: none"> • Caixilharia em madeira com vitrais de chumbo
			Dormitório	<ul style="list-style-type: none"> • Caixilharia em madeira com vitrais de chumbo
			Igreja	<ul style="list-style-type: none"> • Limpeza das janelas e substituição de vitrais partidos • Mudança dos túmulos de D. Pedro e D. Inês para o transepto
			Praça Dr. Oliveira Salazar	<ul style="list-style-type: none"> • Instalação eléctrica
Empreitada			4 de Dezembro	Dormitório

1956			<ul style="list-style-type: none"> • Porta de comunicação do Dormitório para o Asilo, em madeira exótica, incluindo ferragens • Assentamento de caixilho de chumbo em vitrais, nas janelas do Dormitório • Assentamento de caixilhos nas janelas do Dormitório, incluindo aberturas de apoio nas cantarias, e ferragens
		Claustro de D. Dinis	<ul style="list-style-type: none"> • Reparação de ferragens, e de algumas peças de madeira, na porta de comunicação da Igreja para o Claustro de D. Dinis • Assentamento de telhas velhas de canudo
		Igreja	<ul style="list-style-type: none"> • Limpeza das janelas da Igreja, incluindo colocação de vidros partidos
		Sala dos Reis	<ul style="list-style-type: none"> • Apeamento da estátua de D. João I, e transporte para a sala junto da Cozinha
Orçamento/ Empreitada	25 de Janeiro	Praça Dr. Oliveira Salazar	<ul style="list-style-type: none"> • Escavação em terra dura • Alvenaria hidráulica em fundações, com argamassa • Alvenaria hidráulica com elevação, com argamassa • Cantaria aparelhada assente em capeamentos • Degraus de cantaria, idênticos aos existentes na entrada da Igreja • Cantaria aparelhada, assente em socos, pilastras e paramentos

			<ul style="list-style-type: none"> • Cantaria aparelhada e moldada, assente nos traços da Fonte • Emboco, reboco e caiações • Caldeira ao longo do muro • Agulheiros em tubos de grés • Pedra para enrocamento • Lancil de cantaria, assente sobre fundação de alvenaria
Orçamento/ Empreitada			<ul style="list-style-type: none"> • Pedra para enrocamentos e enchimentos • Calçada de vidraça • Lancil em passeios, sobre fundações de alvenaria • Lancil nos parques, sobre fundações de alvenaria • Lajedo de cantaria, sobre fundações de alvenaria • Escavação em terra dura, para abertura de valas de esgoto de águas pluviais e de habitações • Escavação em rocha branda • Canalização em tubo de gás
1957	25 de Fevereiro	Praça Dr. Oliveira Salazar, ala sul	
Orçamento/ Empreitada 1957	13 de Março	Fonte da Praça Dr. Oliveira Salazar	<ul style="list-style-type: none"> • Grade de ferro, com prumos em vergalhão e bolachas em fundição de

			<p>alumínio</p> <ul style="list-style-type: none"> • Balaústres em ferro forjado • Esferas armilares, e terminal em fundição de alumínio
Orçamento/ Empreitada			<ul style="list-style-type: none"> • Escavação em terra dura e rocha branda • Betão armado em laje de fundação • Alvenaria hidráulica em fundações • Alvenaria hidráulica em elevação na Praça Dr. Oliveira Salazar, zona da Fonte • Demolição de um muro de alvenaria • Regularização de terraplano de taludes • Plantação de arbustos • Pedra para enrocamento • Alvenaria de tijolo para enchimento de paredes • Reboco e caiação em paredes exteriores
1957	18 de Março	Praça Dr. Oliveira Salazar, zona da Fonte	
Orçamento/ Empreitada 1957	18 de Março	Fachada norte	<ul style="list-style-type: none"> • Picar as paredes • Emboco e reboco de paredes, e caiação a branco • Caixilharia em madeira de casquinha • Limpeza de tinta velha, e pintura nova sobre madeira, nas janelas e sacadas

			<ul style="list-style-type: none"> • Limpeza de tinta velha, e pintura de grades de ferro • Reparação de beirados • Reparação de telhados • Alvenarias no acompanhamento das cantarias
		Fachada principal	<ul style="list-style-type: none"> • Picar as paredes • Emboco e reboco de paredes, e caiação a branco • Caixilharia em madeira de casquinha • Limpeza de tinta velha, e pintura nova sobre madeira, nas janelas e sacadas • Limpeza de tinta velha, e pintura de grades de ferro • Reparação de beirados • Reparação de telhados • Alvenarias no acompanhamento das cantarias
		Sinos	<ul style="list-style-type: none"> • Reparação e pintura dos cabeçotes dos sinos, na torre do Mosteiro
Orçamento/ Empreitada 1957	18 de Março	Praça Dr. Oliveira Salazar	<ul style="list-style-type: none"> • Escavação de terras argilosas • Escavação de terra vegetal

			<ul style="list-style-type: none"> • Espalhamento de terras • Pedra para drenos nas áreas ajardinadas, incluindo a abertura de valas • Espalhamento de estrume para jardins
Orçamento/ Empreitada	1957	19 de Março	<p>Praça Dr. Oliveira Salazar, zona da Fonte</p> <ul style="list-style-type: none"> • Escavação em rocha macia • Escavação em terra dura • Pedra para enrocamentos em passeios, rua e passadeira em frente da ala sul • Areia para fundações de enrocamento • Alvenaria em elevação, em muros de suporte
Orçamento/ Empreitada	1957	3 de Abril	<p>Praça Dr. Oliveira Salazar, zona da Fonte</p> <ul style="list-style-type: none"> • Alvenaria em fundações de muros de suporte • Pedra para enrocamento, junto aos muros de suporte • Reboco hidrofugado, na face interior dos muros • Capeamento de cantaria • Lajedo no pavimento da Fonte • Betão armado em peitoris e vigas, na zona dos sanitários da Praça
		Entrada principal da ala sul	<ul style="list-style-type: none"> • Degraus de cantaria
		Escadaria principal	<ul style="list-style-type: none"> • Lajedo no patamar sul da

			escadaria do Mosteiro
		Escadaria da ala norte	<ul style="list-style-type: none"> • Emenda no lajedo das escadas da ala norte
		Desconhecido	<ul style="list-style-type: none"> • Cantarias novas em vergas, ombreiras, peitoris e aventais
Empreitada	16 de Abril	Lavabos	<ul style="list-style-type: none"> • Instalação eléctrica
1957		Sala dos Reis	<ul style="list-style-type: none"> • Instalação eléctrica
		Refeitório	<ul style="list-style-type: none"> • Instalação eléctrica
		Cozinha	<ul style="list-style-type: none"> • Instalação eléctrica
		Fachada Exterior	<ul style="list-style-type: none"> • Instalação eléctrica
Orçamento/ Empreitada	27 de Maio	Praça Dr. Oliveira Salazar	<ul style="list-style-type: none"> • Construção de arruamentos
Orçamento/ Empreitada	20 de Maio / 14 de Junho	Praça Dr. Oliveira Salazar	<ul style="list-style-type: none"> • Plantação de flores e árvores de jardim • Sementeiras de relvados • Regas
Orçamento/ Empreitada	24 de Junho	Praça Dr. Oliveira Salazar	<ul style="list-style-type: none"> • Baldeação de terras • Alvenaria hidráulica no limite dos arruamentos e no vazio sobre o muro da Fonte • Revestimento higro-fugado na face interior dos muros

			<ul style="list-style-type: none"> • Caleira em meia cana sob enrocamento • Pedra para enrocamento • Canalizações de grés para drenagem da água das nascentes • Rede de drenagem em jardins • Cordão de cantaria no remate dos muretes • Forro de cantaria, assente em socos nos muros • Forro de cantaria no paramento do muro da frente, e em três pilastras • Cantaria moldada em esferas, respectivos pilares, e bases • Pilares em cantaria para o gradeamento • Lancil curvo de cantaria, no ângulo dos passeios • Apeamento de cantarias em ombreiras e vergas • Alvenaria hidráulica no tapamento de vãos • Vidraça nacional, assente em caixilharia de madeira • Calçada de vidraça em passeios
		Ala poente	<ul style="list-style-type: none"> • Demolição de alvenarias em paredes, no interior do 1º piso
		Ala sul	

			<ul style="list-style-type: none"> • Demolição de tabiques na abertura da passagem para as residências, no mosteiro • Demolição de alvenaria dos muros dos quintais das residências
Orçamento/ Empreitada 1957	25 de Junho	Praça Dr. Oliveira Salazar	<ul style="list-style-type: none"> • Construção de arruamentos
Orçamento/ Empreitada 1957	25 de Junho	Sala dos Reis	<ul style="list-style-type: none"> • Reparação e limpeza de estátuas
		Cozinha	<ul style="list-style-type: none"> • Reparação das canalizações
		Claustro de D. Dinis	<ul style="list-style-type: none"> • Reparação das canalizações
		Casas de banho	<ul style="list-style-type: none"> • Reparação das canalizações • Colocação de Toalheiros, saboneteiras e espelhos
Orçamento/ Empreitada 1957	18 de Novembro	Exterior do Mosteiro	<ul style="list-style-type: none"> • Escavações em terra dura e rocha, para valas e drenagens
		Túmulos de D. Pedro e D. Inês	<ul style="list-style-type: none"> • Fixação de balaústres de protecção
		Fachada sul da Igreja	<ul style="list-style-type: none"> • Restauro de gigantes de cantaria
		Fachada sul/nascente	<ul style="list-style-type: none"> • Restauro de gigantes
Orçamento/ Empreitada	19 de Abril	Capela de S. Bernardo	<ul style="list-style-type: none"> • Substituição de um troço na cantaria dos

1958			gigantes
		Fachada sul da Igreja	<ul style="list-style-type: none"> • Restauro de três gigantes
Orçamento/ Empreitada	26 de Abril	Ala Sul	<ul style="list-style-type: none"> • Restauro completo da Arcada da Ala Sul
1958		Fachada Sul da Igreja	<ul style="list-style-type: none"> • Libertação da Fachada lateral de Igreja
Orçamento/ Empreitada 1958	12 de Setembro	Praça Dr. Oliveira Salazar, Zona da Fonte	<ul style="list-style-type: none"> • Colocação de grade de ferro, para remate do muro sobranceiro à Fonte
Orçamento/ Empreitada 1958	4 de Novembro	Praça Dr. Oliveira Salazar	<ul style="list-style-type: none"> • Realização dos arruamentos no limite sul da Praça
Orçamento/ Empreitada	8 de Maio	Capela de São Bernardo	<ul style="list-style-type: none"> • Conclusão do restauro dos gigantes na Capela de São Bernardo
1959		Fachada Sul da Igreja	<ul style="list-style-type: none"> • Demolição das fundações do Celeiro e do Colégio da Conceição • Entaipamento do vão que ligava o Transepto ao Colégio da Conceição
		Ala Sul	<ul style="list-style-type: none"> • Limpeza de entulhos do 1º piso da Ala Sul
Orçamento/ Empreitada 1959	23 de Setembro	Ala Sul 1º Piso	<ul style="list-style-type: none"> • Reforço de paredes • Estabelecimento de drenagem • Início da reconstrução da cobertura
Orçamento/ Empreitada 1959	16 de Dezembro	Ala Sul	<ul style="list-style-type: none"> • Escavação e remoção de terras • Obras de conservação
Orçamento/		Ala Sul	<ul style="list-style-type: none"> • Reconstrução do telhado

Empreitada 1960	18 de Julho		
Orçamento/ Empreitada 1960	6 de Outubro	Ala Sul	<ul style="list-style-type: none"> • Construção de pavimentos na Galeria Nascente • Reconstrução de colunas e cimalthas na Galeria Nascente • Terraplanagem e pavimentação do terreno em frente à Galeria Nascente • Construção de acessos, na Galeria Nascente, onde forem encontrados restos de antigas escadas • Construção e assentamento de portas na Galeria Nascente
Orçamento/ Empreitada 1960	17 de Novembro	Ala Norte	<ul style="list-style-type: none"> • Arranjo do arquivo da secção de Finanças, no 2º Piso
Orçamento/ Empreitada 1960	26 de Novembro	Praça Dr. Oliveira Salazar	<ul style="list-style-type: none"> • Construção de passeios e esgotos na Praça Dr. Oliveira Salazar • Construção de passeios e esgotos na Rua Dr. Zagalo

4.2.2. OS ESPAÇOS

4.2.2.1. CAPELA-MOR

Através da análise comparativa das descrições da Capela-Mor produzidas por Frei Manoel dos Santos (1716)⁴¹, Frei Manuel de Figueiredo (1781)⁴², Manuel Vieira

⁴¹ «A capella maior he de meia laranja; também de obra gothica, e toda de cantaria. Firma-se esta meia laranja sobre oito colunas de huma só pedra cada huma, e duas meias, as quais fazem nove arcos; e fazem ser a capela vasada, e ver-se por esses arcos de todas as partes e lados exteriores da capella o trono do Santíssimo; as oito colunas tem de basa ate o capitel 15 palmos de altura; e de grosso 10 palmos. Antigamente em lugar de retabolo vestiam a parede da capella da parte interior painéis de Santos da Ordem, dos quais ainda se conservam alguns na casa da portaria. Hoje veste a mesma parede outra fabrica moderna de pedraria oitavada sobremaneira elegante, a qual se fez no anno de 1676. A sua forma he seguinte: O arco do cruseiro por onde se entra dentro na capella he da mesma altura dos outros arcos do corpo da igreja; tem no alto por baixo do capitel metidas duas peanhas, e sobre ellas duas imagens estofadas de ouro a da parte do evangelho da Virgem N. Senhora ouvindo a embaixada do Anjo; e a da parte da epistola he do Anjo S. Gabriel. Deste arco para dentro segue-se a parede da capella ate darem outro arco, onde começa a meia laranja e esta parede entre os dous arcos he vestida de grandes painéis de excellente pintura passos e historias milagrosas do divino sacramento do altar . Os painéis são dez, sinco de cada lado; para diante dos painéis segue-se o outro arco tam alto, e da mesma feição do primeiro: e a este arco se segue a meia laranja da capella; e a fabrica [4 v] nova oitavada que dicemos, a qual fas as vezes de retabolo nesta forma. Tornando ao arco do cruseiro sobem delle ao altar maior por huma escada de sete degraos, tem dous espipiterios aos seus dous lados ornados com grades de pao santo bronseadas; sobre o pavimento deste altar se levantam dês colunas em meio circulo; encostadas as outras colunas antigas sobre que se formão os arcos da meia laranja; cada huma destas novas he também de huma só pedra alta da basa ate o capitel 18 palmos e de grosso oito palmos e meio; sobre estas novas colunas interiores se forniam huma alquitrava com seu frizo e eimalha; e sobre esta cimalha se levantam outras dês colunas mais delgadas e mais baixas que as primeiras, em correspondência das que ficam em baixo; e por entre estas segundas pequenas estam oito peanhas e sobre ellas oito imagens de vulto de Santos da nossa ordem altas nove palmos, quatro de cada lado; da parte do evangelho a primeira imagem he de N. P.e S. Thomas Arcebispo de Canthuarua; a segunda o Papa S. Eugenio 3.º; logo N. P.e S. Bernardo Abbade de Claraval; a 4.a N. P.e S. Estêvão 3.º abade de Cister. Da parte da epistola a primeira imagem he de N. P.e S. Malachias Arcebispo de Ardinacha, a 2.a o Papa S. Gregorio Magno; logo N. P.e S. Bento Abbade; a 4.a N. P.e S. Roberto primeiro Abbade de Cister; e no meio dividindo os dous lados sobre outra peanha hum painel, que serve juntamente de porta por onde sahem a limpar as imagens. Sam estas oito imagens mui elegantes porque sobre as cogulas monásticas estam vestidas em Pontifical, e mitradas, com seus báculos e cruces Pontificaes; todas sam estofadas de ouro. Sobre estas imagens corre outra alquitrava, frizo e cimalha; e sobre esta 2.a cimalha oito pedestaes em correspondência, das colunas, que vem debaixo; e sobre os pedestaes oito imagens também de vulto de anjos tocando instrumentos músicos, e fazendo coro a huma imagem grande de vulto da May de Deos, sobindo ao Ceo; a qual está no meio, e mais alta que os oito anjos, e a sustentam no ar outros dous anjos semelhantes aos primeiros, e he a Coroa de toda esta elegante fabrica, e a padroeira da Casa. Os anjos, e a imagem da Senhora também são estofadas de ouro; por detrás desta dita fabrica vam sobindo os arcos da meia laranja; os mesmos que sobem das colunas antigas exteriores formam abobeda da capella, os quais arcos são dês; e por entre estes arcos nove frestas rasgadas altas 32 palmos, e largas onze, com mais outras duas frestas sobre os painéis ao entrar da capela de igual altura; e são ao todo onze dentro da capela [5 r] frestas rasgadas com suas vidraças por onde entra abundância de lux. Desde o pavimento ate o alto da abobeda he pintada de brutesco de ouro: os arcos, as colunas, os frisos, cimalthas, peanhas, pedestaes, abobeda, e as frestas das vidraças. No meio desta elegantíssima capella está o altar maior livre e separado do mais edificio; tem de comprimento vinte e quatro palmos. Não tem retabolo nem imagens nem outra couza mais que huma banquetta aonde se põem os castiçaes e a sacra com as letras da Consagração. Por detrás deste altar se levanta hum pedestal de pedraria de quatro faces e quatro engras; alto oito palmos menos dous dedos;

Natividade (1885)⁴³ e Bernardo Villa Nova (1926)⁴⁴, verifica-se que, a partir do século XVIII, poucas alterações se produziram na sua estrutura, tendo as principais

o seu comprimento he o mesmo do altar, e de largo tem 12 palmos e meio; sobre este pedestal se levantam oito anjos de vulto estofados de ouro virados para as quatro faces, altos cada hum nove palmos; os quais sustentam aos hombros o sacrário; he este huma fabrica de talha dourada, também de quatro faces, e em forma piramidal. Consta esta fabrica de quatro corpos, ou bancos, para cima em diminuição; o primeiro banco tem a mesma largura, comprimento e engras do pedestal; os outros para cima vam sempre diminuindo, ate acabarem no alto em huma peanha e sobre ella hum pelicano figura de Cristo ferindo o peito para dar vida aos filhos mortos. Todos estes bancos ou corpos sam ornados de muitas lindezas: de anjos em seus nichos com as insignias da sagrada paixam; flores, passarinhos, ramos e outras miudezas com que a arte em semelhantes obras de talha costuma ser emula da natureza; e como o pedestal tem quatro faces e está separado do mais edificio da capela anda-se todo ao redor por hum passadiço que tem em cima; por cuja rezam he de todas as faces dourada e do mesmo feitio, e vestido dos mesmos anjos e lindeza da talha. Por detrás do pedestal tem a capela outra escada também de sete degraos que sahe por hum dos arcos para a charola e sacristia.» (Santos, 1979, pp. 25-28)

⁴² «A capella mor forma hua meia laranja de obra gothica como he toda a igreja; ella está formada em 9 inteiras columnas e duas meias columnas, altas 15 palmos e grossas 10, com 9 arcos formados sobre ellas; e outros tantos que communicão a luz para a charolla, e desta por elles se logrão todas as aççoens que na capella mor se executão. O interior da capella mor está revestido de outras tantas columnas quási do mesmo tamanho e menos grossura que as outras, e por sima corre a cimalha formando um corpo oitavado: assentão sobre a símalha oito pianhas, em que estão eollocadas as estatuas de S. Gregório Magno, S. Bento, S. Bernardo, S. Thomaz, arcebispo de Cantuaria, S. Malachias, arcebispo de Armach, S. Roberto, 1.º abbade de Cister, S. Estevão, 3.º abbade da mesma Çaza, e o Papa Eugênio 3.º. Por entre as estatuas sobem 8 columnas, sobre estas outra simalha, e 8 pianhas, que estão firmes 8 anjos tocando instrumentos: esta obra inte-rior da Capella mor mandou edificar o Cardeal monarcha, e augmentou em 1676 o geral Fr. Sebastião Sottomaior com 4 columnatas, com as estatuas e com as Imagens de S. Gabriel e N. Senhora, que estão no meio da altura das pilastras da boca da capella mor representando o anuncio da maior felici-dade do género humano e a sua redempção.

Os lizos da capella mor estão cobertos de damasco encarnado com guarniçoens douradas, dous grandes e excellentes quadros, que lamentamos não sabermos de quem foi a ideia e mão de quem a executou.

O altar mor tem 16 palmos e meio de comprido, e a sua banquetta que forma quasi hum corpo separado, 21 e meio, com duas grandes Imagens dos dous santos abbades Bento e Bernardo, com 6 grandes castiçaes de prata e huina sacra que he a mais elevada de Portugal.

Em altura proporcionada ao todo da Capella mor está pendente hum grande globo de prata com guarniçoens douradas que rematta em huâ cruz antiga de prata dourada, a qual he huma das peças mais raras de Portugal: este globo he tabernáculo de Christo Sacramentado; e o vaso sagrado he igual na perfeição e riqueza com a maquina que lhe serve de pianha e pavilhão. Cerca o globo hum resplendor de prata e outro maior dourado, que repassão muitas nuvens das quaes pendem muitos anjos com serpentinas e castiçaes; de prata. Em 6 grandes tocheiros de prata e custo de 23 contos de reis ardem incessantemente outras tantas tochas, e ornão a boca da Capella mor 4 candelabros de prata de 7 cas-tiçaes cada hum.» (Figueiredo, 1978, pp. 90-92)

⁴³ «A capella mór é espaçosa pois que mede 14 metros de comprimento por 9,80 de largura. Adornam-lhe a abobada e o arco da entrada pinturas de brotesco a ouro. As pare-des junto ao cruzeiro, e os vãos, por cima e entre os nove arcos que a separam da charola são decorados com obras de talha doirada e bronzeada a bastante primor, com qua-dros moldurados de talha doirada, com as imagens de vulto da Virgem e do anjo Gabriel.

Dos intervallos das columnas que embellezam o semi-circulo sobresahe o oito imagens, de tamanho mais que na-tural, representando santos da ordem.

Ao fundo e a mais de meia altura da capella-mór des-taca-se a gloria da Virgem n'umas proporções colossaes, d'um soberbo effeito mas de inferior merecimento artístico,

O altar mór tem cinco metros de comprido e está en-costado a um pedestal de mármore mais elevado. Finalmente a capella mór resume em si uma serie de ordens architeticas de extrema belleza e deliciosamente agradáveis aos olhos do apreciador e do artista.» (Natividade, 1885, p. 82)

transformações tido lugar no período que medeia entre a escrita das obras de Frei Manoel dos Santos e de Frei Manuel de Figueiredo, e consistindo estas, em termos gerais, no alteamento do pavimento, na colocação de janelas entre os arcos das colunas que dão comunicação para o deambulatório, na abertura de meias canas nas colunas do , e na aplicação de rosas nos capitéis que as coroam, bem como na colocação, circundando o globo, de um resplendor com as imagens do menino Jesus e de Nossa Senhora.

Assim, antes do início das obras de restauro empreendidas pela DGEMN, o *dispositivo decorativo* da Capela-Mor, sobrelevada relativamente ao nível do pavimento do corpo da igreja, e ao qual se acede por meio de uma escadaria com seis degraus, era composto por uma obra de talha dourada que cobria o arco triunfal, cujos pilares apresentavam as imagens de São Gabriel, a norte, e da Virgem, a sul, e por uma *estrutura retabular* de duas ordens sobrepostas, jónica e coríntia, sendo a cornija da primeira ordem encimada por peanhas, sobre as quais estavam colocadas, da esquerda para a direita, as estátuas de São Tomás, Arcebispo de Cantuária, do Papa Eugénio III, de São Bernardo, de Santo Estevão, de São Roberto de Molesme, de São Bento, de São Gregório Magno e de São Malaquias. Entre os intervalos das janelas altas da ábside, cujos arcos se encontravam decorados com talha dourada, e sobre os capitéis de onde arrancam as nervuras da sua abóbada, estavam colocadas as imagens de oito anjos. Ao lado do altar encontravam-se as estátuas de São Bento, à esquerda, e de São Bernardo, à direita, e, a meia altura, um globo e a *Glória da Virgem*. A parede existente entre o primeiro e o segundo pilar estava coberta por uma estrutura de madeira, com quadros sobrepostos (Anexo I, Fotos 42 e 50).

⁴⁴ «A capela-mór está disposta em forma semicircular formando com o corpo da igreja um corredor com a mesma forma semi-circular a que se dá o nome de charola.

(...)

Sobre o altar-mór erguem-se as estátuas de S. Bento á esquerda e de S. Bernardo á direita.

Circundando a capela-mór, a certa altura, entre colunas, existem as estátuas de S. Thomaz, Sto Eugénio, S. Bernardo, St.o Estevam, S. Roberto, S. Bento, S. Gregório Magno e S. Malaquias. Mais inferiormente em mênulas que se salientam nas colunas que sustentam o arco cruzeiro está na do sul a estátua do anjo Gabriel e na do norte a da Virgem.

Sobranceiro a estas estátuas e entre os intervalos das janelas que são encimadas por cercaduras douradas mostram-se oito figuras de anjos.

Em frente e também a certa altura da capela mór representa-se a Glória da Virgem.

A principal decoração desta capela é de colunas jónicas (capitel de volutas) e de colunas coríntias (capitel de folhas de acanto) e de várias estátuas.» (Villa Nova, 1926, pp. 8-9)

É todo este *dispositivo decorativo* que as obras previstas no orçamento de 1 de Maio de 1930⁴⁵ visam abolir, com o objectivo de restituir “a este Monumento a sua grandiosa estrutura romanica primitiva, eliminando todos os enxertos de epocas muito posteriores, tais como os que brigam com a unidade architectonica da colunata da abssyde”⁴⁶.

As obras iniciam-se no ano de 1930, prevendo a empreitada de 29 de Agosto⁴⁷ o apeamento de toda a cantaria lavrada e das 16 estátuas que a ornamentavam, bem como a reparação das cantarias primitivas, danificadas pela sobreposição da nova estrutura decorativa.

A 13 de Outubro do mesmo ano, a empreitada então adjudicada prevê o levantamento do lajedo e o assentamento de um novo sobre o pavimento primitivo, assim como a continuação da reparação das cantarias mutiladas⁴⁸.

Em Novembro já tinham sido apeadas as colunas os entablamentos, e procedia-se à reparação dos arcos ogivais da antiga colunata, os quais se encontravam, nalguns casos, bastante danificados⁴⁹.

O procedimento concreto de restauro levanta, no entanto, algumas dúvidas a António Vieira Natividade, nomeadamente no que se refere à forma “como rematam as colunas sobre que assentam os artesoes das abobadas”⁵⁰, pelo que solicita a Baltasar de Castro que se desloque ao Mosteiro, para que a situação seja analisada.

Se em Dezembro de 1930 o optimismo de António Vieira Natividade, quanto ao decurso das obras, era notório, encontrando-se estas bastante adiantadas⁵¹, o optimismo deveu ao pessimismo a partir de Fevereiro de 1931, altura em que começam a verificar-se problemas relativos ao pagamento das empreitadas, encontrando-se referências a esse facto até Agosto do mesmo ano⁵², em cartas escritas por António Vieira Natividade⁵³.

⁴⁵ Arquivo da DGEMN, Processo de Obras do Mosteiro de Alcobaça.

⁴⁶ Memória Descritiva de 1 de Maio de 1930, Arquivo da DGEMN, Processo de Obras do Mosteiro de Alcobaça.

⁴⁷ Arquivo da DGEMN, Processo de Obras do Mosteiro de Alcobaça.

⁴⁸ Empreitada de 13 de Outubro de 1930, Arquivo da DGEMN, Processo de Obras do Mosteiro de Alcobaça.

⁴⁹ Carta de António Vieira Natividade dirigida ao Director dos Monumentos nacionais do Norte, 3 de Novembro de 1930, Arquivo da DGEMN, Processo de Obras do Mosteiro de Alcobaça.

⁵⁰ Idem.

⁵¹ Carta de António Vieira Natividade dirigida ao Director dos Monumentos nacionais do Norte, 11 de Dezembro de 1930, Arquivo da DGEMN, Processo de Obras do Mosteiro de Alcobaça.

⁵² Cartas de António Vieira Natividade dirigidas ao Director dos Monumentos nacionais do Norte, de 21 de Fevereiro de 1931, de 24 de Fevereiro de 1931, e de 31 de Agosto de 1931, Arquivo da DGEMN, Processo de Obras do Mosteiro de Alcobaça.

Apesar disso o restauro continua e, a 28 de Março de 1931, já tinha sido retirada a decoração em talha dourada que assentava sobre o arco triunfal, e iniciara-se a colocação de cantaria no referido arco, na medida em que este tinha sido cortado em determinados locais, para uma mais eficaz colocação da estrutura de madeira⁵⁴, estando este trabalho concluído em Abril⁵⁵, apesar da empreitada referente a esta obra apenas ser adjudicada a 20 de Maio⁵⁶.

Com o restauro estruturalmente concluído em 2 de Novembro de 1931⁵⁷, restou proceder-se à construção, e assentamento, do altar, com as dimensões de 4,50m de comprimento e 1,50m de largura, realizado em pedra de ançã, e composto por banquetas, supedâneo e colunelos⁵⁸, bem como à conclusão dos remates dos colunelos da ábside, cujo restauro havia sido interrompido devido à dificuldade em determinar a sua forma original, dificuldade enunciada anteriormente por António Vieira Natividade⁵⁹.

Embora a documentação não se lhe refira, o restauro efectuado na Capela-Mor incluiu, também, e em conformidade com os princípios que o determinaram, o apeamento do globo, da



FIGURA 1 – Colunelos do 1º e 2º pilar, antes do restauro

Glória da Virgem, da estrutura de madeira, juntamente com os quadros que lhe estavam sobrepostos, existente na parede entre o primeiro e o segundo pilar do Altar-Mor, e das estátuas de São Gabriel e da Virgem (com o

⁵³ Na carta de 24 de Fevereiro de 1931, Manuel Vieira Natividade afirma que a «paralisação das obras irá prestar-se a comentários desagradáveis e a possíveis campanhas da parte dos elementos que, aqui, receberam mal, de princípio, o arranjo da Capela-Mor.», o que demonstra que nem toda a população alcobacense estava de acordo com o tipo de restauro que se estava a realizar na Capela-Mor. Oposição que transvasa a própria vila de Alcobaça, encontrando-se expressa no diário A Voz, de 13 de Agosto de 1930, onde se explana a ideia de que tais obras apenas têm como finalidade privar os habitantes da vila da celebração dos ofícios religiosos.

⁵⁴ Carta de António Vieira Natividade dirigida ao Director dos Monumentos nacionais do Norte, 28 de Março de 1931, Arquivo da DGEMN, Processo de Obras do Mosteiro de Alcobaça.

⁵⁵ Carta de António Vieira Natividade dirigida ao Director dos Monumentos nacionais do Norte, 24 de Abril de 1931, Arquivo da DGEMN, Processo de Obras do Mosteiro de Alcobaça.

⁵⁶ Arquivo da DGEMN, Processo de Obras do Mosteiro de Alcobaça.

⁵⁷ Orçamento, 2 de Novembro de 1931, Arquivo da DGEMN, Processo de Obras do Mosteiro de Alcobaça.

⁵⁸ Empreitada, 28 de Janeiro de 1932, Arquivo da DGEMN, Processo de Obras do Mosteiro de Alcobaça.

⁵⁹ Carta de António Vieira Natividade dirigida ao Director dos Monumentos nacionais do Norte, 3 de Novembro de 1930, Arquivo da DGEMN, Processo de Obras do Mosteiro de Alcobaça.

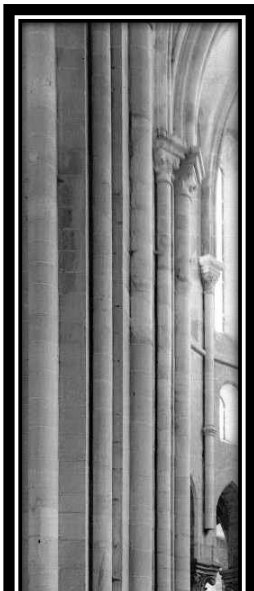


FIGURA 7 –
Colunelos do
segundo pilar,
depois do restauro

consequente restauro dos colunelos, que tinham sido cortados para a colocação das estátuas) (Figuras 1 e 2). Procedeu-se, também, ao prolongamento dos colunelos do segundo pilar, com a colocação, a um nível inferior, da mísula da qual arrancam (Figuras 1 e 2).

4.2.2.2. DEAMBULATÓRIO

Com abóbada de berço quebrado, e dividido por arcos torais, o deambulatório poucas, ou nenhuma, alterações terá sofrido ao longo do tempo, consistindo o seu restauro, apenas, no rebaixamento e reconstrução do pavimento em cantaria, iniciado em 1931⁶⁰, e já terminado em Novembro desse ano⁶¹.

Quando se procedia ao rebaixamento do deambulatório, encontraram-se alguns metros quadrados de ladrilho primitivo, apresentando diferentes formas⁶², ladrilhos esses que foram mantidos no local (Fotos 53 e 56).

4.2.2.2.1. CAPELAS ABSIDIAIS

Não havendo qualquer descrição das capelas absidiais correspondente ao período que antecede, de imediato, as obras da DGEMN, só podemos ter uma ideia do aspecto que estas apresentariam através da análise das fotografias que foram tiradas antes de se iniciar o restauro das mesmas, cotejando-os com os dados referentes ao processo de restauro.

⁶⁰ Orçamento, 10 de Março de 1931, Arquivo da DGEMN, Processo de Obras do Mosteiro de Alcobaça.

⁶¹ Memória, 2 de Novembro de 1931, Arquivo da DGEMN, Processo de Obras do Mosteiro de Alcobaça.

⁶² Carta de António Vieira Natividade dirigida ao Director dos Monumentos Nacionais do Norte, 24 de Abril de 1931, Arquivo da DGEMN, Processo de Obras do Mosteiro de Alcobaça.

As capelas eram sete, todas ligadas entre si por um vão de secção rectangular, e eram dedicadas, segundo Cocheril (Cocheril, 1989), que, neste processo de identificação, segue Frei Manuel de Figueiredo (Figueiredo, 1978), e começando pelo lado do evangelho, a São Sebastião, a Nossa Senhora da Conceição, à Sagrada Família, a Santo Estêvão Harding, a Santa Umbelina, a Cristo Crucificado, a Cristo na agonia, às Santas Sancha e Teresa e a Nossa Senhora da Soledade (Figura 3), tendo outras duas sido suprimidas, uma no século XVI, para dar acesso ao átrio da sacristia mandada construir por D. Manuel, e a outra em finais do século XVI, ou inícios do XVII, para servir de espaço de comunicação com a ala sul do Claustro dos Noviços, onde existia, também, na parte superior esquerda, uma pequena varanda que comunicava com o Mosteiro através de um longo corredor, e de onde ouviam missa os monges que não se podiam deslocar à Igreja (Natividade J. V., 1929, p. 15).

Construídas num nível superior ao do pavimento da abside, deste separadas por uma grade de madeira, e acedendo-se-lhes através de um degrau, os absidiolos eram cobertas por abóbada de berço quebrado com um lanternim no topo (Foto 134), e tinham as paredes cobertas de talha dourada⁶³ e de quadros, talha que cobria, também, o

⁶³ Profusão de talha dourada que é referida por Albrecht Haupt «As sete Capelas em volta do coro apresentam igualmente um precioso trabalho de talha dourada dos séculos XVII e XVIII ornado de imagens (...)» (Haupt, 1986, p. 151) e por Fuschini «Suppono que estas capellas devem ter sido construídas no período ogival; estão, porém, tão cobertas de obra de talha dourada, que não é fácil fazer seguras afirmações sobre este ponto.» (Fuschini, 1904, p. 213)
Não é, também, impossível que as *imagens*, a que se refere Haupt, designem os quadros existentes antes do restauro.

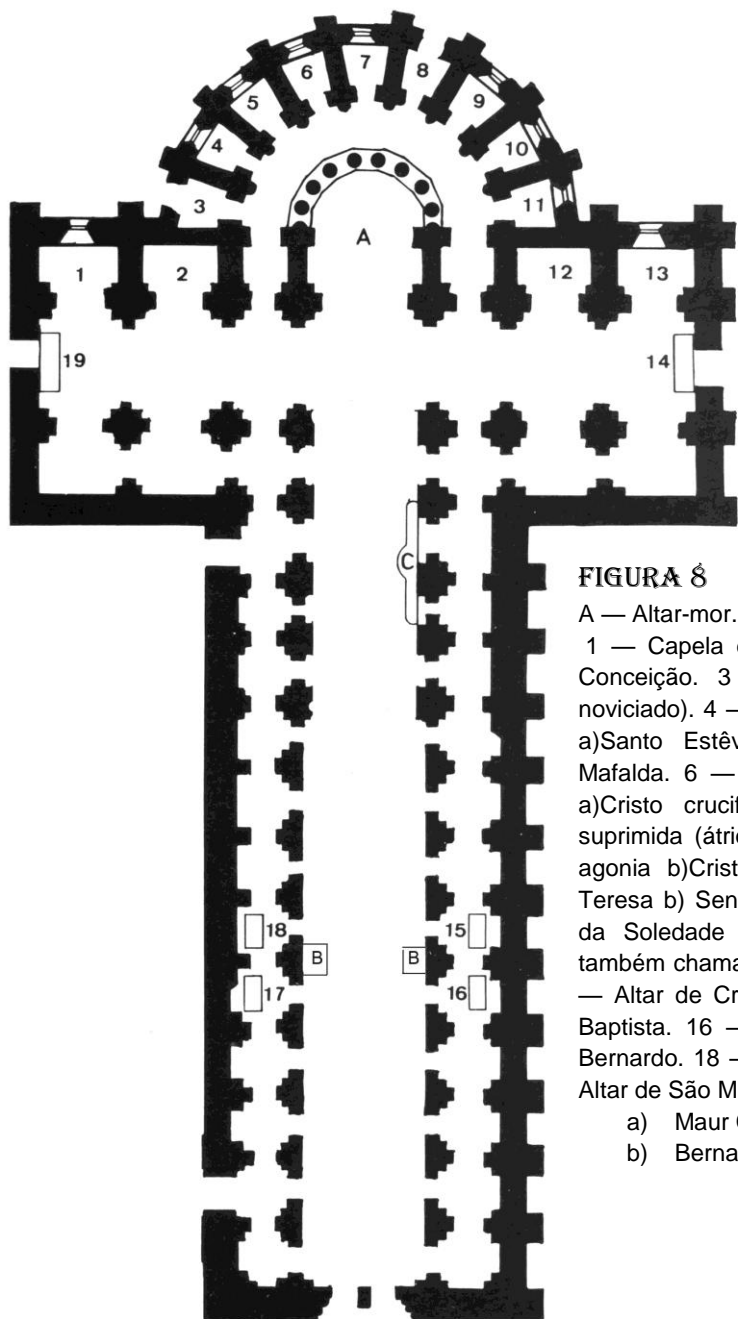


FIGURA 8

A — Altar-mor. B — Púlpitos. C — Órgão.

1 — Capela de São Sebastião. 2 — Nossa Senhora da Conceição. 3 — Capela suprimida (passagem para o noviciado). 4 — a) Sagrada Família b)Sagrada Família. 5 — a)Santo Estêvão Harding b)Santas Teresa, Sancha e Mafalda. 6 — a)Santa Umbelina b)Santa Umbelina. 7 — a)Cristo crucificado b)Cristo na agonia. 8 — Capela suprimida (átrio da sacristia manuelina). 9 — a) Cristo na agonia b)Cristo morto. 10 — a)Santa Sancha e Santa Teresa b) Senhor Preso à coluna. 11 — a)Nossa Senhora da Soledade b)Santo Estêvão. 12 — Cristo Redentor, também chamada «de São Pedro»; 13 — São Bernardo. 14 — Altar de Cristo Ressuscitado. 15 — Altar de São João Baptista. 16 — Altar de São Bento. 17 — Altar de São Bernardo. 18 — Altar de Nossa Senhora do Rosário. 19 — Altar de São Miguel.

- a) Maur Cocheril
- b) Bernardo Villa Nova

espaço existente entre o arco quebrado de entrada, e um arco de volta perfeita que se encontrava por baixo daquele (Figura 51).

Parece, deste modo, ter-se mantido a identidade estrutural das capelas desde a sua descrição por Frei Manuel de Figueiredo⁶⁴ (Figueiredo, 1978), o que, a ser assim, as

⁶⁴ «A charolla faz hum meio circulo à capella mor com 9 barretes formados sobre as nove colunas da mesma capella mor, 9 pilastras com 2 trântos, que dão passagem para o Mosteiro e sacristia e 7 capellas, das quais a mais próxima ao Cruzeiro da parte do evangelho he dedicada á Família Sacra, Jezus, Maria e Joze, S. Joaquim e Santa Anna; a segunda a Santo Estevão, 3.º abade de Cister; a 3.ª a Santa Umbelina Irmã de S. Bernardo (e primeiro foi de S. Braz); a quarta (que primeiro foi da Santíssima Trindade) a Christo senhor Nosso crucificado do qual a sagrada imagem figura muito os angustiozos tormentos da Cruz; ella tem renda separada, que administração os Priors para particular asseyo da Capella, e Culto do Nosso Salvador. Da parte da Epistola a Capella mais vizinha ao Cruzeiro he dedicada a

dataria, e ainda segundo o referido autor, do período do Geral Fr. Manuel da Rocha, eleito prelado em 1732.

Pensamos, no entanto, que não se deve ignorar a diferença de denominação das capelas existente entre a descrição de Frei Manuel de Figueiredo (Figueiredo, 1978) e a de Bernardo Villa Nova (Villa Nova, 1926). Embora este nem sempre demonstre uma precisão absoluta nos dados que enuncia, não é fácil de aceitar que a substituição de N. Sra. da Soledade por Santo Estevão, ou das Santas Teresa e Sancha por Cristo Preso à Coluna⁶⁵, se deva a um lapso de identificação. Se a isto acrescentarmos a afirmação de Manuel Vieira Natividade⁶⁶ (Natividade M. V., 1885), segundo a qual as capelas datariam do século XIX, estando, ainda, uma inacabada quando os monges abandonaram o Mosteiro, torna-se possível que estas tenham sofrido uma remodelação após a descrição elaborada por Frei Manuel de Figueiredo.

Sobre o terraço que, hoje, cobre as capelas absidiais existia, segundo Manuel Vieira Natividade (Natividade M. V., 1885, p. 191), um telhado que foi suprimido na década de oitenta do século XIX, e cujas marcas são, ainda hoje, visíveis na pedra dos arcobotantes (Fotos 137 e 138), o que teve como consequência o aparecimento de graves infiltrações de água na zona da charola, que contribuíram para acelerar a degradação do dispositivo ornamental das capelas.

Embora o primeiro orçamento referente às capelas absidiais, que prevê o apeamento dos altares que tapam as janelas e a reconstrução destas, o apeamento dos lanternins e consequente arranjo das abóbadas, a reparação de colunelos, arquivoltas, silharias e pavimento, date, apenas, de 10 de Março de 1931⁶⁷, as obras iniciaram-se, com o dinheiro que se poupou no arranjo dos telhados da sacristia⁶⁸, pouco depois de 10

N. Senhora da Soledade (foi primeiro de Santo Estevão); a segunda às santas irmãs Thereza, e Sancha filhas do Senhor D. Sancho 1.º de Portugal (primeiro de S. Bartholomeu); a terceira a Christo morto, e o seu altar he privilegiado perpetuamente; ellas todas são de abobeda, que rematta em lanternas, e os altares com as paredes são de mimoza talha com pinturas antigas e excellentes, das quaes não sabemos os auctores sendo moderna a obra e ornato das mesmas capellas, que principiarão a ser reformados no generalato de Fr. Manuel da Rocha eleito prelado em 1732.» (Figueiredo, 1978, p. 59)

⁶⁵ E a estátua de cristo preso à Coluna, que não é referida nem por Cocheril (Cocheril, 1989) nem por Frei Manuel de Figueiredo (Figueiredo, 1978), existe, hoje, nas reservas do Mosteiro de Alcobaça, proveniente das obras de restauro.

⁶⁶ «Estas capellas são todas obra do nosso seculo, e tanto que quando os frades sahiram do mosteiro ainda deixaram uma incompleta que se conserva oculta com um pouco decente tapume de madeira.» (Natividade M. V., 1885)

⁶⁷ Orçamento, 10 de Março de 1931, Arquivo da DGEMN, Processo de Obras do Mosteiro de Alcobaça.

⁶⁸ Carta de António Vieira Natividade dirigida ao Director dos Monumentos nacionais do Norte, 21 de Fevereiro de 1931, Arquivo da DGEMN, Processo de Obras do Mosteiro de Alcobaça.

de Dezembro de 1930⁶⁹, estando já quatro desmanteladas, e três restauradas, a 3 de Março de 1931⁷⁰.

As obras elencadas no orçamento de 10 de Março de 1931 prosseguem até finais de 1932, constando ainda da empreitada adjudicada a 8 de Setembro de 1932⁷¹.

Em carta de 18 de Março de 1931⁷², Manuel Vieira Natividade alerta para o facto de ser imprescindível adquirir o celeiro pertencente ao Asilo de Velinhos Maria e Oliveira, que se encontra encostado ao braço sul do transepto e a parte da charola, na medida em que aquele dá origem a uma abundante infiltração de água, que produz graves prejuízos nessa zona do Mosteiro.

A 28 de Janeiro 1932⁷³, procede-se à construção de oito altares em pedra de Ançã, para os absidíolos, medindo cada um 1,40m de comprimento por 1m de largo, e compostos por banquetas, supedâneo e colunelos.

Para além das modificações referenciadas na documentação textual, a análise das fotografias pré e pós restauro mostra que se procedeu, também, à desmontagem das grades de madeira e dos arcos de volta perfeita que se encontravam sob os arcos ogivais, ao desmantelamento de toda a estrutura de talha dourada, ao apeamento dos quadros e à supressão da passagem para o noviciado, transformada em capela, e das portas de comunicação entre os absidíolos (Fotos 51 e 53).

Em Novembro de 1940, inicia-se a reparação do pavimento em cantaria dos terraços das capelas⁷⁴.

⁶⁹ Carta de António Vieira Natividade dirigida ao Director dos Monumentos nacionais do Norte, 10 de Dezembro de 1930, Arquivo da DGEMN, Processo de Obras do Mosteiro de Alcobaça.

⁷⁰ Carta de António Vieira Natividade dirigida ao Director dos Monumentos nacionais do Norte, 3 de Março de 1931, Arquivo da DGEMN, Processo de Obras do Mosteiro de Alcobaça.

⁷¹ Empreitada de 8 de Setembro de 1932, Arquivo da DGEMN, Processo de Obras do Mosteiro de Alcobaça.

⁷² Carta de António Vieira Natividade dirigida ao Director dos Monumentos nacionais do Norte, 18 de Março de 1931, Arquivo da DGEMN, Processo Administrativo do Mosteiro de Alcobaça.

⁷³ Empreitada de 28 de Janeiro de 1932, Arquivo da DGEMN, Processo de Obras do Mosteiro de Alcobaça.

⁷⁴ Empreitada de 28 de Novembro de 1940, Arquivo da DGEMN, Processo de Obras do Mosteiro de Alcobaça.

4.2.2.3. SACRISTIA

Construída depois do terramoto de 1755, e tendo as obras começado durante o abaciado de Frei Manuel Barbosa, eleito em 1756, e terminado no de Frei Caetano de Sampaio, eleito em 1762, não parece, pelo cotejo das descrições de Frei Manuel de Figueiredo⁷⁵ e de Joaquim Vieira Natividade⁷⁶ (Natividade J. V., 1929), bem como com as fotografias anteriores ao restauro (Foto 98), ter sofrido grandes alterações ao longo do tempo, para além da substituição dos espelhos por altares.

É uma sala rectangular, de abóbada com ornamentos de estuque, e três janelas do lado direito, abrindo-se do lado esquerdo, em frente à primeira, uma porta, construída no abaciado de Frei Nuno Leitão (1765-1768), que comunica com o pátio do Presépio, sendo as paredes escoradas, exteriormente, por quatro contrafortes.

A primeira referência a intervenções na sacristia data do orçamento de 29 de Agosto de 1930⁷⁷, no qual se projecta

o levantamento e reconstrução de telhados, bem como a limpeza de telhas, na sequência de uma carta de António Vieira Natividade, datada de 25 de Agosto, na qual este previne para a necessidade de se proceder, com urgência, a reparações no telhado antes do próximo inverno, devido ao estado de degradação que este atingiu⁷⁸.

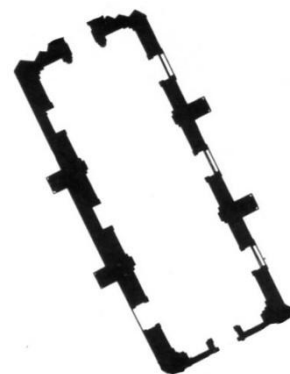


FIGURA 9
Planta da Sacristia

⁷⁵ «He nova a Sachristia, que mandou reedificar o Geral Frei Manuel de Barboza eleito em 1756, e acabou o Geral Fr. Caetano de Sampaio eleito em 1762: tem de comprido 125 palmos, de largura 42, com hum pé direito muito elevado; o seu pavimento de pedras de muitas cores forma vista agradável: três janellas com 28 palmos de altas do pavimento athe as pavieiras, e 10 de largo lhe comunicão abundante luz; duas grandes mezas de pedra muito linda, e 2 grandes espelhos fazem frente e correspondência a duas janellas e a 3^a á porta do anteprezépio, intermediando os caixoens de pao santo guarnecidos com muitas peças de bronze douradas e mimozo risco; os seus muitos cunhaes guarnecidos de muitos enfitados, os seu capiteis, emplumados, os remattes das janellas e portas; os estuques bem trabalhados e cheios de ouro nas empenas e no tecto com o mais que temos dito fazem esta caza magnifica e aceada.»

⁷⁶ «A Sacristia, reedificada logo após o terramoto, nada conserva da primitiva opulência e delicada arquitectura. É uma vasta sala, de abóbada de berço ornada com medíocre obra de estuque. Aparte os dois armários com embutidos de marfim (século XVII) e os arcazes com boa talha e ferragem (século XVIII), mas muito deteriorados já, é bastante pobre o recheio da sacristia, que se resume a dois altares e a alguns maus quadros e painéis.

Sobre um dos arcazes está a notável escultura de Pedra de N. S. da Pena (século XIV?), que pertencia ao antigo Castelo.» (Natividade J. V., 1929, pp. 15-16)

⁷⁷ Arquivo da DGEMN, Processo de Obras do Mosteiro de Alcobaça.

⁷⁸ Carta de António Vieira Natividade dirigida ao Director dos Monumentos nacionais do Norte, 25 de Agosto de 1930, Arquivo da DGEMN, Processo de Obras do Mosteiro de Alcobaça.

Embora constando, ainda, das empreitadas de 10 de Setembro de 1930 e de 2 de Janeiro de 1931⁷⁹, as obras já se encontravam concluídas em 15 Outubro de 1930⁸⁰.

Em 1940, um ofício da Direcção dos Monumentos Nacionais⁸¹ refere a futura realização, ainda no decorrer do ano em apreço, de novas reparações nos telhados, o que é concretizado pela Empreitada de 14 de Novembro de 1941, que prevê a reconstrução em telha românica da cobertura do telhado, bem como a reparação da sua armação⁸².

Face ao avançado estado de degradação em que se encontrava o tecto ornado de estuques da Sacristia, torna-se necessária uma intervenção que impeça a sua ruína efectiva, pelo que, em Março de 1945, se inicia a montagem de andaimes⁸³, embora só em 1947 se comece a proceder à moldagem e fundição, em gesso, das suas esculturas e molduras⁸⁴, realizando-se, entretanto, o apeamento da cobertura, e a demolição do tecto de estuque⁸⁵.

Estando os processos de desmontagem concluídos, começa-se a construção da armação do telhado, com o assentamento de 80 asnas de casquinha⁸⁶, sobre o qual se dispõe um telhado provisório, e de um beirado de talha românica, bem como os trabalhos preparatórios para a colocação da nova abóbada de estuque, com a colocação de 55 cambotas, em 1948⁸⁷.

Procede-se, ainda, à picagem do reboco da fachada do lado direito e à sua reconstrução, para além da reparação dos cinco gigantes⁸⁸, e, pouco depois, à limpeza da cimalha e das grades das janelas⁸⁹.

No mesmo ano, inicia-se a reconstrução do tecto de estuque, segundo o modelo antigo, processo que estará terminado em finais de 1949⁹⁰, tal como o assentamento da cobertura do telhado, encetado já em 1949⁹¹.

⁷⁹ Arquivo da DGEMN, Processo de Obras do Mosteiro de Alcobaça.

⁸⁰ Carta de António Vieira Natividade dirigida ao Director dos Monumentos nacionais do Norte, 15 de Outubro de 1930, Arquivo da DGEMN, Processo de Obras do Mosteiro de Alcobaça.

⁸¹ Ofício nº 1646 de 15 de Agosto de 1940, Arquivo da DGEMN, Processo Administrativo do Mosteiro de Alcobaça.

⁸² Arquivo da DGEMN, Processo de Obras do Mosteiro de Alcobaça.

⁸³ Empreitadas de 31 de Março, 18 de Abril e 4 de Setembro 1945, Arquivo da DGEMN, Processo de Obras do Mosteiro de Alcobaça.

⁸⁴ Empreitadas de 24 de Maio e de 27 de Agosto de 1947, Arquivo da DGEMN, Processo de Obras do Mosteiro de Alcobaça.

⁸⁵ Empreitada de 26 de Junho de 1947, Arquivo da DGEMN, Processo de Obras do Mosteiro de Alcobaça.

⁸⁶ Empreitada de 3 de Dezembro 1947, Arquivo da DGEMN, Processo de Obras do Mosteiro de Alcobaça.

⁸⁷ Empreitada de 4 de Maio de 1948, Arquivo da DGEMN, Processo de Obras do Mosteiro de Alcobaça.

⁸⁸ Empreitada de 2 de Junho de 1948, Arquivo da DGEMN, Processo de Obras do Mosteiro de Alcobaça.

⁸⁹ Empreitada de 21 de Julho de 1948, Arquivo da DGEMN, Processo de Obras do Mosteiro de Alcobaça.

⁹⁰ Empreitadas de 21 de Julho, 6 de Outubro e 10 de Novembro de 1948, e de 13 de Abril, 27 de Julho, 16 de Agosto e 6 de Outubro de 1949, Arquivo da DGEMN, Processo de Obras do Mosteiro de Alcobaça.

Após a realização dos ornatos de estuque a colocar no tecto⁹², efectua-se, na empreitada de 16 de Maio de 1951⁹³, o assentamento deste, com argamassa hidráulica, bem como a reparação de cornijas e molduras.

Ainda no mesmo ano pinta-se, a ouro de imitação, as molduras e florões do tecto⁹⁴, rebocam-se e caiam-se as paredes, e reparam-se as grades de ferro e os caixilhos das janelas, substituindo-se os vidros que se encontravam partidos⁹⁵.

O orçamento de 8 de Abril de 1952⁹⁶, concretizado pela empreitada de 28 de Junho de 1952⁹⁷, inclui o levantamento e reposição do pavimento de lajedo, o assentamento de caixilhos, ferragens e vidros, e peitoris de casquinha, a reparação de portadas de janela, de ornamentos detalha das janelas, de dois arcazes e de dois armários com embutidos a pintura de grades de ferro, de portas e caixilhos, a reparação e douramento de duas molduras, encontrando-se estas obras terminadas a 20 de Julho de 1953.

As obras prosseguem com a reparação de dois arcazes em pau-santo⁹⁸, o restauro de telas⁹⁹, e o assentamento de caixilhos de madeira¹⁰⁰.

4.2.2.3.1. RELICÁRIO

Mandado construir¹⁰¹ pelo Abade Geral Frei Constantino de Sampaio, eleito em 1669, constata-se, no entanto, através da comparação das descrições realizadas por Frei Manoel dos Santos¹⁰² e Frei Manuel de Figueiredo¹⁰³, que se verificaram mudanças de carácter estrutural na abóbada que o cobre, no período que medeia entre uma e outra.

⁹¹ Empreitadas de 13 de Abril, 27 de Julho, 16 de Agosto e 6 de Outubro de 1949, Arquivo da DGEMN, Processo de Obras do Mosteiro de Alcobaça.

⁹² Empreitadas de 13 de Abril, 2 de Junho, 11 de Julho, 29 de Agosto de 1950, e 23 de Maio de 1951, Arquivo da DGEMN, Processo de Obras do Mosteiro de Alcobaça.

⁹³ Arquivo da DGEMN, Processo de Obras do Mosteiro de Alcobaça.

⁹⁴ Empreitada de 30 de Maio de 1951, Arquivo da DGEMN, Processo de Obras do Mosteiro de Alcobaça.

⁹⁵ Empreitada de 16 de Junho de 1951, Arquivo da DGEMN, Processo de Obras do Mosteiro de Alcobaça.

⁹⁶ Arquivo da DGEMN, Processo de Obras do Mosteiro de Alcobaça.

⁹⁷ Arquivo da DGEMN, Processo de Obras do Mosteiro de Alcobaça.

⁹⁸ Orçamento de 10 de Março de 1954, Arquivo da DGEMN, Processo de Obras do Mosteiro de Alcobaça.

⁹⁹ Empreitada 21 de Outubro de 1954, Arquivo da DGEMN, Processo de Obras do Mosteiro de Alcobaça.

¹⁰⁰ Orçamento de 21 de Novembro de 1955, Arquivo da DGEMN, Processo de Obras do Mosteiro de Alcobaça.

¹⁰¹ Em 1670, segundo Frei Manoel dos Santos. (Santos, 1979, p. 36)

¹⁰² « He huma capella oitavada: tem de largo () palmos em oitavo, o pavimento he cuberto de pedra branca com cintas de pedra negra. Delle se levanta hum pedestal também oitavado de pedra vermelha alto seis palmos; o qual ocupa a superficie toda da capella; e em sima deste pedestal se levanta huma

É provável que o terramoto que destruiu a Sacristia Manuelina também não tenha deixado incólume o Relicário.

Em 1930¹⁰⁴ realizam-se obras no telhado que, embora ainda sejam referidas na empreitada de 2 de Janeiro de 1931¹⁰⁵, já se encontravam concluídas nos finais da década de trinta¹⁰⁶, obras essa que se repetem em 1940¹⁰⁷.

As reparações prosseguem em 1952¹⁰⁸ com o assentamento, na abóbada, de florões em pedra de ançã, e a reparação do arco de cantaria e da talha dourada, sendo as imagens objecto de um restauro que se encontrava concluído a 20 de Julho de 1953¹⁰⁹.

No ano seguinte, desmonta-se o altar, levanta-se o pavimento e coloca-se um novo, 13 cm acima do nível do anterior, substitui-se o altar-mor e desmontam-se as imagens do Relicário, processo este terminado a 21 de Outubro de 1954¹¹⁰.

fabrica de talha dourada repartida em oitavo sobremaneira grave, e engraçada. He dividida por quatorze colunas; e entre coluna, e coluna ate o alto da cimalha vam nichos; e dentro nelles meios corpos de santos, corpos inteiros, braços, tarjas, tudo com relíquias dos mesmos santos, de quem sam os corpos; e as reliquias dentro das vidraças de cristal. Os Santos e os braços sam estofados de ouro; as colunas e a mais obra ate a cimalha he tudo dourado. Por sima da cimalha fas hum zimbório de pedra apainelado; e nelle seis frestas quadradas com vidraças; e no alto do zimbório huma claraboya com outras seis frestas, e seis vidraças, em forma que sendo a casa mui clara, a lux toda lhe vem de sima. Entram para esta capella por hum arco aberto na parede da sancristia; porque a capella está arrimada à mesma sancristia e nam tem outra porta nem janela. O arco he de pedra branca lavrado de talha; tem de altura 25 palmos e de largo des. Defronte deste arco está hurn altar onze palmos de comprido; o seu frontal he de pedra embutida de varias cores, e a sanefa de pedra azul; tem no frontal também de pedra embutida as armas da Ordem.» (Santos, 1979, pp. 36-37)

¹⁰³ «Na frente da porta da sacristia hum arco columnado forma o pórtico do Sanctuario oitavado em 30 palmos com o pavimento de pedras branca, e negra, pedestal de pedra vermelha e branca, e tudo o mais de talha dourada athe a simalha: a meia laranja da abóbada de pedra de flores todas douradas, e o assento e lanterna que lhe comunica a luz. O frontal he de imbutidos de cores unidas com boa escolha e a banquetta guarnecem castiças e sacra e cruz de prata. As muitas Relíquias estão collocadas com boa ordem, e as perfeitas imagens dos Santos, que ocupão muitos nichos, com relíquias engastadas no peito fazem a melhor vista, infundem maior veneração e culto a tantos heroes da Santidade.» (Figueiredo, 1978, p. 97)

¹⁰⁴ Orçamento de 29 de Agosto de 1930, Arquivo da DGEMN, Processo de Obras do Mosteiro de Alcobaça.

¹⁰⁵ Arquivo da DGEMN, Processo de Obras do Mosteiro de Alcobaça.

¹⁰⁶ Carta de Manuel Vieira Natividade, de 15 de Outubro de 1930, Arquivo da DGEMN, Processo de Obras do Mosteiro de Alcobaça.

¹⁰⁷ Ofício nº 1646 da Direcção dos Monumentos Nacionais, de 15 de agosto de 1940, Arquivo da DGEMN, Processo de Obras do Mosteiro de Alcobaça.

¹⁰⁸ Orçamento de 8 de Abril de 1952, Arquivo da DGEMN, Processo de Obras do Mosteiro de Alcobaça.

¹⁰⁹ Arquivo da DGEMN, Processo de Obras do Mosteiro de Alcobaça.

¹¹⁰ Arquivo da DGEMN, Processo de Obras do Mosteiro de Alcobaça.

Orçamento de 10 de março de 1954

4.2.2.3. 2. PRESEPIO

A desmontagem do presépio, que entaipava as janelas da abside, inscrita no Orçamento de 29 de Agosto de 1930¹¹¹, apesar de a empreitada com vista à execução dessa obra datar de 2 de Janeiro de 1931¹¹², já estava concluída pouco depois de 11 de Dezembro desse ano¹¹³, apesar de ter sido um «trabalho mais difícil do que inicialmente parecia»¹¹⁴.

Deste, ao qual se acedia por uma porta à esquerda da sacristia, em frente à primeira janela, aberta durante o abaciado de Frei Nuno Leitão (1765-1768), resta-nos, para além da imagem, em pedra branca, do Profeta Isaías, a bela descrição que dele fez Frei Manoel dos Santos: « He obra moderna; tem de comprido 32 palmos e meio; e de largo 23. Da porta para dentro sete palmos tem hum arco de pedra alto vinte palmos e meio, e largo doze; e deste arco para dentro está o Santo Presépio. Vesse fingido hum grande monte, e no alto delle a cidade de Bethlem; e em baixo na raix do monte o Presépio, e dentro delle a mangedoura dos dous animais com o minino soberano reclinado nella; e aos pés do minino a puríssima Virgem sua May de joelhos; à cabeceira o Santo Joseph; e mais adentro do diversorio hum coro de Anjos com diversos instrumentos músicos. Da cidade pelo monte abaixo ate o Santo Presépio vem decendo gente do campo, todos com suas ofertas de queijos, ovos, perdizes, leitoens, carneiros, coelhos, lebres, bilhas de manteiga, e mel; e outras cousas deste género; outros vem de folia com suas gaitas ao modo pastoril. Os três pastores, a quem o Anjo apareceu estão a hum lado do monte como arrebatados da musica da milicia celeste, que está pintada no tecto. Sam tudo figuras de vulto de mediana estatura; nas quais o que mais se louva he a grande propriedade com que imitam o natural. A capella toda he também pintada.» (Santos, 1979, p. 38)

¹¹¹ Arquivo da DGEMN, Processo de Obras do Mosteiro de Alcobaça.

¹¹² Arquivo da DGEMN, Processo de Obras do Mosteiro de Alcobaça.

¹¹³ Carta de António Vieira Natividade dirigida ao Director dos Monumentos nacionais do Norte, 11 de Dezembro de 1930, Arquivo da DGEMN, Processo de Obras do Mosteiro de Alcobaça.

¹¹⁴ Carta de António Vieira Natividade dirigida ao Director dos Monumentos nacionais do Norte, 3 de Novembro de 1930, Arquivo da DGEMN, Processo de Obras do Mosteiro de Alcobaça.

4.2.2.3. TRANSEPTO

O transepto ostentava seis altares¹¹⁵, três em cada um dos braços. No braço do lado do evangelho, o altar de São Miguel a norte, que tapava uma porta que dava para a antiga Sacristia Medieval, e os de São Sebastião e Nossa Senhora da Conceição a Nascente, e no braço da epístola, o altar de Cristo Ressuscitado a sul, que tapava a antiga porta de ligação ao Cemitério, e os de São Bernardo (Foto 52) e de São Pedro a Nascente (Foto 51). Trata-se, portanto, dos mesmos altares descritos, no século XVIII, por Frei Manuel de Figueiredo¹¹⁶.

No alçado norte existiam duas portas (Korrodi, 1929), uma junto à Capela de São Sebastião, que abria para a Casa do Tesouro¹¹⁷, situada na Antiga Sacristia Medieval, e que, em 1929, estava transformada em arrecadação (Natividade J. V., 1929, p. 14), e outra, perto do canto poente, que dava acesso às escadas que comunicavam

¹¹⁵ No cruzeiro (nave esquerda, visitante voltado para o altar-mór) estão os altares de S. Miguel, de S. Sebastião e da Senhora de Lourdes.

(...)

Na nave direita do cruzeiro observa-se o altar de Christo Ressuscitado e dois enormes nichos com muitas figuras de barro que representam a Morte de S. Bernardo e o acto da entrega das chaves feita por Christo a S. Pedro na presença dos restantes apóstolos.

Ao lado esquerdo da Morte de S. Bernardo, metido na parede fica o túmulo de D. Afonso II, e ao lado direito o de D. Affonso III.» (Villa Nova, 1926, pp. 10-11)

¹¹⁶ «A primeira Capella do Cruzeiro, e lado do Evangelho he de N. Senhora da Conceição, e todo o interior do edificio e tribuna de talha dourada, que mandou fazer Fr. Sebastião de Sottomaior na primeira vez que foi prelado eleito, em 1675.

(...)

«Segue-se a capella de S. Sebastião asetteado, que antes foi capella de S. Thiago, e a dedicou aquelle Martyr o mesmo Geral Fr. Sebastião de Sottomaior. (...)

«Quando o Senhor D. Affonso Henriques instituhio a Ordem de S. Miguel da Ala, já existia em Alcobaça o altar deste Santo, ainda que a igreja estava incompleta. O que existe, e occupa a largura do mais largo braço do cruzeiro, 98 palmos de alto, e 24 de largura, mandou levantar o geral Fr. Guilherme da Paixão, e o Anjo que he de corpulenta figura tem na mão a espada que o sr. D. Pedro 1.º herdou de seu pai o sr. D. Affonso 4.º e este venceu os Mouros na memorável batalha do Salado.

(...)

«No Cruzeiro da parte de Epistola a primeira capella e altar privilegiado para todos Monges que nelle celebrarem he dedicada ao nosso Redemptor, que acompanhado de todos os discipulos está entregando ao príncipe dos Apóstolos as chaves da morada celestial; ella foi primeiro do chefe dos Monges do Ocidente, o grande patriarcha S. Bento, e as regias dispozições do Senhor D. Pedro 1º a fizerão dedicar ao mesmo Apostolo. Segue-se a Capella do transito do primeiro abbade de Claraval e mellifluro Doutor S. Bernardo, que antes foi da invocação de S. Vicente, e a dedicou ao santo patriarcha o Geral, em que já falamos, Fr. Sebastião de Sottomaior.

«Faz frente ao altar de S. Miguel o de Jezus Christo Ressuscitado, e triumphante da morte. (...) ella com todas as mais partes forão feitas em 1594 sendo geral Fr. Gerardo das Chagas.» (Figueiredo, 1978, pp. 92-94)

¹¹⁷ «(...) entrada para a primitiva sachristia, hoje conhecida pela *casa do thesouro*, acessivel agora por uma porta dependente da capella de S. Sebastião.» (Korrodi, 1929, p. 32)

com o primeiro piso do dormitório que, no tempo da sua construção, era aposento dos Abades¹¹⁸, enquanto no alçado nascente do braço sul se abriam três portas¹¹⁹. Uma dava

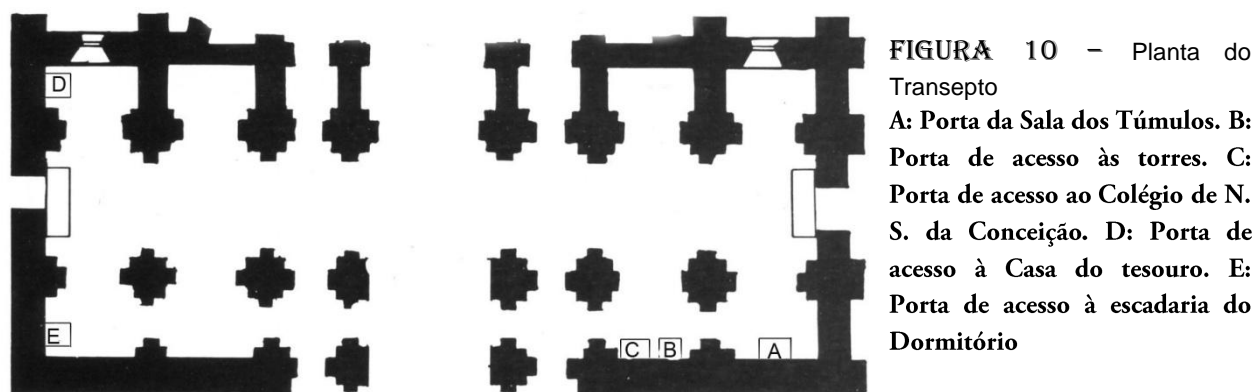


FIGURA 10 - Planta do Transepto
A: Porta da Sala dos Túmulos. **B:** Porta de acesso às torres. **C:** Porta de acesso ao Colégio de N. S. da Conceição. **D:** Porta de acesso à Casa do tesouro. **E:** Porta de acesso à escadaria do Dormitório

acesso à Sala dos Túmulos, outra às torres, e a terceira ao Colégio de Nossa Senhora da Conceição (Figura 4).

Eram, ainda, visíveis na parede norte, as marcas da porta que ligava directamente a igreja ao dormitório.

A primeira referência a obras no transepto data do orçamento de 10 de Março de 1931¹²⁰, no qual se prevê a reabertura de janelas primitivas, com a reparação das suas cantarias, embora nos seja impossível determinar de que janelas se trata.

No orçamento de 2 de Novembro de 1931¹²¹ projecta-se o apeamento do altar de Cristo ressuscitado, com o conseqüente desentaipamento e restauro do pórtico que dá para o cemitério, bem como a reconstituição de pilares e mísulas, o assentamento de caixilhos nas janelas, a substituição de vidros partidos, e a reparação geral do telhado, incluindo a substituição de vidros partidos, e de algerozes e rufos.

Apesar da demolição do altar de Cristo ressuscitado figurar, apenas, na empreitada adjudicada a 7 de Dezembro de 1931¹²², a 19 de Novembro já António Vieira Natividade informava Baltazar de Castro que esse trabalho se encontrava em fase

¹¹⁸ «Retirada a sachristía do seu destino primitivo, depois da construcção de uma nova e mais sumptuósa pelo Rei D. Manoel, foi a primeira reduzida consideravelmente nas suas dimensões, em virtude da collocação de uma escada monumental pondo em communicacão directa o templo com os aposentos dos Abades, installados desde o início do regime commendatário em parte do antigo dormitório commum.» (Korrodi, 1929, pp. 32-33)

¹¹⁹ «Sôbre esta nave fica a porta que dá ingresso ás tôrres e a porta que dá entrada para o Panteon ou Sala dos Túmulos. Entre estas duas ainda se vê a porta que dava para o antigo colégio.» (Villa Nova, 1926, p. 11)

¹²⁰ Arquivo da DGEMN, Processo Administrativo do Mosteiro de Alcobaça.

¹²¹ Arquivo da DGEMN, Processo de Obras do Mosteiro de Alcobaça.

¹²² Empreitada, 7 de Dezembro de 1931, Arquivo da DGEMN, Processo de Obras do Mosteiro de Alcobaça.

de execução¹²³. E, em carta datada de 25 de Janeiro de 1932¹²⁴, refere que o levantamento do pavimento do transepto está praticamente concluído, estando para breve o início do assentamento do novo lajedo, prevendo-se o começo da desmontagem da capela de São Pedro na semana seguinte, isto apesar de só nesta data Baltazar de Castro pedir autorização para o seu desmonte (por estar em desarmonia com resto da obra) a Henrique Gomes da Silva¹²⁵, do qual obtém parecer favorável a 26 de Janeiro¹²⁶.

O Orçamento de 6 de Fevereiro de 1933¹²⁷ refere o apeamento de altares de mármore, e o restauro de paramentos de paredes mutiladas pela colocação dos altares, a reparação de caixilhos exteriores e de vidros, e o rebaixamento e reconstrução do pavimento, este ultimo também incluído na empreitada de Junho de 1933, bem como o assentamento de caixilhos exteriores¹²⁸.

Em 1940, procede-se à consolidação da empena da nave norte, no local onde se localizava o dormitório dos noviços¹²⁹.

4.2.2.3.1. CAPELA DE SÃO BERNARDO

O grupo escultórico do Altar da Morte de São Bernardo, já descrito por Frei Manoel dos Santos¹³⁰, e situado numa capela do transepto, do lado da epístola, foi mandado executar pelo Abade Geral Frei Sebastião de Sottomayor, no triénio compreendido entre 1687 e 1690, e estaria já concluído, e colocado no espaço que, ainda hoje, ocupa, em 1705, durante o abaciado de Frei Pedro de Alencastre, quando se procede à colocação de grades a envolver a capela, tendo-se mais tarde, entre 1717 e 1720, procedido à colocação de lâmpadas no local.

¹²³ Carta de António Vieira Natividade dirigida ao Director dos Monumentos nacionais do Norte, 19 de Novembro de 1931, Arquivo da DGEMN, Processo de Obras do Mosteiro de Alcobaça.

¹²⁴ Arquivo da DGEMN, Processo Administrativo do Mosteiro de Alcobaça.

¹²⁵ Ofício 1730 de 25 de Janeiro de 1932, Arquivo da DGEMN, Processo Administrativo do Mosteiro de Alcobaça.

¹²⁶ Ordem de serviço nº 332 de 26 de Janeiro de 1932, Arquivo da DGEMN, Processo Administrativo do Mosteiro de Alcobaça.

¹²⁷ Arquivo da DGEMN, Processo de Obras do Mosteiro de Alcobaça.

¹²⁸ Empreitada, 12 de Junho de 1933, Arquivo da DGEMN, Processo de Obras do Mosteiro de Alcobaça.

¹²⁹ Empreitada de 28 de Novembro de 1940, Arquivo da DGEMN, Processo de Obras do Mosteiro de Alcobaça.

¹³⁰ «O outro altar era de S. Vicente; hoje he do transito do nosso Melifluo P.e S. Bernardo. Vesse o glorioso santo deitado e agonizando entre os seus filhos os monges de Claraval, e elles chorando com sentidissimas aççoens a falta de tam bom Pay; à cabeceira da cama está hum coro de Anjos cantando o triunfo do santo enfermo; e no alto huma imagem da May de Deos, que vem entre huma gloria de Serafins buscar a alma do seu capellam mimoso. Sam tudo figuras de vulto da estatura natural estofadas de ouro; a capella he também pintada de brutesco de ouro.» (Santos, 1979, p. 29)

Embora a autoria do conjunto seja atribuída, por Diogo de Macedo (Macedo, 1945), a Frei Pedro de Alcobaça, Maria Marques Calado e Pedro Canavarro (AA.VV., S.D.) consideram não haver dados que suportem tal atribuição.

O principal problema que afectava a integridade do altar, prejudicando gravemente a sua conservação, era constituído pela existência de elevados níveis de humidade no local, quer pelo facto de o alçado sul do transepto se encontrar aterrado, pelo exterior, em cerca de três a quatro metros, o que dava origem, nas palavras de António Vieira Natividade, «(...) a que as águas das chuvas se infiltrem nas paredes, acontecendo até – como ontem e hoje, por exemplo – a altura da água atingir 3 centímetros em alguns sítios sobre o lajedo do piso¹³¹»¹³², quer por ter sido retirado, em data impossível de determinar, o telhado que cobria o terraço da capela. Situação que se agravava pela existência de um celeiro que se encostava à abside e à parede nascente do transepto, na medida em que não só o seu telhado descarregava as águas sobre o referido terraço, como a sua parede, adossada à da Capela, tornava extremamente difícil o escoamento das mesmas, o que levava António Vieira Natividade¹³³ a reputar fundamental a aquisição do citado celeiro, com vista à sua posterior demolição.

Problemas de conservação que terão motivado o Despacho do Ministro da Educação Nacional, a homologar o parecer da 6ª secção da Junta Nacional de Educação, segundo a qual o grupo de barro representando a morte de São Bernardo deveria ser deslocado para o Museu Nacional de Arte Antiga¹³⁴, informando o referido Museu¹³⁵ pretender que a transferência se realizasse com toda a celeridade, para que a obra pudesse vir a figurar na exposição de barristas dos séculos XVII e XVIII que aí se iria realizar, o que vem a ser autorizado por Despacho ministerial de 21 de Dezembro de 1938¹³⁶.

¹³¹ Causa de degradação que era agravada pelo facto do enchimento do soco, sobre o qual assenta o grupo escultórico, ser composto por terras e entulho, materiais muito porosos e que, por isso transportavam facilmente a humidade do solo até às esculturas.

¹³² Carta de António Vieira Natividade ao Director dos Monumentos Nacionais do Norte, de 18 de Março de 1931, Arquivo da DGEMN, Processo Administrativo do Mosteiro de Alcobaça.

¹³³ Carta de António Vieira Natividade ao Director dos Monumentos Nacionais do Norte, de 18 de Março de 1931, Arquivo da DGEMN, Processo Administrativo do Mosteiro de Alcobaça.

¹³⁴ Ordem de serviço 08887 da DGEMN, de 5 de Dezembro de 1938, Arquivo da DGEMN, Processo Administrativo do Mosteiro de Alcobaça.

¹³⁵ Ordem de serviço 09501 da DGEMN, de 21 de Dezembro de 1938, Arquivo da DGEMN, Processo Administrativo do Mosteiro de Alcobaça.

¹³⁶ Ordem de serviço 09922 da DGEMN, de 31 de Dezembro de 1938, Arquivo da DGEMN, Processo Administrativo do Mosteiro de Alcobaça.

A projectada mudança de local, no entanto, não se concretiza e, por Despacho Complementar do Ministro da Educação Nacional, esclarece-se que «(...) a homologação é para o caso de não haver condições de exposição no próprio Mosteiro de Alcobaça, como documentação dos notáveis barristas que ali fizeram escola.»¹³⁷, respondendo o Director dos Monumentos Nacionais que o grupo pode permanecer na capela em que se encontra, «devendo contudo ser beneficiado logo após as obras de rebaixamento do terreno exterior a expropriar.»¹³⁸

No parecer da 6ª secção da Junta Nacional de Educação¹³⁹, homologado por despacho do Ministro da Educação Nacional, de 17 de Outubro de 1939, o seu relator, Diogo de Macedo, após enaltecer a qualidade ímpar da obra¹⁴⁰, procede a uma descrição do estado de degradação em que esta se encontrava, considerando que «ha muitos e muitos anos que corre o risco de aniquilamento total, esboroando-se e desfazendo-se dia a dia, primeiro na deliciosa policromia do seu conjunto de quadro bem combinado, obra de pintores de apurado gosto e saber no aparelhar das tintas sobre o barro poroso, e depois nas próprias formas das imagens e modelações dos pormenores, ao ponto de se quebrarem em pedaços, lascando como xistos e desagregando-se irremediavelmente, apesar de camadas de cal e alviades que sustentaram certas superfícies menos em evidencia das figuras que compõem tão celebre expressiva e decorativa escultura. Encontra-se hoje deveras mutilado e em parte de difícilíssimo restauro, devido ao desleixo dos anos, sem nunca alguém o haver defendido de outros desrespeitos, nem sequer procurar salva-lo estudando a forma de evitar a sua ruína e perda total.»¹⁴¹, e referindo, depois, que logo após o início das obras de restauro no Mosteiro de Alcobaça, a Direcção dos Monumentos Nacionais procedeu, de parceria com o extinto Conselho Superior de Belas Artes, à análise das condições actuais da obra, com vista a determinar as acções necessárias a empreender para a conservação da mesma.

Prossegue Diogo de Macedo dizendo que, nessa altura, se aventou a hipótese da deslocação do grupo escultórico para o Museu Nacional de Arte Antiga, mas que a

¹³⁷ Ordem de serviço 03196 da DGEMN, de 19 de Maio de 1939, Arquivo da DGEMN, Processo Administrativo do Mosteiro de Alcobaça.

¹³⁸ Ordem de serviço 1864 da DMN, de 22 de Julho de 1939, Arquivo da DGEMN, Processo Administrativo do Mosteiro de Alcobaça.

¹³⁹ Parecer da 6ª secção da Junta Nacional de Educação, de 15 de Setembro de 1939, Arquivo da DGEMN, Processo Administrativo do Mosteiro de Alcobaça.

¹⁴⁰ «O maravilhoso grupo escultórico representante “A Morte de S» Bernardo” que se encontra numa Capela do Mosteiro de Alcobaça, obra dos barristas anónimos que trabalharam nas oficinas do próprio Mosteiro e que é peça de arte excepcional na escultura portuguesa do Século XVII.» Ibidem.

¹⁴¹ Ibidem.

análise *in situ* desaconselhou esse procedimento, tomando-se, então, a decisão de o manter no seu local de origem, embora considere ser necessário proceder, com a máxima celeridade, a trabalhos de desaterro no exterior da parede sul do transepto, a uma limpeza prudente de beneficiamento, e à reposição de «certos fragmentos desviados e ali ainda guardados, das figuras do primeiro plano, que são os anjos músicos e o grupo de monges que choram a morte do Santo.»¹⁴²

Decidida, definitivamente, a manutenção do grupo escultórico da Morte de São Bernardo no seu local de originário, continuam os esforços para se conseguir a expropriação do Celeiro e do edifício do antigo Colégio de Nossa Senhora da Conceição, necessária para que se conseguisse criar as condições necessárias à conservação da Obra, o que apenas se verifica em 1952.

Após as obras de demolição, iniciam-se, em 1956¹⁴³, os trabalhos no exterior da Capela de São Bernardo, que consistiram em revestir o terraço de cantaria, assente em argamassa impermeabilizante, em picar e limpar a parede, e em reparar os gigantes, que voltam a sofrer reparações em 1958¹⁴⁴.

4.2.2.3.2. SALA DOS TÚMULOS

Com três naves de dois tramos cada uma, cobertos por abóbada de cruzaria de ogivas, que repousam sobre duas colunas compostas por um feixe de colunelos, a Sala dos Túmulos começou a ser construída por volta de 1770, estando concluída em 1781.

Realizada por Guilherme Elsdén, a sua construção teve como função criar um espaço digno para albergar os túmulos régios dispostos no braço direito do transepto, junto à capela de São Vicente, para onde foram trasladados no século XVI, por ordem do Abade Comendatário D. Jorge de Melo, devido ao facto de a Galilé¹⁴⁵, onde anteriormente estavam colocados, se encontrar em avançado estado de degradação.

¹⁴² Ibidem.

¹⁴³ Orçamento de 20 Abril de 1956, Arquivo da DGEMN, Processo de Obras do Mosteiro de Alcobaça.

¹⁴⁴ Orçamento de 11 Abril de 1958, Processo de Obras do Mosteiro de Alcobaça.

¹⁴⁵ Galilé que se situava ou à entrada da Igreja (Silva J. C., 2003), ou à esquerda da mesma, no local da actual sala dos reis (Anacleto, 2000).

O cotejo entre a descrição de Frei Manuel de Figueiredo¹⁴⁶ (Figueiredo, 1978) e a de Korrodi¹⁴⁷ (Korrodi, 1929), bem como com as fotografias pré e pós restauro (Fotos 85, 86, 87 e 88), para além de evidenciar a existência de uma porta gradeada posterior ao relato setecentista, mostra-se algo problemático, na medida em que denota algumas divergências enigmáticas entre a primeira e as restantes.

Se a referência a sete nichos por parte de Frei Manuel de Figueiredo ainda pode ser explicada pela identificação das janelas com nichos, já a referência aos «9 barretes abobadados»¹⁴⁸ (Figueiredo, 1978, p. 100) nos parece de mais difícil resolução, a não ser através da assunção de um engano por parte do cronista. Assunção que nos parece muito provável, já que não é crível que, em tão pouco espaço de tempo (1781-1833), os monges tivessem operado uma tão radical transformação deste espaço.

Se não encontramos maneira de confirmar a asserção de José Custódio Vieira da Silva, segunda a qual a disposição das arcas tumulares é a mesma desde a sua transladação no século XVIII, cremos ser seguro afirmar que as obras de restauro a não alteraram.

Assim, nos dois arcosólios abertos na parede lateral esquerda encontram-se os túmulos de D. Urraca, mulher de D. Afonso II, e do infante D. Fernando, filho de D. Afonso III, e nos da direita os dos infantes D. Vicente e Dona Sancha, filhos, também,

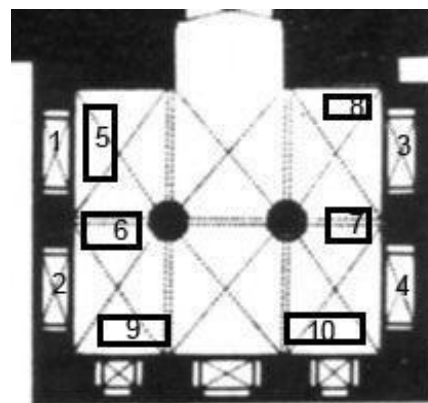


FIGURA 11 – Planta da sala dos Túmulos

1: D. Sancha. 2: D. Vicente. 3: D. Urraca. 4: D. Fernando. 5: D. Beatriz. 6, 7 e 8: Infantes. 9: D. Pedro. 10: D. Inês

¹⁴⁶ «(...)e na linha do mesmo arco outro igual dá entrada para hum novo edificio de 44 palmos e meio de comprido, 38 e meio de largo, 4 columnas floreadas nos capiteis com perfeição que faz espécie. 9 barretes abobadados e 7 nichos destinados para os túmulos dos reaes corpos, que estão no braço do mesmo Cruzeiro,(...)» (Figueiredo, 1978, pp. 99-100)

¹⁴⁷ «Frente á ultima capella do transépto (a da morte de S. Bernardo) ergue-se um largo portal gradeado que dá Ingresso para uma sala quadrangular de architectura aparentemente coeva da do monumento, de proporções exíguas, escassamente illuminada e húmida, devido á sua localização, muito imprópria para servir de depósito de relíquias d'arte de universal renome. (...)

No mesmo recinto encontram-se ainda dispostos em arcas do século XVI, collocadas em nichos, respectivamente: á direita os restos da Infanta D. Sancha e do Infante Vicente, á esquerda os do Infante D. Fernando, todos filhos de D. Affonso III, e ainda no 1.º nicho à esquerda o túmulo da Rainha D. Urraca, esposa de D. Affonso II. Junto da parede, posto sobre dois plintos, fica um sarcóphago de apparencia muito archaica, com inscripção em latim dizendo ser de D. Beatriz, esposa de D. Affonso III.» (Korrodi, 1929, pp. 35-37)

¹⁴⁸ As abóbadas de cruzaria de ogivas, seguramente.

de D. Afonso III. No pavimento, e dispostas sobre colunelos, encontram-se, à direita, os de D. Beatriz e de um infante e, à esquerda, o de dois infantes.

Os túmulos de D. Pedro e de D. Inês de Castro encontravam-se, com o facial dos pés virados um para o outro, junto das janelas.

Através do ofício nº 774¹⁴⁹, a Direcção Geral da Fazenda Pública comunica à DGEMN que os vidros da sala dos Túmulos se encontram partidos, o que provoca a entrada de água na Sala, estando estes já colocados a 31 de Março do mesmo ano¹⁵⁰.

Após as obras de demolição efectuadas no exterior da fachada sul da Igreja, procede-se¹⁵¹ ao reboco das paredes exteriores, e à colocação, no terraço da Sala, de um pavimento de tijoleira assente com argamassa de cimento hidrofugado, e de caixilhos de chumbo nos vitrais.

4.2.2.3.3. TÚMULOS DE D. PEDRO E D. INÊS

Em data que não podemos precisar, mas certamente nos inícios de 1940, a Câmara Municipal de Alcobaça solicitou, ao Ministro da Educação Nacional, através do ofício nº 119 do seu Presidente, a transferência dos túmulos de D. Pedro e de D. Inês de Castro para a sua localização original, pedido que foi objecto de um parecer da 6ª secção da Junta Nacional da Educação, de que foi relator Luiz Varela Aldemira, tendo este sido homologado por Despacho do Ministro da Educação de 21 de Maio de 1940 e deferido, também, pelo Ministro das Finanças, por Despacho de 22 de Maio.

No seu parecer, Varela Aldemira considera justa, e desejável, a pretensão da Câmara alcobacense, porque, entre outras razões, de carácter estético-simbólico, «A quadra que actualmente abriga as duas arcas tumulares, é impropria sob todos os aspectos: as suas dimensões acanhadas, a falta de luz, a humidade do recinto, tudo concorre para deteriorar, empobrecer e desvirtuar a beleza iconografica dos celebres monumentos.»¹⁵²

¹⁴⁹ 27 de Fevereiro de 1947, Arquivo da DGEMN, Processo Administrativo do Mosteiro de Alcobaça.

¹⁵⁰ Comunicação nº 214 da Direcção de Monumentos Nacionais, de 31 de Março de 1947, Arquivo da DGEMN, Processo Administrativo do Mosteiro de Alcobaça.

¹⁵¹ Orçamento de 20 de Abril de 1956, , Arquivo da DGEMN, Processo de Obras do Mosteiro de Alcobaça.

¹⁵² Parecer da Junta Nacional de Educação, 17 de Junho de 1940, Arquivo da DGEMN, Processo Administrativo do Mosteiro de Alcobaça.

Quanto ao local específico em que se devem colocar as arcas tumulares, é sua opinião que as condicionantes de carácter histórico não devem ser determinantes, na medida em que estas sofreram modificações estruturais, e irreversíveis, que as tornam incapazes de lhe servir de fundamento¹⁵³. Além disso, a colocação dos túmulos no seu espaço originário é esteticamente desaconselhável, «pelo desequilíbrio do majestoso ambiente que dahi resultaria.»¹⁵⁴

Deve, portanto, fundamentar-se a decisão sobre a disposição dos jazigos na Igreja com base em princípios estéticos, bem como no dispositivo funcional que estes assumem na actualidade, e que os dotam de uma nova, e diferente, *realidade*, na medida em que, hoje, «(...) pertencem ao grande publico que ali vai receber emoções de estetica, sem excluir as de piedade.»¹⁵⁵

Deste modo, deverá colocar-se «(...) um tumulo em cada braço do transepto, o seu lado maior disposto em sentido longitudinal, os faciais dos pés convergindo para o centro do cruzeiro, e portanto as cabeceiras voltadas para os extremos do transepto, (...)»¹⁵⁶

Sugere, ainda, Varela Aldemira, que se proceda à colocação de uma protecção em volta das arcas tumulares, bem como à sua abertura, aquando da transferência das mesmas para o seu novo espaço de localização.

A 5 de agosto de 1940, o Director Geral da Fazenda Pública comunica ao Director da DGEMN que deve acordar com o Conservador do Registo Civil do Concelho de Alcobaça a data e a hora em que este deve comparecer no Mosteiro, para assistir à abertura dos túmulos, o que indicia que a sua transferência estaria agendada para breve.

O ofício nº 1580 da Direcção dos Monumentos Nacionais, de 9 de Agosto de 1940¹⁵⁷, mostra, no entanto, não só existirem, ainda, dúvidas quando à localização

¹⁵³ «Deposita-las juntas como se fez ha séculos, (...) hoje não se compreende, dada a natureza diversa do culto, paroquial e não monástico, (...)»

Já não se cumpre o legado regio que determinava aos seus capelães o dever da cantarem diariamente na referida capela, a Missa Requiem, um responso de defuntos, e de cruz alçada e agua benta, envolverem os jazigos em fumo de incenso.» Parecer da Junta Nacional de Educação, 17 de Junho de 1940, Arquivo da DGEMN, Processo Administrativo do Mosteiro de Alcobaça.

¹⁵⁴ Parecer da Junta Nacional de Educação, 17 de Junho de 1940, Arquivo da DGEMN, Processo Administrativo do Mosteiro de Alcobaça.

¹⁵⁵ Parecer da Junta Nacional de Educação, 17 de Junho de 1940, Arquivo da DGEMN, Processo Administrativo do Mosteiro de Alcobaça.

¹⁵⁶ Parecer da Junta Nacional de Educação, 17 de Junho de 1940, Arquivo da DGEMN, Processo Administrativo do Mosteiro de Alcobaça.

¹⁵⁷ Arquivo da DGEMN, Processo Administrativo do Mosteiro de Alcobaça.

exacta da sua futura implantação, mas também um desvio relativamente ao disposto no parecer de Varela Aldemira, na medida em que nele se pede para «(...) que sejam indicados os logares *na nave cruzeira sul* do Mosteiro de Alcobaça onde devem ser colocados definitivamente os tumulos de D. Pedro e D. Ignez de Castro em virtude de existir divergencias naquela colocação.»¹⁵⁸

A resposta a este ofício surge a 23 de Janeiro de 1941¹⁵⁹, na qual se indica que, segundo o parecer da 6ª secção da junta Nacional de Educação¹⁶⁰, homologado por Despacho de 14 de Janeiro do Subsecretário de Estado da Educação Nacional, estes devem ser colocados, com os eixos paralelos aos grandes eixos da Igreja, no braço da epístola, com os pés para levante, sendo colocado no outro braço do transepto, e com a mesma orientação, o túmulo de D. Brites¹⁶¹.

A sua transferência continua, no entanto, a não se realizar, perguntando¹⁶² a Direcção Geral da Fazenda Pública, já em 1947, quando esta se poderá verificar, respondendo a Direcção dos Serviços dos Monumentos Nacionais¹⁶³ que se prevê que tal seja possível no próximo ano.

No entanto, a referida transferência só é incluída no orçamento de 19 de Novembro de 1956¹⁶⁴, devendo estes, segundo ofício datado de 21 de Novembro de 1956¹⁶⁵, ser colocados em conformidade com o disposto na Ordem de Serviço nº 0025 da DGEMN, de 23 de Janeiro de 1941.

Transferência que se realizará entre Novembro de 1956 e inícios de Fevereiro de 1957, e sendo as suas arcas tumulares dispostas em função do parecer dado por Varela Aldemira. Ainda de acordo com o que este tinha sugerido, procede-se, em 1957¹⁶⁶, à fixação de balaústres para protecção dos túmulos.

¹⁵⁸ Idem. Sublinhado nosso.

¹⁵⁹ Ordem de Serviço nº 0025 da DGEMN, Arquivo da DGEMN, Processo Administrativo do Mosteiro de Alcobaça.

¹⁶⁰ Existe, portanto, outro parecer da 6ª Secção da Junta Nacional de Educação, para além do elaborado por Varela Aldemira a que fizemos, anteriormente, referência, e que propõe uma disposição diferente para as arcas tumulares. Desconhecemos, no entanto, o seu conteúdo, na medida em que não consta dos processos da DGEMN.

¹⁶¹ Trata-se, obviamente, do túmulo de D. Beatriz.

¹⁶² Ofício nº 1442 da Direcção Geral da Fazenda Pública, de 15 Abril 1947, Arquivo da DGEMN, Processo Administrativo do Mosteiro de Alcobaça.

¹⁶³ Ofício nº 1213 da Direcção dos Serviços dos Monumentos Nacionais, de 18 de Abril de 47, Arquivo da DGEMN, Processo Administrativo do Mosteiro de Alcobaça.

¹⁶⁴ Arquivo da DGEMN, Processo de Obras do Mosteiro de Alcobaça.

¹⁶⁵ Arquivo da DGEMN, Processo de Obras do Mosteiro de Alcobaça.

¹⁶⁶ Orçamento de 31 de Outubro de 1957, Arquivo da DGEMN, Processo de Obras do Mosteiro de Alcobaça.

4.2.2.4. NAVES

À data do início das obras de restauro, existiam quatro altares nas naves colaterais, dois em cada uma (os altares de São Bernardo e de Nossa Senhora do Rosário, na colateral norte, e os altares de São João Baptista e de São Bento, na colateral sul (Figura 3)¹⁶⁷), bem como dois púlpitos (Foto 33 e Figura 3) (implantados nos quintos pilares, a contar da entrada da igreja, de um lado e de outro da nave central) e um órgão (Fotos 31 e 32, e Figura 3), colocado entre o décimo e o décimo segundo pilar do lado sul da nave central, o que obrigou à construção de uma parede no espaço compreendido entre os referidos pilares.

Não devia, portanto, ter sofrido grandes alterações desde finais do século XVIII, tendo em conta a descrição que delas faz Frei Manuel de Figueiredo, em 1781¹⁶⁸ (Figueiredo, 1978).

Os trabalhos na nave central iniciaram-se pelo apeamento do órgão, obra que se encontra inscrita no orçamento de 10 de Março de 1931¹⁶⁹, e que já se encontrava concluído a 22 de Maio¹⁷⁰.

Apesar de António Vieira Natividade considerar que só se deveria iniciar o revestimento a cantaria dos dois pilares mutilados pelo encaixe do órgão após a

¹⁶⁷ «Entre o 4.º e o 5.º pilares da galeria esquerda a começar pela porta da entrada ficam os altares de S. Bernardo e de N. S. do Rosário e fronteiro a estes, na galeria direita, os altares de S. Bento e de S. João Baptista.» (Villa Nova, Guia de Alcobaça, 1926, p. 8)

¹⁶⁸ «Na nave lateral da mesma parte do evangelho estão os altares de N. Senhora do Rozario e S. Bernardo feitos de pedras de muitas cores os quaes mandou principiari o Geral Fr. Joze Cardozo, eleito em 1753, aonde estevão outros antigos das mesmas invocaçoens, e os fez acabar o Geral Fr. Caetano de Sampaio, que foi eleito em 1762.
(...)

Na nave do mesmo lado estão os altares do Precursor de Christo e Patriarcha S, Bento, do qual mostrão os milagres as muitas offertas, que estão pendentes ao lado esquerdo do seu altar. Nas quintas colunas contando da porta para a Capella mor ficão os pulpitos, que nas mesmas colunas vazadas imbutio hum converso cisterciense contrario na ideia ao parecer de muitos engenheiros que reputavão a obra impossível.» (Figueiredo, 1978, pp. 93-94)

Não se encontra, no entanto, em Frei Manuel de Figueiredo qualquer referência ao órgão. Tendo em conta a importância estético-visual que este teria, e o facto de ele se referir a elementos de menor importância como seriam, certamente, os púlpitos, faz-nos crer que, em 1781, o órgão não existiria. Assim, a descrição que se encontra em Frei Manoel dos Santos (Santos, 1979) («tem mais o coro no alto num orgam novo de 24: a caixa he de folha dourada; e em baixo tem outro de 12.» (Santos, 1979, p. 31)), que, aliás, indica a existência de dois órgãos, não se referiria ao ainda existente em 1930. Ganha, deste modo, maior verosimilhança a datação do órgão feita por Manuel Vieira Natividade, que o considera construído no século XIX, por Frei António Entalhador (Natividade M. V., 1885, p. 80).

¹⁶⁹ Arquivo da DGEMN, Processo de Obras do Mosteiro de Alcobaça.

¹⁷⁰ Carta de António Vieira Natividade dirigida ao Director dos Monumentos nacionais do Norte, 22 de Maio de 1931, Arquivo da DGEMN, Processo de Obras do Mosteiro de Alcobaça.

conclusão do restauro da Capela-Mor¹⁷¹, e embora a empreitada adjudicada para esse fim date de 10 de Setembro de 1931¹⁷², os trabalhos já decorrem em Julho¹⁷³, estando concluídos em 29 de Novembro¹⁷⁴.

O apeamento do órgão é discursivamente legitimado¹⁷⁵ não só em função de princípios de *restituição do primitivo* (permitia por a descoberto mais dois tramos originais da nave central), mas, também, em função de princípios estético-funcionais (o órgão é classificado como sendo inestético e inútil).

Após a referência à reparação geral dos telhados das naves laterais e central, incluindo a substituição de telhas partidas e a reparação de algerozes e rufos, constante do orçamento de 2 de Novembro de 1931¹⁷⁶, só em 1933 voltamos a encontrar menção a obras nas naves, num orçamento que prevê o rebaixamento e reconstrução do seu pavimento¹⁷⁷, o apeamento dos quatro altares de mármore e a reparação das paredes mutiladas pela sua colocação, bem como a reparação de caixilhos exteriores e de vidros¹⁷⁸, onde se volta a afirmar, como fundamento estruturante do restauro, a integração do Monumento no seu estilo primitivo.

Em Março, Manuel Vieira Natividade comunica já se ter iniciado o apeamento dos altares das colaterais¹⁷⁹, estando já dois desses altares completamente desmontados em 24 de Abril de 1933¹⁸⁰, e o terceiro em 2 de Maio, data em que se iniciava o desmantelamento do quarto¹⁸¹.

¹⁷¹ Carta de António Vieira Natividade dirigida ao Director dos Monumentos nacionais do Norte, 22 de Maio de 1931, Arquivo da DGEMN, Processo de Obras do Mosteiro de Alcobaça.

¹⁷² Arquivo da DGEMN, Processo de Obras do Mosteiro de Alcobaça.

¹⁷³ Carta de António Vieira Natividade dirigida ao Director dos Monumentos nacionais do Norte, 6 de Julho de 1931, Arquivo da DGEMN, Processo de Obras do Mosteiro de Alcobaça.

¹⁷⁴ Carta de António Vieira Natividade dirigida ao Director dos Monumentos nacionais do Norte, 29 de Novembro de 1931, Arquivo da DGEMN, Processo de Obras do Mosteiro de Alcobaça.

¹⁷⁵ Memoria Descritiva e Justificativa, de 18 de Março de 1931, Arquivo da DGEMN, Processo de Obras do Mosteiro de Alcobaça.

¹⁷⁶ Arquivo da DGEMN, Processo de Obras do Mosteiro de Alcobaça.

¹⁷⁷ Que, no entanto, já se havia iniciado há muito. Em carta de 25 de Novembro de 1932 (Arquivo da DGEMN, Processo Administrativo do Mosteiro de Alcobaça), dirigida ao Director dos Monumentos Nacionais do Norte, António Vieira Natividade refere que ainda decorre a assentamento de lajedo, e informa que é necessário adquirir mais.

¹⁷⁸ Orçamento, de 6 de Fevereiro de 1933, Arquivo da DGEMN, Processo de Obras do Mosteiro de Alcobaça.

¹⁷⁹ Carta de António Vieira Natividade dirigida ao Director dos Monumentos nacionais do Norte, 2 de Março de 1933, Arquivo da DGEMN, Processo de Obras do Mosteiro de Alcobaça.

¹⁸⁰ Carta de António Vieira Natividade dirigida ao Director dos Monumentos nacionais do Norte, Arquivo da DGEMN, Processo de Obras do Mosteiro de Alcobaça.

¹⁸¹ Carta de António Vieira Natividade dirigida ao Director dos Monumentos Nacionais do Norte, Arquivo da DGEMN, Processo de Obras do Mosteiro de Alcobaça.

Após esta data deixamos de ter informações sobre o decorrer concreto da obra nas naves da igreja¹⁸², existindo, apenas, documentação referente a duas empreitadas adjudicadas com vista à concretização dos trabalhos descritos no orçamento de Fevereiro de 1933.

A primeira, de 12 de Junho de 1933¹⁸³, prevê o arranjo das paredes em que estavam colocados os altares, o rebaixamento e reconstrução do pavimento, o assentamento de caixilhos exteriores, e o restauro do pórtico da Sala dos Reis, enquanto na segunda, datada de 1 de Novembro de 1933¹⁸⁴, se inclui a desmontagem dos quatro altares¹⁸⁵, a reconstrução de lajedo em cantaria e a reparação de paramentos.

Para além do desmantelamento do órgão e dos altares, do rebaixamento do pavimento, da reparação de caixilhos exteriores e de vidros, e da reparação do pórtico que dá entrada à Sala dos Reis, referidos na documentação textual, o processo de restauro das naves da Igreja compreendeu, ainda, o apeamento dos púlpitos, com o consequente arranjo dos pilares em que se encontravam inseridos (Fotos 30, 33, 37, 38), e o alinhamento das mísulas dos pilares da nave central, que passam a estar, todas, à mesma distância do pavimento (Fotos 31, 32, 35, 36).

A 29 de Dezembro de 1946¹⁸⁶, o pároco de Alcobaça solicita que seja colocada uma porta no vão que ligava o dormitório ao braço norte do transepto, estando o referido vão já tapado em 15 de Fevereiro do ano seguinte¹⁸⁷.

Nos inícios do ano seguinte, o mesmo pároco informa a Direcção dos Serviços dos Monumentos Nacionais que cai água pelas abóbadas da Igreja pelo menos em dez locais, o que motiva a comunicação nº 214¹⁸⁸ desta entidade, na qual se indica ser necessário proceder ao arranjo dos telhados da Igreja, dando-lhe a sua primitiva inclinação, visível na empena da fachada norte do transepto, sendo esta obra inscrita na empreitada de 27 de Agosto de 1947.

¹⁸² Facto a que não é alheia, certamente, a demissão de Manuel Vieira Natividade da direcção das obras do Mosteiro, a 8 de Maio de 1933.

¹⁸³ Arquivo da DGEMN, Processo de Obras do Mosteiro de Alcobaça.

¹⁸⁴ Arquivo da DGEMN, Processo de Obras do Mosteiro de Alcobaça.

¹⁸⁵ Já há muito concluída, como se constata, não só pelas informações prestadas por Manuel Vieira Natividade, mas, também, pelo facto de a empreitada de 12 de Junho incluir o arranjo das paredes onde os altares se encontravam, o que só seria possível se estes já tivessem sido daí retirados.

¹⁸⁶ Carta do pároco de Alcobaça, de 29 de Dezembro de 1946, Arquivo da DGEMN, Processo de Obras do Mosteiro de Alcobaça.

¹⁸⁷ Carta do pároco de Alcobaça, de 15 de Fevereiro de 1947, Arquivo da DGEMN, Processo de Obras do Mosteiro de Alcobaça.

¹⁸⁸ Comunicação nº 214 da Direcção dos Serviços dos Monumentos Nacionais, de 31 de Março de 1947, Arquivo da DGEMN, Processo de Obras do Mosteiro de Alcobaça.

Em 1956 realizam-se trabalhos de reparação de ferragens na porta de comunicação com o Claustro de D. Dinis¹⁸⁹, e de limpeza de janelas e substituição de vidros partidos¹⁹⁰, e, no ano seguinte¹⁹¹, de arranjo geral da fachada da Igreja.

4.2.2.4. CLAUSTRO DE D. DINIS

O Claustro de D. Dinis, acrescentado de um sobreclaustro no reinado de D. Manuel, sofreu profundas alterações durante a segunda metade do século XIX, tendo, depois, nos inícios do século XX, sido objecto de uma vasta operação de restauro, dirigida por Augusto Fuschini (ver ponto 2.2.).

Relativamente às obras da responsabilidade da DGEMN, as informações textuais são praticamente inexistentes, só sendo possível ter uma ideia das transformações nele operadas através da análise da documentação gráfica.

Em 1939 realizou-se um arranjo geral do Claustro, que compreendeu a instalação de canalizações de águas e esgotos, bem como a escavação de terras¹⁹², tendo-se procedido, em 1941, ao assentamento de lajedo de cantaria no pavimento¹⁹³, e à consolidação das paredes e contrafortes na galeria superior¹⁹⁴.

Nos meados da década de cinquenta, inicia-se a reconstrução geral dos telhados, dividida em duas fases. A primeira, que se desenrolou entre 6 de Abril e 30 de Novembro de 1954¹⁹⁵, abrangendo as galerias sul e nascente, e a segunda, realizada entre 28 de Janeiro e 11 de Novembro de 1955¹⁹⁶, abrangendo as galerias norte e poente.

A documentação gráfica diz-nos, no entanto, algo mais.



¹⁸⁹ Orçamento de 14 de Novembro de 1956, Arquivo de Alcobaça.

¹⁹⁰ Orçamentos de 14 e 19 de Novembro de 1956, Arquivo de Alcobaça.

¹⁹¹ Orçamento de 13 de Março de 1957, Arquivo de Alcobaça.

¹⁹² Empreitada de 29 de Dezembro de 1939, Arquivo de Alcobaça.

¹⁹³ Empreitadas de 25 de Junho e de 15 de Dezembro de 1941, Arquivo do Mosteiro de Alcobaça.

¹⁹⁴ Empreitada de 15 de Dezembro de 1941, Arquivo de Alcobaça.

¹⁹⁵ Orçamento de 6 de Abril de 1954, Arquivo da DGEMN, Processo de Obras do Mosteiro de Alcobaça.

¹⁹⁶ Orçamento de 28 de Janeiro de 1955, Arquivo da DGEMN, Processo de Obras do Mosteiro de Alcobaça.

O nível do pavimento foi significativamente rebaixado, o que permitiu desobstruir a porta de acesso à Cozinha Medieval (Fotos 152 a 156), e eliminar os degraus de acesso ao Refeitório (Foto 228), e a zona onde se abrem os vãos de porta que dão acesso à Sala dos Monges e à escada de ligação ao Dormitório, construída nesta altura, foi completamente refeita (Fotos 197 e 198).

De notar que, neste espaço, não só se utilizou materiais claramente diferenciados dos aí previamente existentes, como as molduras dos vãos foram se apresentam com um carácter meramente esquemático, e sem qualquer tipo de ornamentação, numa adequação aos princípios defendidos por Camilo Boito (Boito, 2000).

FIGURA 12 – Claustro de D. Dinis. Portas de acesso à Sala dos Monges e ao Dormitório.

4.2.2.5. SACRISTIA MEDIEVAL

A primitiva Sacristia do Mosteiro ¹⁹⁷, sala rectangular coberta por abóbada de berço, iluminada por uma janela aberta na parede nascente, e ostentando quatro nichos na parede norte, funcionalmente substituída pela que D. Manuel mandou edificar nos inícios do século XVI ¹⁹⁸, viu-se amputada em cerca de metade do seu espaço aquando da construção da escada que ligava a Igreja e o Claustro de D. Dinis ao Dormitório, ficando localizada no topo oriental a Casa do Tesouro, com acesso por uma porta existente junto do altar de São Sebastião.

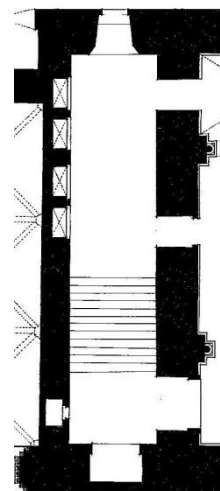


FIGURA 13 –
Planta da
sacristia medieval

Tal como a porta de ligação à Igreja inscrita na parede por trás do altar de São Miguel, a que a comunicava com Claustro de



FIGURA 14 –
Pormenor da porta da
Sacristia Medieval

D. Dinis encontrava-se entaipada antes das obras de restauro. Quando se procedia à abertura desse vão, descobriram-se os restos da porta medieval, encimada por arco de volta perfeita, e decorada, a toda a volta, com motivos geométricos, embora cortada na sua parte superior pela que foi edificada em seu lugar, esta de simples secção rectangular, sem qualquer tipo de ornamento.

Com a empreitada de 28 de Novembro de 1940 ¹⁹⁹, verifica-se não só a demolição da escada de acesso ao dormitório, como, também, o restauro da antiga sacristia, procedendo-se à reconstrução da antiga abóbada e dos quatro nichos da parede norte. Além disso, também será restaurada

¹⁹⁷ A partir de finais da década de trinta do século XVI, e até à construção do novo espaço, contíguo à Sacristia Nova, teria servido de relicário, este da autoria de João Alemão. « Item .Sua. alteza, mandou que na sancristia a velha se fizesem huas grades de bordos muito boas e hum altar pêra em que estiuessem as santas Reliqujas deste moesteiro e que as fizesse mestre yoam por certo preço de que foy feito contrato e porque neste moesteiro estando aqj por prior frei bernardo de pedra elle prior pedio a Sua .alteza, perante mj[m] pêro da ujdeira que neste altar se fizesse hum com'aRetavollo // [Fl. 2.0] com certos Repartimentos pêra que nestes Repartimentos estiuessem os Relicairos cada hum sobre si e vejo mestre yoam ali a sancristia velha e perante .sua. alteza, ho debuxou no chão dise .Sua. alteza, que se fizesse fez se e he muito bem feito e porque já das grades era contrato feyto fez este Retauolo mestre Joam alem das grades e altar pêra que fose avaliado despois de acabado e aver paguamento do que se achase per officiaes que merecia, acabou mestre joam tudo .scilicet.»

¹⁹⁸ Já estava ao serviço no início da década de trinta do século XVI.

¹⁹⁹ Arquivo da DGEMN, Processo de Obras do Mosteiro de Alcobaça.

a antiga porta medieval, também neste caso concreto se optando por uma solução 'Boitiana', diferenciando a parte reconstruída da ornamentação da arquivolta, da antiga, que foi mantida com as fracturas que apresentava após o seu desentapamento.

4.2.2.6. SALA DO CAPÍTULO

A Sala do Capítulo, nos inícios do século XVIII, « He de três naves; e o tecto de abobeda de aresta, que sustentam () arcos sobre quatro colunas de huma pedra cada huma; tem de comprimento () palmos de craveira; e de largo des; nam tem porta; mas entra-se para ella por hum grande arco aberto na parede do claustro; o qual arco tem de altura () palmos, e de largo (); aos dous lados desse arco tem quatro frestas, duas por banda, também de arco, mas sem vidraças; e de frente no topo da casa tem tres frestas rasgadas com suas vidraças pintadas de imagens, as quais occupam a largura da mesma casa; na vidraça do meio etá pintado o Senhor da Coluna, para consolação dos monges, que passam ali pela disciplina regular. As paredes do meio para baixo são cubertas de azulejo; e do meio para sima vam painéis com os passos principaes da paixão de Christo. A cadeira do Abbade está na nave do meio defronte da entrada; he de pao santo, com seu espaldar levantado do mesmo pao guarnecido de marfim, e evano; e para os monges bancos de pedra encostados às paredes.

(...) Para viva lembrança da inteireza com que devemos proceder em todas estas matérias ordenou a providencia dos antigos, que fossem sepultadas nesta casa as pessoas mais dignas da religiam: os Abbades perpétuos, os Abbades geraes presentes e todos os que foram Abbades nos outros mosteiros, se morrem em Alcobaça. Ao P.e M.e Fr. Bernardo de Brito²⁰⁰ dado que não foi Abbade deram sepultura, pela singular prerogativa da sua pessoa, também nesta casa entre os Abbades.» (Santos, 1979, pp. 50-51)

A 10 de Fevereiro de 1838, a Câmara Municipal de Alcobaça toma posse deste espaço, que lhe foi concedido por Portarias do Ministério da Fazenda e da Junta de Crédito Público, de 4 e 29 de Agosto de 1837, respectivamente²⁰¹, a qual, a 20 de Julho

²⁰⁰ Em 1902, a Câmara Municipal de Alcobaça solicita, à Junta de Paróquia da Freguesia da Cela, que lhe seja entregue a lápide tumular de Frei Bernardo de Brito, que se encontrava no adro da Igreja da referida freguesia, a fim de a colocar na Sala dos Reis ou na Sala dos Túmulos, ao que aquela acede, por determinação de 30 de Março de 1902. A.C.M.A., Livro 25 dos Acórdãos das Sessões Camarárias da C.M.A., Fls. 70 e 175, 6 de Março de 1902 e 1 de Maio de 1902.

²⁰¹ Livro C das descrições dos bens próprios do Município, Fl. 21, 2 de Abril de 1862.

de 1885²⁰² a cede, a pedido do seu comandante, ao regimento de Cavalaria 9, para servir de Sala de Armas dos oficiais, com a condição de, sendo o Regimento deslocado de Alcobaça, esta retornar à sua posse, solicitando, no entanto, a 2 de Abril de 1890²⁰³, ao Comandante do Regimento de Cavalaria 9, que a mesma lhe seja devolvida, não só por não ter sido utilizada com função a que fora destinada, como pelo facto de a Edilidade pretender aí instalar um Museu.

Tal parece não se ter verificado, no entanto, na medida em que, a 23 do mesmo mês e ano²⁰⁴, a Câmara requere, ao referido Regimento, que a serventia da Sala passe a ser feita pelo lado nascente, e não pelo Claustro de D. Dinis, como até então, o que vai determinar o entaipamento dos vãos que a ligavam ao Claustro, situação que, como nos reporta Fuschini (Fuschini, 1904), ainda se mantinha em 1904²⁰⁵, altura em que a Sala do Capítulo tinha a função de ginásio militar, tendo servido, anteriormente, de picadeiro.

Entaipamento que obrigou, necessariamente, à abertura de um vão de acesso na parede nascente da referida Sala, mas relativamente ao qual não encontrámos qualquer referência, pelo que desconhecemos em que época se realizou o restauro que a suprimiu, bem como a data de reabertura dos vãos de ligação ao Claustro.

De qualquer modo, as descrições do Mosteiro de 1929, da autoria de Ernesto Korrodi²⁰⁶ (Korrodi, 1929) e de Joaquim Vieira Natividade²⁰⁷ (Natividade J. V., 1929),

²⁰² A.C.M.A., Livro 19 dos Acórdãos das Sessões Camarárias da C.M.A., Fl. 130, 20 de Julho de 1885.

²⁰³ A.C.M.A., Livro 22 dos Acórdãos das Sessões Camarárias da C.M.A., Fl. 127 Verso, 2 de Abril de 1890.

²⁰⁴ A.C.M.A., Livro 21 dos Acórdãos das Sessões Camarárias da C.M.A., Fl. 85, 23 de Abril de 1890.

²⁰⁵ «Ninguém acreditará, por certo, que esta porta e estas janelas, tão puras e características, se acham muradas, ficando separada da parte monumental a respectiva sala, (...)» (Fuschini, 1904, p. 214)

²⁰⁶ «(...) abre-se a portada da Sala do Capítulo, ladeada pelas clássicas janellas geminadas, que encontramos também na Batalha. É um vasto recinto formando um quadrado de dezoito metros por lado, coberto por uma abóbada de nove tramos e supportado por quatro pilares de columnas enfeixadas. O artozonado das abóbadas é em tudo idêntico ao do claustro e do Parlatório confinante. Além da segunda luz que recebe do claustro, tem três janellas abertas do lado do nascente.» (Korrodi, 1929, p. 44)

²⁰⁷ «No lanço nascente, e servida por um amplo portal de numerosas arquivoltas, fica a sala do Capítulo, vasto recinto quadrado, de abóbadas baixas que repousam num artozonado em tudo idêntico ao das abóbadas do pavimento inferior do Claustro.

Quatro pilares, de columnas enfeixadas, e grande número de mísulas nas paredes, apoiam a cruzaria dos arcos, que são ainda de volta inteira.

Iluminam a sala as quatro formosas janelas que ladeiam o pórtico e três frestas, também de arco redondo, sobre o Claustro do Cardeal.

(...)

Nesta sala do Capítulo foram sepultados muitos abades, e por concessão especial também os notáveis cronistas Fr. Bernardo de Brito e Fr. Manuel dos Santos.» (Natividade J. V., 1929, p. 22)

dão-nos a ver um espaço semelhante ao que existe actualmente, já desentaipado e desprovido do dispositivo ornamental²⁰⁸ que, outrora, nela se encontrava inscrito.

A primeira referência a obras na Sala do Capítulo surge em 1939²⁰⁹, procedendo-se, então, à limpeza e reparação das abóbadas, à conclusão da reparação dos gigantes, cornija e telhado, e à execução de caleiras e, em 1940²¹⁰, à limpeza geral de cantarias e à colocação de telhas românicas no telhado.

4.2.2.7. PARLATÓRIO

A ausência de referências textuais, quer antigas, quer ‘modernas’, é, neste caso, quase absoluta, não havendo uma única menção na documentação escrita a obras no Parlatório.

A análise da planta realizada antes das obras de restauro (Figura 15) mostra-nos, no entanto, a existência de duas portas laterais, de arco quebrado, situadas no primeiro tramo, que comunicavam com uma sala contígua à escada de acesso ao piso superior do Claustro (Fotos 201[na qual é visível, também, um óculo] e 202), construída por Fuschini, e que a abóbada de arestas do segundo tramo é anterior às obras de restauro praticadas pela DGEMN (Foto 204), contrariamente ao que, por vezes, é referido.

Durante o restauro eliminaram-se as portas laterais, e danificou-se parte da abóbada do segundo tramo, devido à implantação da nova escada de acesso ao dormitório.

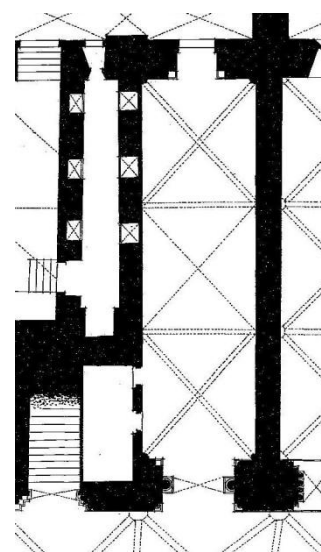


FIGURA 15 – Planta do Parlatório

²⁰⁸ Já desaparecido, segundo Manuel Vieira Natividade, em 1885:«(...)»; a sala do capitulo foi estupidamente despida de todas as campas e trabalhos apreciáveis que possuía em abundancia, (...)» (Natividade M. V., 1885, p. 88)

²⁰⁹ Empreitada de 29 de Dezembro de 1939, Arquivo da DGEMN, Processo de Obras do Mosteiro de Alcobaça.

²¹⁰ Empreitada de 31 Dezembro de 1940, Arquivo da DGEMN, Processo de Obras do Mosteiro de Alcobaça.

4.2.2.8. SALA DOS MONGES

Primitivamente Sala dos Noviços, depois espaço de reunião dos monges antes de se dirigirem para o Refeitório e, finalmente, armazém de apoio à cozinha, a Sala dos Monges sofreu, certamente ²¹¹, profundas alterações com a sua adaptação funcional quando foi ocupada, em 1884, pelo Regimento de cavalaria 9.

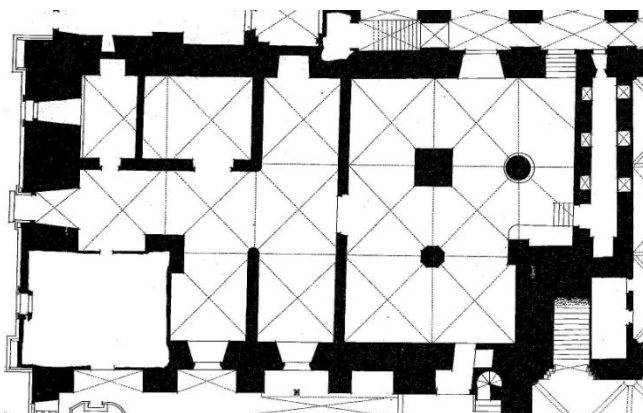


FIGURA 16 – Planta da Sala dos Monges

Antes das obras, este espaço encontrava-se fragmentado por várias divisórias colocadas entre os pilares que

sustentam a sua abóbada, e apenas ligado à cozinha, através de uma porta implantada entre o segundo e terceiro contraforte (Figura 17), a contar da fachada norte, localizando-se, no espaço da actual porta de comunicação com o Claustro, a escada construída por Fuschini.

Posteriormente, o vão de comunicação com a cozinha foi tapado, e transformado em janela, sendo aberto outro entre o primeiro e o segundo contraforte (Figura 16), e foi construída uma porta de comunicação com o Claustro de D. Dinis, que ocupou o espaço onde se encontrava a escada de ligação com a galeria superior de Claustro, entretanto demolida.

Sendo informações textuais demasiado imprecisas e lacunares, não é possível ter uma ideia do decorrer concreto do processo de restauro desta Sala. Pode-se, apenas, verificar que, para além das modificações já referenciadas, se procedeu à demolição das paredes que segmentavam o espaço, o que implicou o restauro dos pilares, das abóbadas e das paredes.

4.2.2.9. COZINHA

A cozinha que hoje podemos observar, e que ocupa o espaço dos anteriores Calefactório e Pátio exterior, estaria, já, concluída, segundo Cocheril (Cocheril, 1989), entre 1656 e 1667, quando D. Afonso VI manda construir um claustro no espaço

²¹¹ As informações relativas a esta Sala são demasiado escassas para que se possa ter uma ideia, mais ou menos clara, das transformações que sofreu ao longo do tempo.

anteriormente ocupado pela cozinha medieval. Maria Augusta Trindade Ferreira, no entanto, considera que a Cozinha existente no século XVII ocuparia, apenas, o local de anterior implantação do Pátio exterior, sendo a actual o produto das profundas obras de remodelação verificadas entre 1720 e 1752, e tendo sido, nesta última data, revestida a azulejo branco.

A partir de 1885 serve como cozinha do regimento de Cavalaria 9, funcionalidade que mantém ao longo de todo o período de ocupação militar, entrando na posse do Ministério da Assistência em 1928²¹², e passando, então, a integrar as instalações do Asilo de Mendicidade de Lisboa em Alcobça.

O facto de a Cozinha e o Claustro de D. Dinis pertencerem a instituições diferentes, levou, obviamente, à obstrução do vão de ligação entre os dois espaços, o que é confirmado pela descrição do Mosteiro realizada, em 1926, por Bernardo Villa Nova²¹³.

Pelo ofício nº 1434 da Direcção dos Monumentos Nacionais, de 10 de Novembro de 1936²¹⁴, no qual se pede autorização para que os materiais destinados às obras em curso possam entrar pela Sala dos Monges, então integrada no Asilo de Mendicidade, e que é acompanhado por uma planta (Figura 17), ficamos a saber que, nesta data, estavam em curso trabalhos de restauro na Cozinha, que, segundo o orçamento de 31 de Maio de 1937²¹⁵, constavam do entaipamento de vãos, da cobertura e restauro de vãos primitivos, e da limpeza de azulejos, incluindo a substituição dos que se encontravam partidos.

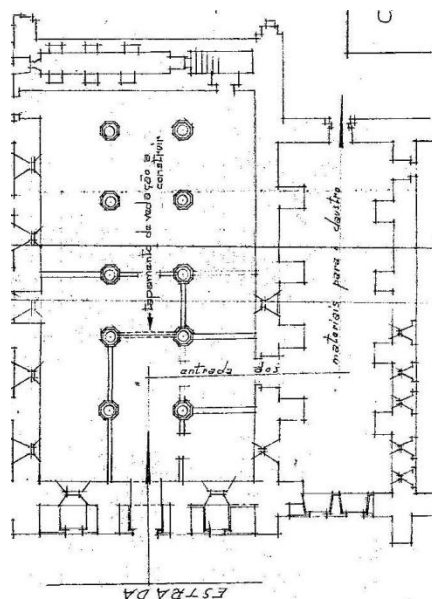


FIGURA 17 – Planta da Sala dos Monges e Cozinha, 1936. Trânsito dos materiais para o Claustro

²¹² Decreto nº 15146, de 9 de Março de 1928.

²¹³ «Mais adiante na mesma fachada norte encontramos a Cozinha do antigo convento atravessada por um braço do Alcoa e que hoje serve também de cozinha ao Quartel de Cavalaria 4. Com permissão do oficial de serviço pode entrar-se no Quartel. (...) Logo á entrada, ao lado direito fica a referida Cozinha (...).» (Villa Nova, 1926, p. 23)

²¹⁴ Arquivo da DGEMN, Processo Administrativo do Mosteiro de Alcobça.

²¹⁵ Arquivo da DGEMN, Processo de Obras do Mosteiro de Alcobça.

A comparação da referida planta com a que integra o levantamento elaborado em 1942²¹⁶, permite precisar as modificações operadas nessa altura. Assim, procedeu-se ao entaipamento da Ministra e da porta de comunicação com a Sala dos Monges, existente entre o terceiro e o quarto contraforte da parede norte, e à abertura de dois vãos na mesma parede, e estabelecendo a ligação com a mesma sala, um localizado antes do primeiro contraforte, e o outro a seguir ao quarto.

A 14 de Maio de 1946²¹⁷, a Direcção Geral da Fazenda Pública refere ter colocado torneiras de latão nas carrancas dos tanques, e solicita à DGEMN que encontre uma forma de reter os peixes no tanque, aduzindo para o efeito, como justificação legitimadora da sua pretensão, um excerto da descrição da cozinha feito por William Beckford, solicitação que é considerada aceitável por esta Direcção Geral²¹⁸, tendo-se já procedido à colocação de comportas de madeira e redes, nas saídas de água, a 6 de Julho de 1946²¹⁹.

Em Junho de 1957 procede-se à reparação das canalizações²²⁰.

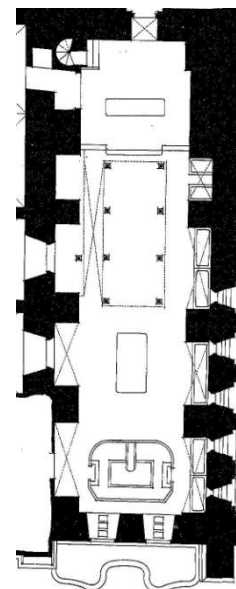


FIGURA 18 -
Planta da
Cozinha

²¹⁶ Arquivo da DGEMN, Desenhos.

²¹⁷ Ofício nº 348, Arquivo da DGEMN, Processo Administrativo do Mosteiro de Alcobaça.

²¹⁸ Comunicação nº476 da DGEMN, de 6 de Julho de 1946, Arquivo da DGEMN, Processo Administrativo do Mosteiro de Alcobaça.

²¹⁹ Ofício nº 3883 da DMN, de 1 de Novembro de 1946, Arquivo da DGEMN, Processo Administrativo do Mosteiro de Alcobaça.

²²⁰ Orçamento de 18 de Junho de 1957, Arquivo da DGEMN, Processo Administrativo do Mosteiro de Alcobaça.

4.2.2.10. REFEITÓRIO

No refeitório encontrava-se instalado, desde 1839, o Cineteatro de Alcobaça (Foto 227).

Na fachada norte, que dá para a Praça D. Afonso Henriques, abriam-se três vãos sobrepostos, de estrutura rectangular simples, sem qualquer tipo de ornamento, em cada um dos três corpos enquadrados pelos gigantes, sendo o de baixo uma porta, à qual se acedia por um lanço de escadas que, acompanhando o desnível do terreno, era composto por um número desigual de degraus, cinco no corpo a nascente e sete no corpo a poente, e os de cima janelas ²²¹(Fotos 229 e 232).

Em 1928, no relatório que acompanha o orçamento de Janeiro desse ano (Relatório, Janeiro de 1928, Arquivo da DGEMN, Processo de Obras do Mosteiro de Alcobaça), Ernesto Korrodi considera necessário que se proceda ao restauro da fachada do refeitório, a única fachada medieval do monumento, sendo, no entanto, para tal, necessária a transferência, para outro local, do cineteatro.

Necessidade que é justificada pela exemplaridade arquitectónica do mesmo, e que, enquanto modelo de uma fase determinada da história da arquitectura, deveria ser colocado à disposição dos estudiosos.

Não é em termos, aparentemente, muito diferentes que Baltazar de Castro, em 1929 (Proposta enviada ao Ministro da Instrução Pública, em 27 de Fevereiro de 1929, Arquivo da DGEMN, Processo Administrativo do Mosteiro de Alcobaça), defende a conclusão da reintegração do refeitório na sua traça original, na medida em que o caracteriza como documento de primacial importância para a arte²²². Mas, ao lado desta sua vertente documental, surge outra, não enunciada por Ernesto Korrodi: a de documento em que se desdobra o dealbar da história de Portugal, símbolo da própria

²²¹ Frei Manuel dos Santos, no entanto, refere, apenas, a existência de seis *frestas* («(...)na parede do topo defronte da porta tem seis frestas rasgadas com suas vidraças postas em duas ordens.» (Santos, 1979, p. 49), pelo que as portas serão posteriores à sua *Descrição do Real Mosteiro de Alcobaça*. Tendo em conta que não nos parece crível que os monges abrissem três portas para o exterior do refeitório (embora esse exterior fosse um interior, na medida em que se encontrava dentro da cerca monástica), pensamos que devem ter sido construídas quando da transformação do espaço do refeitório em cineteatro, servindo de entrada para o mesmo.

²²² E aqui, apesar da semelhança, talvez se desdobre uma incomensurável diferença, na medida em que, enquanto *documento para a história da arte*, a obra tem de respeitar as formas características de uma determinada época artística, enquanto que como *documento de arte* subordina-se, apenas, a princípios de carácter estético.

nacionalidade portuguesa. E neste desvio, porventura de aparência irrelevante, é todo um outro mundo que emerge.

O início do processo de restauro, anterior à criação da DGEMN, data do ano de 1928, quando, por Despacho de 25 de Outubro, o Ministro do Interior determina que se proceda à demolição do cineteatro instalado no Refeitório do Mosteiro de Alcobaça, sendo dado conhecimento do mesmo, à Direcção do teatro alcobacense, em 19 de Novembro de 1928.

A Direcção do teatro responde a 26 de Novembro, comunicando que, após decisão tomada na Assembleia Geral de 24 do mesmo mês, vai proceder, num curto espaço de tempo, ao referido desmantelamento, que se encontra concluído ainda no ano de 1928, na medida em que a empreitada adjudicada a 18 de Janeiro de 1929²²³ prevê a remoção dos entulhos, e a arrumação das cantarias, dele provenientes.

Entre Maio e Agosto de 1929, já sob a superintendência da DGEMN, então criada²²⁴, procede-se a obras de reparação e arranjo do espaço há pouco desobstruído, com a colocação da porta que dá para o Claustro de D. Dinis²²⁵, e a reparação de todos os telhados, incluindo a substituição de madeiras em mau estado²²⁶.

Só em 1930 se retoma o restauro propriamente dito do Refeitório²²⁷, com a reintegração das janelas do primeiro corpo, do lado da cozinha, no seu aspecto primitivo, reintegração essa efectuada com base nos vestígios visíveis na parede interior da referida sala, que indicavam, claramente, a existência de duas campanhas de obra²²⁸, assistindo-se, depois, a um novo período de paragem dos trabalhos, apenas reiniciados nos finais de 1934, altura em que se procede à pavimentação da zona adjacente à cozinha, com cantaria arrancada do Claustro²²⁹.

²²³ Arquivo da DGEMN, Processo Administrativo do Mosteiro de Alcobaça.

²²⁴ A DGEMN foi criada pelo Decreto nº 16791, de 30 de Abril de 1929, no seio do Ministério do Comércio e Comunicações.

²²⁵ Empreitada de 28 de Maio de 1929, Arquivo da DGEMN, Processo de Obras do Mosteiro de Alcobaça.

²²⁶ Empreitada de 6 de Agosto de 1929, Arquivo da DGEMN, Processo de Obras do Mosteiro de Alcobaça.

²²⁷ Empreitada de 15 de Fevereiro de 1930, Arquivo da DGEMN, Processo de Obras do Mosteiro de Alcobaça.

²²⁸ A segunda é datada, por Baltazar de Castro (Proposta enviada ao Ministro da Instrução Pública, em 27 de Fevereiro de 1929, Arquivo da DGEMN, Processo de Obras do Mosteiro de Alcobaça), do período do Cardeal D. Henrique, e por Ernesto Korrodi (Relatório, Janeiro de 1928, Arquivo da DGEMN, Processo de Obras do Mosteiro de Alcobaça), e Eduíno Borges Garcia (Santos, 1979, p. 49, nota 39), do século XVIII.

²²⁹ Empreitada de 14 de Dezembro de 1930, Arquivo da DGEMN, Processo de Obras do Mosteiro de Alcobaça.

Em Fevereiro de 1935²³⁰, verifica-se o desmantelamento das aberturas rectangulares do corpo central, substituídas por duas janelas de volta perfeita e um óculo (Fotos 229 e 239), construídos com base nos vestígios inscritos na parede, o arranjo das paredes onde essa intervenção se realizou, e a colocação de cantaria no pavimento, enquanto as aberturas do corpo poente são restauradas, com base nos princípios anteriormente empregues, nos finais deste mesmo ano²³¹.

Esta reintegração das janelas do corpo poente deveria estar concluída em Abril de 1936, na medida em que, nessa data, se comunica ao empreiteiro Alberto Aurélio²³² que deve entregar os degraus exteriores do dormitório, então desmontados, à Câmara Municipal de Alcobaça, desmontagem esse que só se realizou, cremos, com base nas fotografias existentes (Foto 229), após a conclusão do restauro da fachada.

Com a empreitada de 12 de Novembro de 1936²³³, inicia-se o rebaixamento do pavimento até à sua altura primitiva, com o consequente arranjo das bases dos pilares que se encontravam enterrados (Fotos 240, 242 e 243), bem como o assentamento de lajedo no chão, formando uma quadrícula a unir todos pilares e deixando o quadrado interior sem revestimento (245 e 246).

Por carta de 11 de Julho de 1939, o Director dos Monumentos Nacionais solicita, à Empresa Cerâmica de Alcobaça, a elaboração de um orçamento referente à produção de tijolo para a pavimentação do refeitório²³⁴ (que compreendia 9.500 hexágonos, 500 quadriláteros trapézio isósceles, 9.500 quadriláteros e 1.000 triângulos), a qual, a 12 de

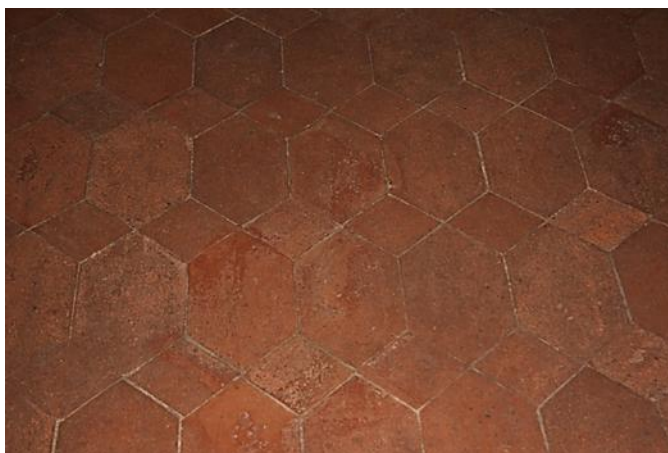


FIGURA 19 – Pavimento do refeitório, posterior às obras de restauro

²³⁰ Empreitada de 23 de Fevereiro de 1935, Arquivo da DGEMN, Processo de Obras do Mosteiro de Alcobaça.

²³¹ Empreitada de 10 de Outubro de 1935, Arquivo da DGEMN, Processo de Obras do Mosteiro de Alcobaça.

²³² Ordem de serviço 382, de 16 de Abril de 1936, Arquivo da DGEMN, Processo Administrativo do Mosteiro de Alcobaça.

²³³ Arquivo da DGEMN, Processo de Obras do Mosteiro de Alcobaça.

²³⁴ Arquivo da DGEMN, Processo Administrativo do Mosteiro de Alcobaça.

Março de 1940, informa estar a fabricar o referido tijolo²³⁵, contando fazer a primeira entrega em Abril²³⁶.

Procede-se, ainda, à abertura de vãos cuja anterior existência era denotada por marcas que se encontravam inscritas na parede da sala, e à sua modelação em função destas, nomeadamente a porta rectangular sob o púlpito (Fotos 233 e 251)²³⁷, e a fresta, de volta perfeita, existente nesse mesmo lance (Foto 252)²³⁸, e à modificação, segundo vestígios existentes, da porta localizada imediatamente à esquerda, quando se entra no refeitório, passando esta a ostentar um arco de volta perfeita²³⁹, e sendo retirada a lápide com inscrições que a encimava²⁴⁰ (Foto 241 e 252).

Demoliu-se, ainda, o banco que circundava todo o refeitório (Fotos 231 a 234), reconstruiu-se o arco da porta de entrada (Fotos 238, 247 e 248), e efectuou-se a reparação e limpeza do telhado.

Durante o referido processo de obra encontrou-se, e foi posta a descoberto, no canto à direita de quem entra na sala, a Ministra (Fotos 244 e 245), roda por onde se passava a comida da cozinha para o refeitório²⁴¹, tendo sido, no entanto, entaipada entre 1936 e 1942.

4.2.2.II. EDÍCULA DO LAVABO

A Edícula do Lavabo, de planta hexagonal, e que se ergue em face da porta do dormitório, foi alteada aquando da construção do sobre claustro, sendo, nessa altura, coberta com um terraço ornado com platibanda manuelina.

²³⁵ Arquivo da DGEMN, Processo Administrativo do Mosteiro de Alcobaça.

²³⁶ Carta da Empresa Cerâmica de Alcobaça, de 28 de Março de 1940, Arquivo da DGEMN, Processo Administrativo do Mosteiro de Alcobaça.

²³⁷ Porta que liga ao Claustro de D. Afonso VI, e cuja função se desconhece.

²³⁸ Cocheril (Cocheril, 1989, p. 72), embora refira que, nos mosteiros cistercienses, se encontrava, nesse local, o passa-pratos, considera-a demasiado estreita para servir essa funcionalidade.

²³⁹ Porta que dava acesso à cozinha primitiva e que hoje comunica com o Claustro de D. Afonso VI.

²⁴⁰ Lápide que relatava um milagre feito pela virgem a um irmão converso, e que ostentava o seguinte texto: HANC COLVIT VIRTUTE DOMV CLARISSIMVS OLI

CONVERSVS, MENSÆ CVI DATA CVRA FVIT.

HIC INOPVVM CERNES TVRBÃ, MISERETVR EORVM,

ET QVOT HABET PANES, DIVIDIT INTER EOS.

MOX NOCVISSE VIDES MONACHIS DISPEDIA, PLORAT,

ET DEPOCIT OPEM VIRGINIS; ILLA DEDIT.

NAM TOTIDE IN MENSIS REPERIT, MIRABILE! PANES:

QVAM MAGNI FVERINT, HAEC DVO SAXA DOCET.

²⁴¹ Ministra que se encontra referenciada na *Descrição* de Frei Manuel dos Santos « (...)e no fundo da nave direita colateral quando entramos está a janella, a que chamam Ministra, por onde da cosinha ministram o comer(...)» (Santos, 1979, p. 49)

A Fonte, do século XVI, também ela hexagonal, e ornada por grotescos, é obra de um bom lavrante da oficina de João de Castilho (AA.VV., 1995, p. 46), possuindo, hoje, apenas uma taça.

Segundo a descrição de Frei Manoel dos Santos, «tem um chafarix de repuxo com duas taças para se lavarem os monges quando entram, ou sahem de comer. Está o chafarix dentro de huma como capella oitavada, toda de cantaria, e toda vasada no alto e no baixo; porque as paredes são arcos sobre arcos, e são ao todo des. O seu tecto he abobeda de pedra; e igual na altura a cimalha do claustro de sima.» (Santos, 1979, p. 43)

Não se verifica, portanto, grandes diferenças entre a Edícula hoje existente, e a descrita por Frei Manoel dos Santos²⁴², para além do que se refere ao número de taças da Fonte.

Esta apresentava-se, no entanto, à época das intervenções da DGEMN, desprovida de qualquer taça, tendo sido a actualmente existente, portanto, nela inserida durante as obras de restauro.

As três janelas da Edícula do Lavabo, situadas na ponta do hexágono virada para o interior do jardim, que tinham sido abertas até ao nível do pavimento, durante as obras dirigidas por Fuschini, voltam a ser fechadas por um muro baixo.

Em 1940, o pavimento é arranjado, efectuando-se a substituição de cantarias.

4.2.2.12. SALA DOS REIS

Sala ampla de três naves, com três tramos cada uma, iluminada por três janelas que se abrem na parede poente, e coberta por abóbada de arestas, a Sala dos Reis²⁴³ que, até ao século XVIII, foi «(...) depósito das cinzas de muitos, e igreja do povo (...)»

²⁴² Cremos que o termo ‘oitavada’, com que Frei Manoel dos Santos caracteriza a forma da Edícula, assume na sua escrita o sentido lato de poligonal. Sendo a Edícula octogonal, e «toda vasada» (Santos, 1979, p. 43), teria de ter 14 arcos e não dez. Pelo contrário, os dez arcos correspondem, precisamente, aos cinco lados do hexágono que abrem para o exterior da galeria do Claustro.

²⁴³ Que, segundo Frei Manuel de Figueiredo, tem «72 palmos de comprido, 68 de largo, 4 grossas e elevadas columnas, 10 meias columnas, 9 barretes, e as armas reaes na abobada do que fica no centro de todos, com hum nicho quasi da mesma altura da abobada de toda a Caza, de comprimento de 24 palmos, e 12 de largo, em que está figurado sobre h uma grande peanha o senhor D. Affonso Henriques na acção de receber a Coroa das mãos dos santos Alexandre 3.º e Bernardo Abbade de Claraval, a que se seguem em peanhas de pedra branca as estatuas dos monarchas portuguezes do primeiro athe o augustissimo D. Joze; e restão muitas peanhas para nelles serem collocadas a estatua da Augustissima Rainha, com que Deos tem felicitado a Portugal, e dos seus augustos suecessores, com o que o mesmo Senhor hade fazer ditozo o seu abençoado reino. Azulejo figurado, que reprezenta toda a historia da fundação de Alcobaga guarnece esta Caza em altura de 10 palmos; e 3 grandes janellas da parte occidental a fazem mais vistoza com a muita luz que lhe communicão.» (Correia, 1978, p. 70)

(Correia, 1978, p. 70), é o produto das transformações operadas cerca de 1765, durante o abaciado de Frei Nuno Leitão, que para ela fez transferir as estátuas dos Reis de Portugal que se encontravam, anteriormente, na Sala das Conclusões.

A comparação entre a descrição de Frei Manuel de Figueiredo e as coetâneas²⁴⁴ das intervenções operadas pela DGEMN, mostram-se que este espaço se terá mantido inalterado desde o século XVIII.

Durante a visita realizada pelos delegados da Comissão de Iniciativa das Comemorações do Duplo Centenário, que teve como objectivo inteirarem-se das obras que aí seria necessário efectuar, em função da sua integração no plano das comemorações a realizar, o empreiteiro José Alberto Aurélio informou-os da imprescindibilidade de reparar as paredes, devido à infiltração de águas que nelas se verifica²⁴⁵.

Com o objectivo de precaver as infiltrações, procede-se, em Junho de 1941²⁴⁶, à demolição e reconstrução, segundo o primitivo, da armação e cobertura.

Em 1944²⁴⁷, em face de um possível desabamento, que as alarmantes fissuras existentes nas paredes prenunciavam, inicia-se o escoramento da Sala, e o posterior²⁴⁸ apeamento e reconstrução da fachada poente.

Dois anos mais tarde, faz-se o levantamento e reassentamento dos azulejos²⁴⁹, e restaura-se a estátua de D. João I²⁵⁰, executando-se, no ano seguinte, a limpeza das estátuas.

²⁴⁴ Sala dos Reis, assim denominada por ali estarem expostos sobre uma série de possantes mísulas, em ordem chronológica, as estátuas dos monarchas de Portugal. Na testeira da sala vê-se um grupo representando a coroação de D. Affonso Henriques pelo Papa, acolytado por S. Bernardo. Afora as figuras representando monarchas, presumivelmente contemporâneos do artista, como D. João V e D. José, aquella exposição, pelo anachronismo da indumentária, não passa de uma authentica revista carnavalesca. Ha que notar n'esta sala, comtudo, os soberbos azulejos representando em interessantes quadros, acompanhados de pormenorizadas legendas, a fundação do mosteiro, segundo a referem os chronistas da Ordem. N'um recanto da sala acha-se exposto um enorme caldeirão, proveniente dos despojos tomados aos castelhanos na batalha de Aljubarrota.» (Korrodi, 1929, p. 50)

²⁴⁵ Comunicação de José Alberto Aurélio ao Director dos Monumentos Nacionais do Norte, de 31 de Março de 1939, Arquivo da DGEMN, Processo Administrativo do Mosteiro de Alcobaça.

²⁴⁶ Empreitadas de 25 de Junho e de 18 de Dezembro de 1941, Arquivo da DGEMN, Processo de Obras do Mosteiro de Alcobaça.

²⁴⁷ Empreitada de 7 de Dezembro de 1944, Arquivo da DGEMN, Processo de Obras do Mosteiro de Alcobaça.

²⁴⁸ Empreitadas de 6 e 27 de Setembro, 20 de Outubro, 24 de Novembro e 31 de Dezembro de 1945, Arquivo da DGEMN, Processo de Obras do Mosteiro de Alcobaça.

²⁴⁹ Orçamento de 20 de Abril de 1956, Arquivo da DGEMN, Processo de Obras do Mosteiro de Alcobaça.

²⁵⁰ Orçamento de 14 de Novembro de 1956, Arquivo da DGEMN, Processo de Obras do Mosteiro de Alcobaça.

4.2.2.13. DORMITÓRIO

O Dormitório foi alvo de avultadas transformações nos finais do século XVI, quando se efectuou a sua adaptação a aposento Abacial, executando-se o encerramento dos espaços compreendidos entre as colunas.

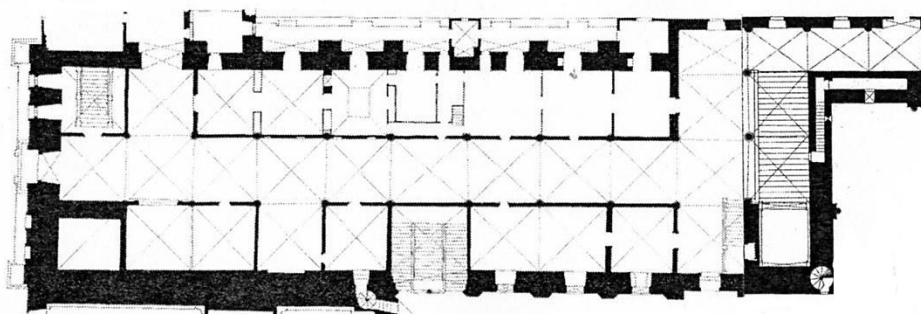


FIGURA 20 – Planta do dormitório, antes do restauro

O restauro, que se inicia em 1935, pretende, precisamente, não só desmontar toda esta ‘armação’ que escondia a estrutura medieval do Dormitório, como procurar todos os vestígios arquitectónicos que pudessem encontrar-se ocultos, devido a campanhas de obra posteriores, de modo a substituí-los aos que os encobriam.

Através da ordem de serviço nº 04458 de 27 de Agosto de 1935²⁵¹, dá-se a conhecer ao Director dos Monumentos Nacionais do Norte que deve dar início à reconstituição das janelas, com base nos vestígios existentes, que dão para o Claustro do cardeal, primeira etapa de um restauro, que se projecta, do dormitório, isto apesar de esta parte do Mosteiro estar, ainda, ocupada pelo Asilo de Mendicidade de Lisboa em Alcobaca, onde se situa, aliás, a própria residência do Director.

O processo não se vai afigurar, no entanto, tão fácil, nem tão célere, como o pretendia a DGEMN em 1935. Assim, ainda a 4 de Maio de 1936²⁵² é necessário pedir ao Ministro do Interior que autorize o decurso do processo de reintegração das janelas, e aceda a passar essa parte do edifício para a posse do Ministério das Obras Públicas e Comunicações, reintegração que é autorizada por Despacho do Ministro do Interior de 8 de Junho de 1936.

²⁵¹ Arquivo da DGEMN, Processo de Obras do Mosteiro de Alcobaca.

²⁵² Carta do Ministro das Obras Públicas e Comunicações ao Ministro do Interior. Arquivo da DGEMN, Processo de Obras do Mosteiro de Alcobaca.

Em Abril de 1937, as obras ter-se-iam iniciado, de forma inesperada segundo o Director do Asilo, tendo-se aberto um fosso no corredor onde está instalada a sua residência, o que provocou um pedido do Director Geral de Saúde ao Director da DGEMN, para que as obras fossem interrompidas,²⁵³ ao qual Baltazar de Castro responde afirmando a impossibilidade de tal se verificar, devido ao perigo de derrocada que ameaça essa parte do Mosteiro²⁵⁴, não só devido ao peso exercido pelo dormitório dos noviços como, também, pela existência de um depósito de água que existe sobre uma das capelas do transepto.

Das conversações entabuladas entre a DGEMN e a Direcção Geral de Assistência, resulta o estabelecimento de um acordo segundo o qual se procederia ao abandono da totalidade do dormitório por parte do Asilo, enquanto a DGEMN se comprometia a proceder ao restauro dos dois pisos da ala norte do Claustro do Cardeal, e a transferir o depósito de água para o canto oposto ao que então ocupava, abandono que se encontrava concluído em 12 Agosto de 1937, pedindo o Director do asilo que se procedesse ao levantamento de paredes para separação dos espaços ocupados pelas duas diferentes instituições²⁵⁵.

O entaipamento das portas de comunicação entre o Asilo e o Dormitório estava concluído em 20 de Agosto de 1937²⁵⁶, enquanto a demolição do depósito de água se encontra inscrita no orçamento de 21 de Janeiro de 1938²⁵⁷, embora o seu desmantelamento ainda nem sequer se tivesse iniciado em 30 de Dezembro²⁵⁸, data da conclusão do novo depósito, construído no espaço ocupado pelo Asilo.

No orçamento de 31 de Maio de 1937 projecta-se o apeamento da armação e cobertura do telhado, bem como das abóbadas, do piso superior do dormitório, e a demolição das paredes de alvenaria que dividiam esse espaço, o que é justificado pelo facto de a construção deste piso, «(...) feita por maus processos, ficou carregando barbaramente as paredes, abóbadas e pilares do que resultou abrirem-se largas fendas nas paredes e abóbadas e manifestar-se grande desaprumo em tôda a construção

²⁵³ Ofício nº 6580 do Director Geral de Saúde, e interinamente, da Assistência, ao Director da DGEMN, de 29 de Abril de 1927, Arquivo da DGEMN, Processo Administrativo do Mosteiro de Alcobaga.

²⁵⁴ Ofício nº 02371 dirigido ao Director Geral da Assistência, de 5 de Maio de 1937, Arquivo da DGEMN, Processo Administrativo do Mosteiro de Alcobaga.

²⁵⁵ Ofício nº 6212 de 12 de Agosto de 1937, Arquivo da DGEMN, Processo Administrativo do Mosteiro de Alcobaga.

²⁵⁶ Ofício nº 1517 de 20 de Agosto de 1937, Arquivo da DGEMN, Processo Administrativo do Mosteiro de Alcobaga.

²⁵⁷ Arquivo da DGEMN, Processo de Obras do Mosteiro de Alcobaga.

²⁵⁸ Arquivo da DGEMN, Processo Administrativo do Mosteiro de Alcobaga.

primitiva», situação que obrigou, na época, ao reforço das paredes do dormitório, e que continua a provocar um peso excessivo sobre as abóbadas do corpo primitivo, pretendendo-se, também, proceder ao desmantelamento das paredes que dividem esta vasta sala e que, desse modo, a ‘conspurcam’²⁵⁹.

Orçamento que é concretizado pelas empreitadas de 17 e 28 de Junho de 1937²⁶⁰, e de 15 de Dezembro de 1937²⁶¹, pelas quais se procede, além disso, no primeiro piso, à limpeza de azulejos, e substituição dos que se encontravam partidos²⁶², e à execução de cachorros e de cornijas, iguais aos existentes.

A 22 de Dezembro de 1937 é elaborada uma proposta de realização de um projecto de restauro do Dormitório pelo arquitecto Álvaro da Fonseca²⁶³, que é aprovado por Despacho de 23 desse ano e mês, o que prova que, nesta data, ainda não estava decidido que tipo de restauro se iria realizar.

Em 1939, procede-se ao apeamento e reconstrução da armação do telhado²⁶⁴, à colocação de cantaria no pavimento²⁶⁵, à demolição das janelas existentes e à reconstrução das primitivas, segundo os vestígios existentes²⁶⁶, ao arranque da cornija da fachada do lado do Claustro de D. Dinis e ao assentamento de uma nova²⁶⁷, à construção de uma escada de comunicação com o Claustro de D. Dinis, com base nos indícios encontrados durante as obras²⁶⁸, à consolidação de duas abóbadas²⁶⁹, à reconstituição de uma «porta românica», tendo como modelo os vestígios encontrados²⁷⁰, e à reparação da fachada do dormitório que dá para o claustro do

²⁵⁹ Ofício nº 1517 de 20 de Agosto de 1937, Arquivo da DGEMN, Processo Administrativo do Mosteiro de Alcobaça.

²⁶⁰ Empreitadas de 17 de Junho de 1937 e de 28 de Junho de 1937, Arquivo da DGEMN, Processo de Obras do Mosteiro de Alcobaça.

²⁶¹ Empreitada de 15 de Dezembro de 1937, Arquivo da DGEMN, Processo de Obras do Mosteiro de Alcobaça.

²⁶² O que indica que nesta data se colocava ainda a hipótese de manter os azulejos no Dormitório após o restauro, contrariamente ao que se veio a verificar.

²⁶³ Arquivo da DGEMN, Processo de Obras do Mosteiro de Alcobaça.

²⁶⁴ Empreitada de 25 de Julho de 1939, Arquivo da DGEMN, Processo de Obras do Mosteiro de Alcobaça.

²⁶⁵ Empreitadas de 25 de Julho, 6 de Setembro e 16 de Novembro de 1939, Arquivo da DGEMN, Processo de Obras do Mosteiro de Alcobaça.

²⁶⁶ Empreitadas de 25 de Julho, 6 de Setembro e 16 de Novembro de 1939, Arquivo da DGEMN, Processo de Obras do Mosteiro de Alcobaça.

²⁶⁷ Empreitadas de 25 de Julho e 6 de Setembro de 1939, Arquivo da DGEMN, Processo de Obras do Mosteiro de Alcobaça.

²⁶⁸ Empreitada de 6 de Setembro de 1939, Arquivo da DGEMN, Processo de Obras do Mosteiro de Alcobaça.

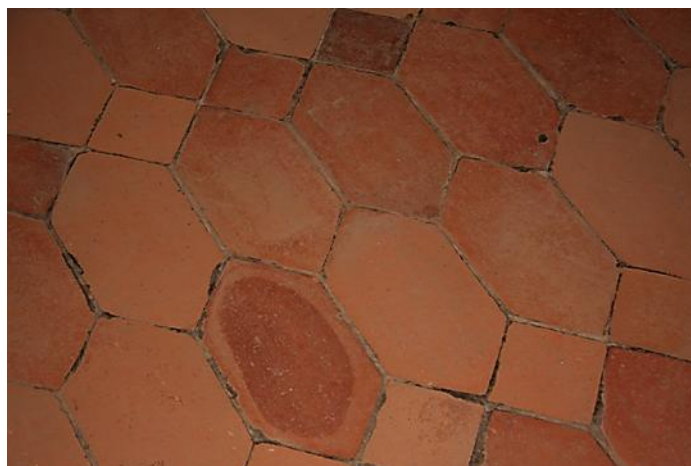
²⁶⁹ Empreitada de 16 de Novembro de 1939, Arquivo da DGEMN, Processo de Obras do Mosteiro de Alcobaça.

²⁷⁰ Empreitada de 29 de Dezembro de 1939, Arquivo da DGEMN, Processo de Obras do Mosteiro de Alcobaça.

cardeal, procedendo-se à substituição de cachorros, cornijas e cantarias da parede, cujos trabalhos ainda prosseguem em 1940²⁷¹.

Da empreitada de 9 de Agosto de 1940²⁷² consta a reconstituição, com base nas marcas conservadas, da janela que abre para a Igreja, onde se localizava a antiga escada de ligação entre estes dois espaços, e da escada que dá acesso aos telhados, à direita da referida janela, bem como a reparação geral das abóbadas e a reconstituição de uma janela primitiva, incluindo a demolição parcial da parede.

Em 28 de Junho de 1939, a Empresa Cerâmica de Alcobaça comunica ao Director dos Monumentos Nacionais estar em condições de produzir os tijolos rebatidos para ladrilhar o pavimento do Dormitório, que sabe este procurar²⁷³.



Pelo Ofício nº 1894²⁷⁴, A Direcção dos Monumentos Nacionais confirma a encomenda, à firma Jaime Bramão & C.^a L.^{td}, de 5.000 tijolos rebatidos com as dimensões de 0,20X0,30X0,04., de uma encomenda de 39.000, dos quais 34.000 já tinham sido entregues, tijolos que, embora não seja referido o local em que se vão assentar, se destinam seguramente ao Dormitório

Em 28 de Novembro de 1940²⁷⁵, e tendo em conta o disposto na empreitada então adjudicada, continua-se a proceder à reparação geral das abóbadas, e inicia-se a pavimentação deste espaço, com tijolo rebatido, procedendo-se, logo de seguida²⁷⁶, à demolição da escada que ligava o dormitório à igreja e, anteriormente, ao claustro de D. Dinis, entaipado este último acesso à época do início do restauro, e que ocupava a maior parte do espaço onde se havia localizado a sacristia medieval.

²⁷¹ Empreitada de 3 de Agosto de 1940, Arquivo da DGEMN, Processo de Obras do Mosteiro de Alcobaça.

²⁷² Arquivo da DGEMN, Processo de Obras do Mosteiro de Alcobaça.

²⁷³ Arquivo da DGEMN, Processo Administrativo do Mosteiro de Alcobaça.

²⁷⁴ 13 de Setembro de 1940, Arquivo da DGEMN, Processo de Obras do Mosteiro de Alcobaça.

²⁷⁵ Empreitada de 26 de Novembro de 1940, Arquivo da DGEMN, Processo de Obras do Mosteiro de Alcobaça.

²⁷⁶ Empreitada de 28 de Novembro de 1940, Arquivo da DGEMN, Processo de Obras do Mosteiro de Alcobaça.

Através do ofício nº 3057²⁷⁷, a Direcção dos Monumentos Nacionais dá a conhecer ao pároco de Alcobaça que os vitrais destinados às rosáceas²⁷⁸ do dormitório já se encontram aí depositados, prevendo-se para breve a sua colocação.

São, ainda, demolidas duas outras escadas, uma no topo norte, que comunicava com o piso superior do Claustro do Cardeal, e outra localizada a meio da parede poente, que ligava os dois pisos do Claustro de D. Dinis, e suprime-se os dois tramos que, no canto de junção das paredes sul e poente, ladeavam o alçado exterior nascente do braço norte do transepto, ligando, a sul, o Dormitório às edificações do Claustro do Cardeal.

Em 1952 cai uma faísca no topo da fachada norte Dormitório, danificando a estátua de D. Afonso Henriques e as sacadas das Janelas, tendo-se, no próprio dia, efectuado o apeamento da balastrada das duas sacadas. Torna-se, portanto, necessário consolidar a estátua, colocar os balaústres partidos, e reparar as duas sacadas, trabalhos esses que constam, juntamente com o arranjo do telhado, da empreitada de 15 de Maio de 1952²⁷⁹.

Durante o restauro da estátua de D. Afonso Henriques, encontrou-se, na cavidade da coroa partida pela faísca, uma relíquia constando de uma caixa esférica em prata tendo, no interior, uma porção de casca de pinheiro, tendo tudo sido o colocado novamente no seu interior.

4.2.2.14. FACHADA SUL DA IGREJA

Aquando da visita dos delegados da Comissão de Iniciativa das Comemorações do Duplo Centenário, procurando inteirar-se das obras necessárias a realizar no Mosteiro de Alcobaça, José Alberto Aurélio informa-os que se deveria proceder à desapropriação do Celeiro do Asilo de Velinhos Maria e Oliveira²⁸⁰, de modo a que se pudesse realizar o desaterro da fachada sul da Igreja, única forma de resolver os problemas de infiltração de águas na Igreja, um dos problemas fundamentais a resolver, no sentido de se conseguir uma preservação eficaz do Monumento.

²⁷⁷ 11 de Novembro de 1941, Arquivo da DGEMN, Processo de Obras do Mosteiro de Alcobaça.

²⁷⁸ Trata-se, seguramente, da rosácea existente na fachada norte do transepto, que se encontrava tapada, anteriormente, pelo Dormitório dos Noviços.

²⁷⁹ Arquivo da DGEMN, Processo de Obras do Mosteiro de Alcobaça.

²⁸⁰ Comunicação de José Alberto Aurélio ao Director dos Monumentos Nacionais do Norte, de 31 de Março de 1939, Arquivo da DGEMN, Processo Administrativo do Mosteiro de Alcobaça.

Em 1949, pelo ofício nº 2629, de 18 de Fevereiro de²⁸¹, a Direcção Geral da Fazenda Pública informa ser necessário desobstruir a parede lateral sul das terras que lhe estão encostadas, de modo a evitar as infiltrações de água que se verificam no braço sul do transepto, respondendo a Direcção dos Serviços dos Monumentos Nacionais²⁸² que a referida Direcção poderia proceder à avaliação dos terrenos a expropriar: a casa de rés-do-chão e primeiro andar de António Couto e Silva; a parcela de terreno de Alberto Jacobety, paralela à igreja, e a construção existente no seu quintal, encostada à sala dos túmulos; a parcela de terreno do Asilo Maria e Oliveira paralela ao topo do transepto; e o edifício do Asilo Maria e Oliveira, situado entre o cemitério e a igreja. Avaliação que é remetida à Direcção dos Serviços dos Monumento Nacionais²⁸³, a de 24 de Setembro de 1949, informando que a propriedade de Alberto Jacobety vai ser expropriada, visto este não aceitar os valores atribuídos às parcelas de que é proprietário.

No entanto, por ofício de 9 de Novembro²⁸⁴, a Direcção Geral da Fazenda informa não haver verbas para a aquisição dos referidos prédios.

No orçamento de 5 de Fevereiro de 1951²⁸⁵ prevê-se a demolição do antigo Colégio da Conceição e do Celeiro pertencente ao Asilo de Velinhos Maria e Oliveira, de modo a permitir o início dos trabalhos de rebaixamento do nível do solo, fundamentais para resolver o problema das infiltrações que se verificavam nos vários espaços da Igreja, embora também se faça referência aos benefícios estéticos que tal obra proporcionaria. Permitiria, ainda, o desentaipamento da Porta dos Mortos.

Através do Ofício nº 15722 de 7 de Novembro 1951 a Direcção Geral da Fazenda²⁸⁶ pergunta à DGEMN se esta Direcção Geral já esta em condições de fazer face à aquisição dos prédios necessários à desobstrução da parede lateral sul da Igreja, ao que a mesma responde²⁸⁷ afirmando não possuir qualquer verba destinada a esse fim.

Em 21 de Novembro de 1952 o Estado compra o edifício do antigo Colégio da Conceição a Alberto Jacobety, e a 31 de Dezembro o prédio de Rui António Couto e Silva.

²⁸¹ Arquivo da DGEMN, Processo Administrativo do Mosteiro de Alcobaça.

²⁸² Comunicação nº 102 de 24 de Fevereiro de 1942, Processo Administrativo do Mosteiro de Alcobaça.

²⁸³ Ofício nº 13369, de 24 de Setembro de 1949, Processo Administrativo do Mosteiro de Alcobaça.

²⁸⁴ Ofício nº 15249, de 9 de Novembro 1949, Processo Administrativo do Mosteiro de Alcobaça.

²⁸⁵ Arquivo da DGEMN, Processo Administrativo do Mosteiro de Alcobaça.

²⁸⁶ Arquivo da DGEMN, Processo Administrativo do Mosteiro de Alcobaça.

²⁸⁷ Ofício nº 1300 de 7 de Dezembro de 1951, Arquivo da DGEMN, Processo Administrativo do Mosteiro de Alcobaça.

A 22 de Agosto de 1955 inicia-se a primeira fase relativa à demolição dos edifícios recentemente adquiridos (Fotos 388 e 389), estando esta concluída a 20 de Dezembro 1955, prosseguindo esta durante o ano de 1956.

Nos finais de 1957²⁸⁸, inícios de 1958²⁸⁹, efectua-se o restauro dos gigantes do alçado sul da Igreja(Foto 392) e, em 1959²⁹⁰, procede-se à demolição das fundações do Celeiro e do Colégio da Conceição (Fotos 390 e 391), bem como ao entaipamento do vão que o ligava ao Transepto.

5. EM JEITO DE CONCLUSÃO:TEORIAS E PRÁTICAS DE RESTAURO DA DGEMN NO MOSTEIRO DE ALCOBAÇA: IDENTIDADES E DIFERENÇAS

Se correctamente aprendida na sua especificidade própria, pode afirmar-se existir uma lógica coerente de desdobramento, não só da produção *'teórica'* da DGEMN, sobre o Mosteiro de Alcobaça, mas também do seu obrar efectivo, do tipo de restauro que efectuou, não se verificando divergências de fundo entre uma e outra *'prática'*.

A produção teórica que emerge do corpus textual é, tal como a obra realizada, de cariz eminentemente empírico, não se podendo, portanto, comparar com a produção reflexiva e de cariz historiográfico de um Viollet Le Duc, considerado, frequentemente, como o inspirador dos princípios postos em prática no restauro do Abadia alcobacense.

Em termos teóricos, a textualidade produzida pela DGEMN assenta num princípio fundacional simples: a verdadeira essência da obra encontra-se inscrita no programa que a originou. Sendo assim, a prática de restauro não pode ser outra coisa que a procura sistemática das marcas primeiras no material edificado.

Descobertas estas, trata-se de as pôr em evidência, através da eliminação física daquilo que as encobria.

É este procedimento, que em si contém o princípio constitutivo do Monumento tal como foi pensado já pelo romantismo português, que vai estruturar o olhar dos que nas pedras do Refeitório e da Capela-Mor vão ordenar o espaço de uma forma outra,

²⁸⁸ Orçamento de 31 de Outubro de 1957, Arquivo da DGEMN, Processo de Obras do Mosteiro de Alcobaça.

²⁸⁹ Orçamento de 11 de Abril de 1958, Arquivo da DGEMN, Processo de Obras do Mosteiro de Alcobaça.

²⁹⁰ Empreitada de 8 de Maio de 1959, Arquivo da DGEMN, Processo de Obras do Mosteiro de Alcobaça.

quer através da textualidade que, indirectamente, nelas inscrevem, quer através dos próprios gestos que as ordenam.

As incoerências, que sem dúvida vão surgindo, quando cotejadas com este princípio de precedência, são o resultado da dificuldade em a precisar de um modo pleno.

De qualquer modo, e em princípio, o vestígio precede o que ostensivamente se mostra. Porque a essência se encontra, sempre, encoberta, escondida pela historicidade que a desagrega. A história dos românticos é o contrário exacto da historicidade; procura, antes, negá-la, impedir que o devir a corrompa.

Devir que não deixa de surgir em Alcobaça, de se inscrever na pureza pretendida da essência imóvel e sempre idêntica a si própria. Mas fá-lo pela mão de outros: são outros que não só impõem São Bernardo no leito de morte ao Mosteiro, como o *'preservam'* de uma reintegração reconstrutiva, da anulação da história que o culto da origem determina; são outros que impõem a disposição estética aos túmulos maiores da nossa arte.

É verdade que alguns indícios outros, inscritos na arquitectura do templo após as obras da DGEMN, podem ser brandidos em oposição ao agora escrito. Mas, quando os obreiros do Mosteiro, certamente sob o olhar atento de quem os dirige, constroem a porta da Sala dos Monges numa diferença radical ao construído circundante, o que querem marcar é a própria ausência de marcas, a absoluta obliteração da origem.

Longe, portanto, do *'esteta'* Fuschini, para quem a ordem e a harmonia, enquanto dispositivos abstractos, são o princípio de recomposição do edificado; mas também de Le Duc, que olha para a história a partir da sua completude absoluta no presente: inversão plena da *'lógica da origem'*.

E quando, liberto o Mosteiro dos particulares que a ocupavam, as obras se deparam com uma outra época, esta já não marcada pela grandiosidade absoluta das origens da Nação, é em busca das marcas primevas dessa época outra que se parte. E o júbilo irrompe quando essas marcas permitem retomar a época que originou o que, presentemente, existe.

O arco completa-se; entre o início e o fim do trabalho, a mesma lógica subterrânea comanda a escrita e a *'obra'*: a DGEMN é a filha dilecta dos românticos, e neles bebe o ânimo que a move.

7- BIBLIOGRAFIA

7 A- FONTES

Arquivo da DGEMN: Processo de Obras do Mosteiro de Alcobaça

Arquivo da DGEMN: Processo Administrativo do Mosteiro de Alcobaça

Arquivo da DGEMN: Processo Administrativo do Mosteiro de Alcobaça

Arquivo da DGEMN: Mosteiro de Alcobaça: Desenhos

Arquivo da DGEMN: Mosteiro de Alcobaça: Fotografias

Relatorio e Mappas Acerca dos Edificios que Devem Ser Classificados Monumentos Nacionaes. (1881). Lisboa: Lallemand Frères, Typ.

Relatorio da Comissao dos Monumentos Nacionaes Apresentado ao Illustrissimo e Excellentissimo Senhor Ministro das Obras Publicas Commercio e Industria . (1894). Lisboa: Imprensa Nacional.

Alvará régio de 20 de Agosto de 1721. (24 de Junho de 2008). Obtido em 2008 de Junho de 2008, de IPPAR - Apresentação - Legislação:
http://www.ippar.pt/apresentacao/apresenta_legislacao_alvararegio.html

7 B- ESTUDOS

Portugal III - Évora:Templo de Diana. (1839-40, Vol.I). *Universo Pittoresco*, p. 116 e seg.

AA.VV. (1995). *Arte Sacra nos Antigos Coutos de Alcobaça*. Lisboa: IPPAR.

AA.VV. (S.D.). *Problemas de Alteração e Conservação do conjunto em Terracota da Morte de São Bernardo no Mosteiro de Alcobaça*. Alcobaça: ADEPA.

Anacleto, R. (2000). A Casa dos Túmulos no Real Mosteiro de Alcobaça. In AA.VV., *Arte e Arquitectura nas Abadias Cistercienses nos Séculos XVI, XVII e XVIII* (pp. 307-318). Lisboa: IPPAR.

Audrerie, D. (1997). *La Notion et la Protection du Patrimoine*. Paris: PUF.

Audrerie, D., Souchier, R., & Vilar, L. (1998). *Le Patrimoine Mondial*. Paris: PUF.

- Babelon, J.-P., & Chastel, A. (1994). *La Notion de Patrimoine*. Paris: Liana Levi.
- Barata, A. F. (1872). *Restauração do Templo Romano de Évora*. Goa.
- Barbosa, I. d. (1886). *Monumentos de Portugal. Historicos, Artísticos e Archeologicos*. Lisboa : Castro Irmão Editores.
- Beckford, W. (1989). *Souvenirs d'Alcobaça et Batalha*. S.L.: José Corti.
- Bernardo, A. s. (2009). *Um Palácio Para um Abade (Texto Policopiado)*. Coimbra.
- Boito, C. (2000). *Conserver ou Restaurer. Les Dilemmes du Patrimoine*. S.L.: L'Imprimeur.
- Brandi, C. (2006). *Teoria do Restauro*. Lisboa: Orion.
- Choay, F. (1999). *A Alegoria do Património*. Lisboa: Edições 70.
- Cocheril, M. (1989). *Alcobaça. Abadia Cisterciense de Portugal*. Lisboa: INCM.
Colecção Oficial da Legislação Portuguesa. (s.d.).
- Correia, V. (1978). *Obras Vol.V Estudos Monográficos*. Coimbra: Universidade de Coimbra.
- Costa, L. V. (1997). *Ernesto Korrodi 1889-1944 Arquitectura, Ensino e Restauro do Património*. Lisboa: Estampa.
- Dionísio, S. (1927). *Guia de Portugal II. Estremadura, Alentejo, Algarve*. Lisboa: BNL.
- Duc, V. L. (1997). *Dictionnaire de L'Architecture Médiévale IV Vols*. S.L.: Bibliothèque de L'Image.
- Fabião, C. (Agosto-Setembro de 1995). Património Arqueológico em Portugal: Gestão de uma Memória Incómoda. *História. Ano XVII, Nova Série, 11-12*, pp. 76-91.
- Ferreira, M. A. (S.D.). *As Colunas de Ferro da Cozinha do Mosteiro de Alcobaça: Hipóteses para a Solução de um Enigma ainda por Desvendar*. S.L.: ACD Editores.
- Figueiredo, F. M. (1978). Descrição da Igreja de Alcobaça. In V. Correia, *Obras Volume V* (pp. 90-100). Coimbra: Universidade de Coimbra.
- Fuschini, A. (1904). *A Architectura Religiosa na Edade-Média*. Lisboa: Imprensa Nacional.
- Gomes, S. A. (1998). *Visitações a Mosteiros Cistercienses em Portugal. Séculos XV e XVI*. Lisboa : IPPAR.
- González-Varas, I. (2006). *Conservación de Bienes Culturales. Teoría, Historia, principios y Normas*. Madrid: Cátedra.
- Guillaume, M. (2003). *A Política do Património*. Porto: Campo das Letras.
- Gusmão, A. N. (1992). *A Real Abadia de Alcobaça*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Haupt, A. (1986). *A Arquitectura do Renascimento em Portugal*. Lisboa : Presença.

- Herculano, A. (1873). Monumentos Pátrios. In A. Herculano, *Opúsculos* (pp. 1-52). Lisboa: Viuva Bertrand & C.^ª.
- Herculano, A. (1898). Duas Epochas e Dous Monumentos ou a Granja Real de Mafra. In A. Herculano, *Opúsculos Tomo IV* (pp. 2-9). Lisboa: Tavares Cardoso & Irmão - Editores.
- Jeudy, H.-P. (2008). *La Machine Patrimoniale*. S. L.: Circé.
- Jookilehto, J. (1986). *A History of Architectural Conservation*. York: Uninersity of York.
- Justicia, M. J., Martínez, D. S.-M., & Martínez, L. S.-M. (2008). *Historia y Teoría de la Conservación y Restauración Artística*. Madrid: Tecnos.
- Korrodi, E. (1929). *Monumentos de Portugal. Alcobaça*. Litografia Nacional: Porto.
- Lacroix, M. (1999). *O Princípio de Noé*. Lisboa: Instituto Piaget.
- Lopes, F., & Correia, M. B. (2004). *Património Arquitectónico e Arqueológico. Cartas, Recomendações e Convenções Internacionais*. Lisboa: Horizonte.
- Macedo, D. d. (1945). *A Escultura Portuguesa nos Séculos XVII-XVIII*. Lisboa: Revista «Ocidente».
- Maia, M. H. (2007). *Património e Restauo em Portugal (1825-1880)*. Lisboa : Colibri.
- Martinho, A. M. (2009). O Mosteiro de santa Maria de Alcobaça. Contributos para a História do seu Restauo (1850-1928). In AA.VV., *IV Congresso Internacional sobre el Cister en Portugal y en Galicia. Actas Tomo II* (pp. 795-827). Zamora: Monte casino.
- Martinho, A. M. (2011). *Mosteiro de Santa Maria de Cós (Alcobaça)*. Leiria: Folheto Edições & Design.
- Matos, P. d. (1951). *Guia do Mosteiro de Alcobaça*. Alcobaça: Joaquim António da Fonseca.
- Miranda, M. A., & Silva, J. C. (1995). *História da Arte Portuguesa - Época Medieval*. Lisboa: Universidade Aberta.
- Monteiro, J. O. (2000). Rinoceronte e Palácio Quinhentista no Mosteiro de Alcobaça. In AA.VV., *Arte e Arquitectura nas Abadias Cistercienses nos Séculos XVI, XVII e XVIII* (pp. 291-300). Lisboa: IPPAR.
- Moreira, C. G. (2002). Rossio de Alcobaça. Praça ou Terra de Ninguém. *Oeste Cultural*, pp. 74-91.
- Moreira, R. (2000). Dois Escultores Alemães em Alcobaça: Machim Fernandes e João Alemão. In AA.VV., *Arte e Arquitectura nas Abadias Cistercienses nos Séculos XVI, XVII e XVIII* (pp. 93-120). Lisboa: IPPAR.
- (1878). Bulle de Pie II Relative à la Conservation des Monuments Antiques (28 Avril 1462). In E. Müntz, *Les Arts à la Cour des Papes Penden le XVe et le XVIe Siècle, Recueil de*

- Documents Inédits, Tirés des Archives et des Bibliothèques Romaines* (pp. 352-353). Paris.
- Natividade, J. V. (1929). *O Mosteiro de Alcobaça. Notas Históricas, A Igreja, Os Túmulos, O Mosteiro*. Porto: Marques Abreu.
- Natividade, M. V. (1885). *O Mosteiro de Alcobaça*. Coimbra.
- Natividade, M. V. (1885). *O Mosteiro de Alcobaça (Notas Historicas)*. Coimbra: Imprensa Progresso.
- Neto, M. J. (1997). *James Murphy e o Restauro do Mosteiro de Santa Maria da Vitória no Século XIX*. Lisboa: Estampa.
- Neto, M. J. (2001). *Memória, Propaganda e Poder. O Restauro dos Monumentos Nacionais (1929-1960)*. Porto: FAUP.
- Ortigão, R. (1896). *O Culto da Arte em Portugal*. Lisboa: António Maria Pereira, Livreiro-Editor.
- Ortigão, R. (1948). *Farpas Tomo I*. Lisboa: Livraria Clássica editora.
- Poulot, D. (2006). *Une Histoire du Patrimoine en Occident*. Paris: PUF.
- Ramos, R. (1994). A Segunda Fundação. In J. M. (Direcção), *História de Portugal Vol. VI*. Lisboa: Círculo de Leitores.
- Réau, L. (1994). *Histoire du Vandalisme*. Paris : Robert Laffont.
- Remígio, A. V. (2009). O Retábulo da Capela-Mor da Igreja do Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça e o Tratamento de Conservação e Restauro da Escultura da Virgem com o Menino. In AA.VV., *IV Congresso Internacional sobre el Cister en Portugal y en Galicia. Actas Tomo II* (pp. 905-928). Zamora: Monte Casino.
- Riegl, A. (1984). *Le Culte Moderne des Monuments - Son Essence et sa Genèse*. Paris: Seuil.
- Rivara, J. H. (1872). "Aditamento" ao Artigo de António Francisco Barata - "Restauração do Templo Romano de Évora". Goa.
- Rosas, L. M. (1995). *Monumentos Pátrios. A Arquitectura Religiosa Medieval - Património e Restauro (1835-1925) II Vol. (Texto Policopiado)*. Porto.
- Santos, F. M. (1979). *Descrição do Real Mosteiro de Alcobaça*. Alcobaça: ADEPA.
- Schnapp, A. (2007). Vandalisme. In AA.VV., *Encyclopaedia Universalis 2008 [DVD_ROM]*. France: Encyclopaedia Universalis France S.A.
- Silva, A. M. (1997). *Nacionalizações e Privatizações em Portugal. A Desamortização Oitocentista*. Coimbra: Minerva.
- Silva, J. C. (2003). *O Panteão Régio do Mosteiro de Alcobaça*. Lisboa: IPPAR.

- Simões, A. F. (1869). *Relatório à cerca da Renovação do Museu Cenáculo Dirigido ao Ex.mo Sr. Visconde da Esperança, Presidente da Câmara Municipal de Évora por [...]*. Évora: Typ. da Folha do Sul.
- Simões, A. F. (1888). O templo Romano de Évora. In A. F. Simões, *Escritos Diversos*. Coimbra: Imprensa da Universidade.
- Tomé, M. (2002). *Património e Restauro em Portugal (1920-1995)*. Porto: FAUP.
- Trujillo, M. à. (2006). *Patrimonio, La Lucha por los Bienes Culturales Españoles (1500-1939)*. Gijón: Trea.
- Villa Nova, B. (1926). *Guia de Alcobaça*. Alcobaça: Tipografia de Antonio Miguel de Oliveira.
- Villa Nova, B. (1940). *Alcobaça Através do Arquivo da sua Câmara Municipal (1836-1902)*. Alcobaça: C.M.A.
- Villa Nova, B. (1941). *O Progresso Urbano da Vila de Alcobaça. Algumas Outras Notas*. Alcobaça.
- Villa Nova, B. (1951). *Novo Guia de Alcobaça*. Nazaré: S.E.

